

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MARISA DORIVE ANTONIO

**ANÁLISE DO DISCURSO SUSTENTÁVEL DO BANCO NACIONAL DO  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), A PARTIR DA “INICIATIVA  
BNDES MATA ATLÂNTICA”.**

Goiânia-GO  
2014  
MARISA DORIVE ANTONIO

**ANÁLISE DO DISCURSO SUSTENTÁVEL DO BANCO NACIONAL DO  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), A PARTIR DA “INICIATIVA  
BNDES MATA ATLÂNTICA”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Ciência Política, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de mestrado em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas.

Orientadora: Dra. Marina de Souza Sartore.

Goiânia-GO

2014

**AGRADECIMENTOS**

Desejo agradecer em primeiro lugar, aos meus pais, Maria Madalena Dorive e Sérgio Antonio, pelo constante incentivo emocional, financeiro e pelo imenso amor. Agradeço também à minha família e às minhas grandes amigas, as quais sempre estiveram presentes.

De maneira muito especial agradeço à orientação da professora Marina de Souza Sartore, que sempre teve uma postura largamente estimulante para que o trabalho se desenvolvesse, assim como pela dedicação, apoio e prontidão que teve comigo.

Agradeço aos professores da Faculdade de Ciências Sociais, e à Universidade Federal de Goiás.

Gostaria de agradecer também a professora Pamora Mariz Silva de Figueiredo Cordeiro, professora do Departamento Jurídico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela amizade, apoio e motivação através de conversas nas quais me despertaram interesse pela experiência acadêmica.

**EPIGRAFE**

**“Sei que traçar no papel  
é mais fácil que na vida  
Sei que o mundo jamais é  
a página pura e passiva  
O mundo não é folha  
de papel receptiva:  
O mundo tem alma autônoma  
é de alma inquieta e explosiva”  
(João Cabral de Melo Neto, apud Senador Marco  
Maciel, In Simon, 1993).**

## RESUMO

Esta dissertação se propõe a analisar a dinâmica dos discursos das políticas ambientais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. O tema geral desta dissertação é o “desenvolvimento sustentável”, visto pela atuação do BNDES no mercado. Esse estudo adota a perspectiva de Fligstein (2001), a qual é pautada pela ideia de que o Estado está por trás da expansão dos mercados, e que através da criação de regras, leis, transforma o mercado em política, sendo que, quanto mais leis, maior é a presença do Estado e maior é a atuação e existência dos mercados. Dentro dessa perspectiva, enfocando Magalhães (2006), o qual aborda a questão ambiental atrelada a perspectiva de Fligstein, o estudo demonstra que o Meio Ambiente, juntamente com seus discursos, além de atingir a esfera das finanças, cria e expande novos mercados.

**Palavras-chave:** Políticas Ambientais. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fligstein. Iniciativa BNDES Mata Atlântica.

## ABSTRACT

This thesis aims to analyze the dynamics of the discourse of environmental policies of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES), trying to study the "BNDES Atlantic Forest Initiative". The general theme of this research is "sustainable development", seen by BNDES performance in the market. This study adopts the perspective of Fligstein (2001), which is guided by the idea that the state is behind the expansion of markets, and through the creation of rules, laws, all this transform the market policy, and that the more laws, the greater the presence of the state and the greater the performance and availability of markets. Within this perspective, and studying Magalhães (2006), which linked to Fligstein perspective, this research shows that the Environment has their own speeches, besides reaching the sphere of finance, creates and expands new markets.

Keywords : Environmental Policies . National Bank for Economic and Social Development (BNDES) . Fligstein . BNDES AtlanticInitiative .

## INTRODUÇÃO

O tema do meio ambiente tem crescido nos últimos anos, principalmente com a ocorrência de diversas ações, no sentido de desenvolvimento sustentável, tanto no âmbito público como no âmbito privado.

Esta dissertação se propõe a refletir sobre a dinâmica dos discursos ambientais do Estado, a partir do estudo de caso do programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. Esse programa, implementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), iniciou em 2009, sendo que, em 2012, já apresentava um total de 15 projetos contratados. O programa possui como projetos: Akarui (SP), Associação Mico-Leão Dourado (RJ), Fiotec/Fiocruz (RJ), Furb (SC), Instituto Bioatlântica (RJ), Instituto de Estudos Socioambientais do sul da Bahia (BA), Instituto Terra (ES e MG), Instituto Terra de Preservação Ambiental (RJ), Instituto de pesquisas ecológicas (SP), Instituto Pró-Terra (SP), Mater Natura (PR), Natureza Bela (BA), Onda Verde (RJ), A Iniciativa Verde (PR e SP) e The NatureConservancy (PR, SC e SP).

O recorte analítico desta pesquisa foi desenvolvido a partir da observação da dinâmica dos discursos do BNDES, analisando os jogos sociais, entre os principais atores envolvidos nos projetos, a fim de compreender, como o BNDES atua, em seus discursos, para o desenvolvimento das políticas de preservação do meio ambiente no Brasil. Foi realizada uma análise de discursos, entre os anos de 2009 a 2012, coincidindo com a duração da maioria dos projetos do programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”.

Dentro desta perspectiva da análise dos atores, foi também realizada uma breve análise da atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs), pois, ao mesmo tempo em que algumas delas estão ativas nas questões ambientais, recebendo investimentos do BNDES, elas também criticam esta instituição, funcionando como um outro ponto de vista ao analisarmos os discursos do BNDES.

Segundo Couto e Trintim (2012), em 2012, o BNDES completou sessenta anos, destacando-se enquanto instrumento de intervenção do Estado na Economia, tendo historicamente um papel importante na industrialização brasileira. A instituição tem aumentado sua participação junto às micro, pequenas e médias empresas, com o fornecimento de crédito. O BNDES é o órgão subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sendo um banco público em prol do desenvolvimento do Brasil, criado para realizar investimentos de longo prazo.

Ainda segundo Couto e Trintim (2012), O BNDES foi criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, inicialmente com o nome de Banco Nacional do Desenvolvimento (BND),

com objetivo de executar e formular a política nacional de desenvolvimento econômico. Atualmente, o BNDES é uma empresa pública da União com o intuito de investir em diversos setores tais como, agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços. Sua missão atual, conforme Couto e Trintim (2012), é a de promover desenvolvimento sustentável e tornar a economia brasileira competitiva, gerando empregos e buscando reduzir desigualdades sociais. Desta forma, o BNDES é a principal instituição provedora de crédito de longo prazo do país, atuando nas três esferas: social, regional e ambiental.

Uma informação relevante para essa pesquisa é que na página institucional (BNDES, 2014z) se nota que a atuação do banco focada na esfera ambiental é recente, com um importante contexto, o qual é estudado por essa pesquisa. Sendo assim, a hipótese dessa pesquisa é que, como estudo mais aprofundado sobre a política ambiental do Projeto “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, pode-se ter uma dimensão melhor da concepção de desenvolvimento sustentável presente nos discursos da instituição.

Desta maneira, o objeto da pesquisa é o discurso da política pública adotada pelo BNDES, com o intuito de colaborar com o desenvolvimento do conhecimento sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento das políticas ambientais no Brasil. No Brasil, por exemplo, a Constituição de 1988 (BRASIL), vigente nos dias atuais, possui um capítulo exclusivo para tratar a proteção ao meio ambiente (Capítulo IV), o qual dispõe de várias leis para promoção de um meio ambiente equilibrado.

A temática ambiental está presente não somente nas agendas públicas de governos, como também está na missão e objetivos das empresas privadas. Como exemplo, Cappellin e Giuliani (2004), citados por Sartore (2006), afirmam que no ano de 1987 foi criado o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), reunindo mais de três mil empresários, e também ocorreu o surgimento de outras instituições empresariais, que atuam em prol do meio ambiente, como o Clube de Roma, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, demonstrando destaque da temática ambiental nas empresas.



## **Metodologia da pesquisa**

A metodologia usada nesta pesquisa é qualitativa, a partir do estudo de caso da política pública “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. Foram analisados documentos de sites e artigos. As técnicas utilizadas seguem dois momentos: no primeiro, os dados foram levantados a partir de uma análise documental via internet, principalmente, e também por livros. No segundo momento, o tratamento dos dados efetuou-se na análise de conteúdos.

A análise de conteúdo partiu principalmente dos seguintes documentos: Relatórios BNDES (2009, 2010, 2011 e 2012), Sinopses Internacionais BNDES (nº11, nº14, nº16 e nº17) e Revistas Setoriais BNDES (nº32, nº33, nº34 e nº35), além de várias informações dispostas no site institucional, como por exemplo, notícias e artigos.

Em dezembro de 2013, foi realizada uma visita à sede do BNDES em Brasília. Antes da visita à capital federal, se realizou uma ligação ao Rio de Janeiro para saber um pouco sobre o projeto AMATA, que até então era o foco desta pesquisa. A atendente do BNDES no Rio de Janeiro afirmou que o banco estava disponível para receber visitas acadêmicas, mas que, entretanto, o projeto “AMATA” não estava disponível para o público, pois se trata de um projeto gerido por uma empresa privada, da qual o BNDES apenas tem participação acionária e, continuou afirmando que, devido ao sigilo empresarial, não é possível o público ter acesso ao projeto e aos dados de investimento.

Quando a atendente do Rio de Janeiro informou sobre o sigilo empresarial, foi perguntado sobre o programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, que desde o início, era o segundo foco deste estudo. A atendente alegou que, embora esse programa seja do próprio BNDES, disponibilizando fundos de investimento ao programa, este possui uma série de projetos, ambientais, de educação ambiental, trabalhos com população ribeirinha. A atendente afirmou ainda, que a pesquisa sobre este programa também não estava disponível ao público, por englobar muitos investimentos e também por se configurar no princípio do sigilo empresarial, sugerindo o acesso a página institucional do BNDES, na qual haveria informações, embora superficiais, sobre o programa.

Diante desse contexto, a pesquisa sobre o AMATA foi interrompida e o enfoque desse estudo passou a ser a “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, devido ao fato de haver mais informações sobre este último e por este incluir uma série de projetos ambientais, não só de educação ambiental, mas de infraestrutura também, de forma que, seria mais interessante pesquisar os atores e a dinâmica de discurso da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” do que da AMATA.

O contato telefônico ao Rio de Janeiro trouxe dúvidas sobre quais dados seriam (ou não) acessíveis. Assim, a ida ao Rio, para ter contato com o objeto de pesquisa deste estudo, seria custosa e provavelmente pouco frutífera. Entretanto, era necessário, pelo menos, ter um contato com o objeto da pesquisa - o BNDES - embora fosse uma visita rápida, uma conversa informal, “sentir” um pouco como era essa instituição.

Sendo assim, a visita a Brasília foi realizada, pela proximidade com Goiânia. Ao chegar a Brasília, a atendente, responsável pelo atendimento ao público, afirmou que em Brasília se localiza a sede jurídica do BNDES, sendo o Rio de Janeiro a localização da sede operacional. Ela alegou não ter conhecimento da “AMATA”. Após pesquisar na internet, ela retornou para a sala em que recebem os pesquisadores, e, reafirmou a informação dada pela atendente carioca, explicando que a “AMATA” se trata de uma empresa privada de venda de madeiras certificadas na qual o BNDES é sócio, mas que não é um projeto do banco, e sim se trata de participação acionária, e devido ao sigilo bancário e empresarial, o público não pode ter acesso aos dados do AMATA.

A atendente de Brasília afirmou que o programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” é mais conhecido por ela e que, é de fato um fundo de investimento do banco, sendo possível encontrar mais informações na internet e, corroborou com a atendente carioca, ao dizer que devido a sigilo bancário, não é possível o acesso aos documentos que se encontram na instituição, apenas pesquisas em sites e em revistas setoriais.

Diante de tal contexto, a visita a Brasília foi importante para se ter um contato com o objeto de estudo, embora com superficialidade, devido ao curto tempo da visita. A conversa informal, realizada com as atendentes, a maneira como elas dialogam, os termos bancários usados por elas, tudo isso contribuiu para um contato com o objeto de estudo, apesar de a pesquisa *in locust* ser bastante restrita.

A breve explanação sobre a experiência de contato da pesquisadora com o BNDES é importante, pois, foi a partir desta experiência que se optou pelo objeto “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” e pela metodologia de pesquisa de Análise de Conteúdo (*Content Analysis*), a qual é utilizada nas investigações sociais para interpretar o conteúdo de documentos e textos, com análises qualitativas ou quantitativas.

A Análise de Conteúdo (MORAES, 1999) é um recorte pessoal por parte do pesquisador e não uma percepção neutra. Pode-se focar a pesquisa para “quem fala?”, “como?”, “com que finalidade?”, “com que resultado?”.

Desta maneira, o foco dessa pesquisa foi delimitado à política pública da Mata Atlântica, com o intuito de compreender a dinâmica dos discursos ambientais do Estado, aqui

representado por um de seus braços financeiros, o BNDES. Com a crescente financeirização da economia em geral, temas mais transversais, como o do meio ambiente, passaram a ser debatidos por bancos comerciais e de investimento, tanto privados como públicos.

A financeirização liga-se intimamente a vários aspectos do sistema capitalista. Ela representa uma alteração nas configurações do sistema, sobretudo, a partir da década de 1980, quando houve um aumento de transações financeiras por meio da liberalização e da desregulamentação de mercados e de atividades financeiras (LAPYDA, 2011, p.11).

A Financeirização é um movimento que ocorre há algumas décadas no sistema capitalista (LAPYDA, 2011) o qual acaba por convergir todas as questões, sejam elas cinema, educação, meio ambiente, ao mundo das finanças, e, diante desse contexto, as questões ambientais ganham cada vez maior atuação no mundo das finanças.

Desta maneira, embora a pesquisa foque o Programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, o estudo busca mostrar também a importância do bioma Mata Atlântica, para, compreender como o Estado, pelo BNDES, com as políticas públicas ambientais deste programa, se insere na promoção do desenvolvimento sustentável do país. Essa análise é realizada com os discursos da instituição e não pela implementação das políticas em si, buscando demonstrar também que o desenvolvimento sustentável cria e expande mercados.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. No capítulo 1 há a relação entre o Estado, o mercado e o Meio Ambiente, baseada, como ponto de partida, na perspectiva de Fligstein (2001), a qual afirma que as leis e regras do Estado inovam e expandem mercados. Essa perspectiva se estende para o suporte teórico de Magalhães (2010), o qual contextualiza a perspectiva de Fligstein a esfera socioambiental.

No primeiro capítulo há também o contexto do desenvolvimento sustentável a nível nacional e internacional e o Investimento Socialmente Responsável. O capítulo 1 engloba também as políticas públicas ambientais e o papel do Estado na efetivação delas. Por fim, este capítulo inicial discorre sobre a teoria dos discursos de bancos, aqui representado pelo BNDES, inserindo a interpretação de Machado (2006) sobre os discursos ambientais e seu suporte capitalista.

No capítulo 2, há a conceitualização do BNDES e sua história. Após, insere-se o tema das políticas ambientais do banco nas finanças sustentáveis, mostrando a instituição e seu papel socioambiental, destacando o programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, como exemplo de Investimento Socialmente Responsável.

Neste segundo capítulo é contextualizado o programa do BNDES, mostrando seus projetos, objetivos, alíquotas. Já o terceiro capítulo discorre acerca do discurso de desenvolvimento sustentável do BNDES e os principais resultados da pesquisa realizada. Por fim há as considerações finais.

## **CAPÍTULO 1- ESTADO, MERCADO E MEIO AMBIENTE**

A pesquisa se baseia nas ideias de Fligstein(2001), o qual afirma que o Estado é fundamental para a constituição dos mercados. Para essa pesquisa, diante do contexto de desenvolvimento sustentável, há a criação de novas leis, regras, e conseqüentemente novos mercados, sendo que, diante dessa premissa o estudo se inicia. O Estado, pensado nesse estudo, está interligado ao conceito de mercado para Fligstein (2001), o qual pressupõe que o Estado está por trás da expansão dos mercados de maneira em geral e dos mercados financeiros em particular.

Como exemplo recente de que o Estado está lado a lado dos mercados, é o de que mais recentemente, o mercado financeiro internacional vivenciou uma de suas maiores crises, conhecida como, a crise do crédito imobiliário. Entretanto, conforme Duménil e Lévy (2011), a crise de 2008 e 2011 no mundo é o significado de que a crise financeira, que está presente globalmente, é uma crise de “hegemonia financeira”, mas não atrapalha as finanças, pois tais crises financeiras induzem o próprio sistema econômico a expandir de forma a induzir uma inovação financeira, criando novos mercados para contornar as crises. Dentro dessa perspectiva, o estudo sustenta que o a atuação do Meio Ambiente nas finanças, é um exemplo de expansão de novos mercados.

Duménil e Lévy (2011,p.7) afirmam haver tendências na direção da globalização e da financeirização e que “os empréstimos de todos os bancos mundiais para tomadores estrangeiros atingiram seu ápice em 2008, a um nível de 52 vezes maior do que em dezembro de 1977”, o que demonstra a importância da financeirização, que, mesmo no momento de crise, há ainda mais sua importância e sua atuação.

### **1.1.1. Desenvolvimento sustentável e Investimento Socialmente Responsável**

Mais precisamente, a partir da década de 70, um tema que vem sendo bastante debatido é “Meio Ambiente”, cuja temática se insere nas propostas democráticas do governo e englobam vários Estados, em prol de uma causa em comum: promoção e manutenção de um Meio Ambiente equilibrado para as gerações atuais e futuras. Assim, o Meio Ambiente, como temática, está na política, e se referir a democracia é colocar em debate também as questões ambientais, as quais atingem todos os cidadãos, e as quais são bases de criação leis, constituições.

As mudanças climáticas globais vêm ocorrendo ao longo da história, entretanto, até o século XVIII, essas mudanças e degradação ambiental estavam ligadas a fenômenos naturais e eventuais de atividades vulcânicas. Após o século XVIII, com as revoluções industriais, as mudanças climáticas passaram a estar ligadas não mais apenas aos fenômenos naturais, e sim, muito mais aos impactos das atividades humanas (BNDES,2010a).

Segundo Barbieri (apud COUTO; TEIXEIRA, 2010), o pós Segunda Guerra trouxe impactos muito negativos ao Meio Ambiente. Desde o pós Guerra, há um aumento da temática ambiental nas agendas de governos, nacionais e internacionais, principalmente com o lançamento de vários documentos com legitimidade científica, que desejavam diminuir impactos ambientais, como, por exemplo, o “Relatório de Meadows”, em 1972, encomendado pelos empresários do Clube de Roma e pesquisadores de instituições acadêmicas norte americanas.

No século XXI, a questão ambiental passou a fazer parte de diferentes estados e nações na constituição de suas leis. O Plano Diretor de uma cidade, e as licitações de governos, são exemplos de leis bastante discutidas atualmente e que possuem um alicerce no desenvolvimento sustentável.

No âmbito das finanças, há uma crescente demanda para que bancos comerciais, por exemplo, atuem de maneira a serem responsabilizados pelos impactos negativos a sociedade e ao meio ambiente, a partir dos projetos financiados a seus clientes. Diante disso, e dentro do contexto de diminuição dos impactos ao Meio Ambiente, surge a prática denominada Investimento Socialmente Responsável.

Essa ideia de desenvolvimento dos bancos com a preocupação de impactos socioambientais cresceu com a criação dos Princípios para o Investimento Sustentável (PRI), por parte da Organização das Nações Unidas, e pela criação dos Princípios do Equador, pelo Banco Mundial (SARTORE, 2009).

Em sua tese, Sartore (2010) demonstra o surgimento do Investimento Socialmente Responsável (ISR) no Brasil a partir de uma análise da esfera privada. O presente estudo situa o desenvolvimento da política “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” dentro deste contexto de desenvolvimento do ISR no Brasil, entretanto, visto a partir dos bancos da esfera pública, mais particularmente, o BNDES.

O crescimento da ideia de Investimento Socialmente Responsável é relevante, ao passo que, o BNDES atua gerando créditos e investimentos em prol do Meio Ambiente e que isto, na atualidade e no campo das finanças, é conhecido pela rubrica Investimento Socialmente Responsável.

Magalhães (2010, p. 123) reconhece a importância das organizações sociais e ambientais na influência de adoção de padrões socioambientais pelos bancos, pois elas constroem um grau de reputação aos agentes econômicos. Desta maneira, “a análise de impactos sociais e ambientais amplia o grau de incerteza nas decisões dos bancos sobre os negócios financiados”, garantindo que, os investimentos sejam feitos, em maior parte, nos projetos que demonstram clareza na sua adoção de padrões sustentáveis. Assim, o crescente questionamento da legitimidade dos bancos na sociedade, vem resultando no aumento da importância da gestão de riscos reputacionais.

As organizações sociais que atuam no mercado financeiro adotam diferentes estratégias de ação para influenciar os bancos a seguir políticas de sustentabilidade e vem promovendo mudanças nos padrões de funcionamento dos mercados financeiros de diferentes formas. Estratégias baseadas em campanhas e denúncias, apoio direto aos bancos por meio de parcerias para adoção de estratégias de sustentabilidade (MAGALHÃES, 2010, p. 157).

Outra importância dos bancos, além da adoção de estratégias de sustentabilidade, é o empréstimo a projetos que restauram o Meio Ambiente. Em meio a evolução dos empréstimos ao longo da história, atualmente o setor bancário desempenha o papel de intermediário, não alterando essa sua função inicial, e também funciona como agente principal da concessão de crédito, sendo que “ao conceder créditos e cuidar dos rendimentos de milhões de cidadãos, os bancos fazem parte do sistema financeiro do Brasil e do mundo” (SARTORE, 2006, p. 47).

Nessa concepção de financiamento, investimento, empréstimos, é que a pesquisa se insere, pois ao analisar o teor das políticas ambientais do BNDES, antes, é necessário frisar a importância dos bancos como agente de investimentos e de promoção de desenvolvimento de um país.

#### **1.1.2. Desenvolvimento sustentável no contexto nacional e internacional**

Além da alta conflitualidade das questões que envolvam o Meio Ambiente, é necessário frisar que, ao longo do século XX, o direito a um meio ambiente equilibrado, foi sendo cada vez mais enfatizado pelos Estados globalizados e pela ONU (Organização das Nações Unidas). Assim, se referir em democracias, políticas e Estados, é se referir a um contexto de desenvolvimento que atenda as três dimensões: economia, sociedade e Meio Ambiente.

Para entender a trajetória das políticas ambientais no Brasil, é necessário, a princípio, compreender o processo ambientalista que ocorreu na esfera internacional, iniciando em 1972, na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, onde aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, com a participação de 113 países. Nesta conferência foi apresentado o conceito “Eco-desenvolvimento”, por Ignacy Sachs (BALBO et.al., 2009), considerado tal termo o precursor da nomenclatura “desenvolvimento sustentável”. Na conferência também foi publicado o Relatório do Clube de Roma (*The Limits of Growth*) sobre os riscos globais dos efeitos da poluição e sobre a necessidade do cuidado com os recursos naturais, pois segundo o relatório, eles seriam esgotáveis.

Já em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelecendo o paradigma do desenvolvimento sustentável, cujo relatório de sua criação (*Our Common Future*) propunha a limitação de crescimento da população, a garantia de alimentação, a preservação da biodiversidade e de ecossistemas, a diminuição do consumo de energia e o desenvolvimento de tecnologias de fontes energéticas renováveis, o aumento da produção industrial a base de tecnologias de energias limpas, o controle de urbanização, a integração campo e cidades menores e a satisfação das necessidades básicas. Essa Comissão permite inferir que apenas na década de oitenta é que o mundo se tornou mais unido em busca do desenvolvimento em prol de um Meio Ambiente mais equilibrado (BALBO et.al., 2009).

O termo “desenvolvimento sustentável” originou-se em 1987 no documento “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, significando que “desenvolvimento sustentável é aquele que garante o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender as suas necessidades” (BALBO et.al., 2009).

Em 1992 foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Eco -92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento) na qual foram elaboradas (SCHAUN et. al., 2010) a Carta Terra (Declaração do Rio) e a Agenda 21, refletindo no compromisso político global para o desenvolvimento sustentável no mundo. A Eco-92 é importante nesse momento, pois refletiu formalmente o consenso mundial sobre a importância de estabelecer novos padrões de consumo e de mentalidade, não só das empresas, mas também de cada pessoa, para que o desenvolvimento sustentável possa ser logrado.

Sobre a Agenda 21 e a Declaração do Rio, Oliveira Filho (2004) dispõe que:



A Agenda 21 dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os desafios do século XXI. Ela reflete o consenso global e compromisso político em seu mais alto nível, objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental. A declaração do Rio visa estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e proteja a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento. A partir desse momento, começa a existir de maneira globalizada uma preocupação que diz respeito à gestão ambiental e desenvolvimento sustentável tanto por parte das entidades governamentais das organizações públicas e privadas como dos consumidores deste mercado global (OLIVEIRA FILHO, apud BALBO et.al,2009, p.6).

Em 2002 aconteceu a Conferência Mundial em Johannesburgo, denominada Rio + dez, a qual estabelece medidas em prol do desenvolvimento sustentável. O ano de 2009 é marcado pela 15ª Conferência do Clima (COP15), na cidade de Copenhague, na Dinamarca, na qual é debatida a questão das mudanças climáticas, derretimento das calotas polares, e rapidez de mudança climática nas regiões, mostrando que o clima não é algo que necessita de bastante tempo para se alterar.

Outro evento a nível internacional é a Rio + 20, também conhecida como, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento sustentável (CNUDS), a qual foi realizada em 2012, na cidade brasileira do Rio de Janeiro, a fim de discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável do planeta.

Há deste modo, uma série de eventos internacionais, para preservação ambiental e em vários deles há a participação do Brasil. Há também inúmeras leis no Brasil sobre a temática. Diante da importância ao tema, as empresas também incorporam a concepção de que também precisam realizar seu papel e adotar medidas, para diminuir seus impactos na natureza e na sociedade, e também, conforme é analisado neste estudo, essas empresas buscam uma boa reputação e expansão de novos mercados.

Para concluir essa cronologia do conceito de desenvolvimento sustentável, a partir das grandes conferências internacionais, pode-se afirmar que, o Documento da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizado em 1972, na Suécia, foi um grande passo inicial para novas conferências e encontros internacionais sobre a questão ambiental que foram ocorrendo nos últimos vinte anos, e é precursor de várias ideias, dentre elas, a maior participação do Estado nas questões ambientais, controlando, planejando e administrando os recursos.

Desta maneira, nota-se que, o desenvolvimento econômico de um país está ligado à preservação ambiental, diminuindo impactos ambientais, e que o Estado tem um papel central na direção do desenvolvimento econômico e também sustentável do país.

Deve-se confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais do Estado, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente [...] O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida. (ONU, 1972, p.4).

A maior parte das pesquisas, sobre o movimento do ambientalismo, se originou das ciências sociais e políticas, considerando o “ambientalismo” como um “grupo de pressão” ou “movimento histórico” (LEIS; D’AMATO, 1994). O ambientalismo estaria ligado a um novo sistema político, e de fato é visível essa afirmação ao se notar as mudanças de concepções ambientais, que as novas agendas dos governos nacionais e internacionais passaram a possuir.

O Quadro (Quadro 1: História do ambientalismo no Brasil e no mundo, Apêndice A), demonstra alguns momentos que compõem o desenvolvimento do ambientalismo no Brasil e no mundo, enfocando o que ocorreu também em relação à esfera financeira.

Sobre o conceito de Desenvolvimento sustentável, ele surgiu no contexto de neoliberalismo econômico. E nesse momento iremos inserir esse conceito no discurso de desenvolvimento do sistema capitalista, para verificar que na verdade, é um discurso com roupagem diferente, mas com objetivos semelhantes ao do sistema capitalista sempre vigente.

Dentro dessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável possui um discurso próprio, que é discutido por Machado (2006). Machado descreve a evolução do conceito histórico o qual surgiu o Desenvolvimento Sustentável (DS), afirmando que este possui um discurso, com nomenclatura de Discurso do Desenvolvimento Sustentável (DDS), perpassando pela trajetória do modelo capitalista, incluindo o momento da crise econômica mundial, final da década de 1960, ao ressurgimento das políticas neoliberais. Machado (2006) alega que, o DS juntamente com o DDS, surgiu como forma de manter a mesma estrutura do sistema capitalista.

Assim, o desenvolvimento sustentável (DS) é parte de uma formação discursiva mais ampla (MACHADO, 2006), a do desenvolvimento, havendo a organização de um campo de disputas e interesses. Para Machado (2006), quando se debate o desenvolvimento sustentável,

na trajetória de Estocolmo à Rio-92, é importante notar o campo de disputas de interesses no contexto em que há várias noções, conceitos, ideias e práticas.

Machado (2006) utiliza Foucault (1979), para compreender os discursos políticos de desenvolvimento sustentável, visto que, “na abordagem foucaultiana, o discurso é compreendido não apenas como grupo de signos, mas como a ordenação dos objetos, como relações de poder”, sendo que, dessa forma, “o discurso é o espaço onde saber e poder se articulam em um jogo de ação e reação, dominação e resistência” (MACHADO, 2006, p.2).

Nessa perspectiva, o discurso é local de disputa, de jogo de relações, e Machado (2006) posiciona o discurso do desenvolvimento sustentável (DDS) como local de arena de disputas de interesses, sendo que essa pesquisa também adota essa ideia.

Para Machado (2006), o DS veio através da emergência da questão ambiental, como um resultado do progresso, da consciência social acerca da finitude dos recursos naturais. Entretanto, como afirma a autora, esse DDS é muitas vezes resultante de discursos que conformam as forças subordinando as demandas ambientalistas à lógica da produção do sistema capitalista, com base na acumulação flexível de capitais.

Em torno da palavra “desenvolvimento” foi sendo construídos os sentidos relacionados a ela, tais como: crescimento, progresso, evolução, melhora, se referindo sempre a uma escala evolutiva, ideia de progresso. Essa ideia de desenvolvimento é dessa forma, “inerente à racionalidade ocidental moderna e em torno dela se constituíram os elementos de uma formação discursiva no sentido proposto por Foucault (2002)” (MACHADO, 2006, p. 3). Assim, conforme a autora, o discurso central sobre o termo “desenvolvimento” remete ao funcionamento da lógica do capitalismo industrial e a disputa de poder.

Após a II Guerra Mundial, houve a redefinição de uma nova ordem internacional, com novas relações entre as economias industrializadas e suas antigas colônias e áreas de influência, tornando mais estratégica a face de disputas entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.R.S.S). Nesse contexto, em prol da hegemonia dos Estados Unidos, o bloco capitalista concentrou a ideia de desenvolvimento, que para tanto, expandiu a ideia de reafirmar os valores e interesses das sociedades capitalistas industrializadas, garantindo além da sua reprodução, a sua permanente expansão (MACHADO, 2006).

Juntamente a essa nova ordem econômica, pós Segunda Guerra, teve início os investimentos, para que os países do Terceiro Mundo, estivessem se desenvolvendo, colocando o contexto dos pobres na ordem do discurso de Foucault. Surgem, nessa realidade, espaços institucionais na produção e difusão do discurso do desenvolvimento, como por

exemplo, as Nações Unidas e suas Agências. Diante disso, “o discurso do desenvolvimento sustentável funciona como um mecanismo de hierarquização e dominação cultural” (MACHADO, 2006, p. 5).

A compreensão dos mecanismos de funcionamento de uma Formação Discursiva passa pela análise das interrelações entre os três eixos que a definem: as formas de conhecimento através das quais são elaborados seus objetos, conceitos e teorias; o sistema de poder que regula suas práticas; e as formas de subjetividade que se buscam moldar a partir desses saberes e dessas práticas (Foucault, 2002 apud MACHADO, 2006, p 6).

O discurso do desenvolvimento (DD) emergiu, servindo como instrumento entre as relações de poder e dominação, das economias fortes pelas economias dos países do Terceiro Mundo, ideia expandida, na qual é válido e desejável, o modelo econômico de sociedade traçado pelas sociedades industrializadas, em prol do chamado desenvolvimento. Com a década de 1960, e crise econômica mundial, veio a tona a necessidade de superar colocando em “movimento uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado” (MACHADO, 2006, p.6).

Machado pontua a transição do regime do modelo fordista-Keynesiano para o modelo de acumulação “flexível” de Harvey (1992), afirmando que o discurso do desenvolvimento (DD) foi afetado por toda a crise decorrente desde o final da década de sessenta e por todo o conjunto de mudanças econômicas e políticas ocorridas desde então.

A emergência da questão ambiental no final da década de 1960 deu lugar à configuração de um complexo campo de disputas de poder envolvendo diferentes formas de perceber e encaminhar as contradições produzidas no interior da relação entre desenvolvimento econômico e degradação do meio ambiente. O DDS resulta dessas disputas e se move a partir da correlação de forças que se estabelece em torno delas, bem como dos interesses que elas movimentam (MACHADO, 2006, p. 7).

O Discurso do Desenvolvimento Sustentável (DDS) possui as bases de discursos do Discurso do Desenvolvimento (DD) além de mais novos discursos sobre a questão ambiental, entretanto, os problemas ambientais serviriam de elementos para criticar o modelo dominante. A Conferência de Estocolmo em 1968 pelas Nações Unidas é o marco de crise do DD para o DDS.

Os países do Terceiro Mundo, que acompanhavam com relativa distância e indiferença as movimentações ambientalistas nas sociedades industrializadas, foram despertados pela convocação da Conferência de Estocolmo. Houve uma imediata mobilização com o objetivo de encaminhar a discussão da necessidade da proteção ambiental, de maneira que as alternativas a serem propostas ou construídas, durante a Conferência, não trouxessem prejuízos ao crescimento econômico desses países. Trataram rapidamente de demarcar a sua posição já no início dos preparativos para a Conferência: os problemas que eles reconheciam e assumiam como prioridades relevantes estavam todos relacionados à falta de desenvolvimento, sendo o equacionamento da questão social apontado como o mais importante e urgente. Não é que os países do Terceiro Mundo não reconhecessem a existência dos problemas ambientais, mas argumentavam que era preciso diferenciar esses problemas e, a partir daí, pensar em terapias adequadas a cada situação. Nessa perspectiva, ressaltaram ainda as dificuldades que enfrentavam para promover o crescimento de suas economias e solucionar o que eles consideravam ser os seus problemas ambientais – pobreza – diante da relação de forças desigual e desfavorável estabelecida na dinâmica de funcionamento da economia mundial (MACHADO, 2006, p. 8).

Na citação anterior, há todo o contexto do surgimento e da reorganização do discurso do desenvolvimento sustentável (DDS). É relevante essas conclusões de Machado (2006), visto que, essa pesquisa analisa a política ambiental do programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, e, para compreender os discursos na esfera nacional, aqui representado pelo BNDES, é preciso entender como o DDS surgiu no âmbito global.

O DDS volta na década de 1980, na Rio-92, com a Agenda 21. Na Rio-92, conforme Machado (2006), as políticas neoliberais se estabeleceram reorganizando a política e a economia mundial e consolidando os novos mecanismos de acumulação. Assim, ao mesmo tempo em que o DDS possui uma potencial capacidade de superação dos aspectos colonizadores, ele pode atuar como mecanismo de reposição, mesmo que em outros termos, desses aspectos colonizadores (MACHADO, 2006).

O próprio conceito de “desenvolvimento sustentável”, Pezzey (apud TOLMASQUIM, 1994), apresenta no mundo, nos últimos dez anos, a quantidade de sessenta conceitos diferentes. Enquanto Pearce & Markandya (apud TOLMASQUIM, 1994), aponta vinte e seis. Ou seja, nesse mundo de ideias, teorias, ideologias e “soluções” para os problemas ambientais, há uma complexidade de conceitos. Entretanto, nesse estudo, o conceito de desenvolvimento sustentável em destaque é o da própria ONU, e o que se defende aqui são as ideias de discursos de Machado (2006).

Diante do exposto, o que se pretende na atual pesquisa é além dessa discussão proposta por Machado (2006) sobre o discurso do desenvolvimento sustentável. O que se pretende é

mostrar a dinâmica dos discursos envolvidos nas políticas ambientais, pelas análises de discursos do BNDES. Dessa forma, a abordagem de Machado (2006) é a defendida por esse estudo, entretanto, em vez de se focar os caminhos da sustentabilidade e não sustentabilidade, foca-se a dinâmica dos discursos do BNDES, como arena de disputa econômica e política.

Sobre atores da política ambiental, Maimom (1994, p. 245), afirma que “da interação de atores externos e internos às empresas é que se resulta sua política ambiental. A depender do ramo da empresa haverá maior interface com a variável ecológica”. Maimom (1994, p. 245) continua alegando que essas interações entre os atores resultam de arranjos institucionais diferenciados, “seja em nível da atividade ou responsabilidade, seja na interação desta com as demais funções organizacionais”.

Fligstein (2001) reflete sobre a relação entre Estado e mercado e desenvolve o argumento de que o Estado está por trás da expansão e manutenção dos mercados financeiros, pois, quanto mais leis, maior é a presença do Estado e maior é a atuação e existência dos mercados. Neste sentido, o autor cunha a expressão “mercado como política”. Nessa interação de mercado e política e atentando para a atuação dos diversos atores sociais, o estudo visa focar os discursos de políticas ambientais do BNDES, a fim de analisar o papel do estado no desenvolvimento sustentável, e conseqüentemente, nessa expansão de novos mercados oriundos pela temática ambiental.

As perspectivas de Fligstein (2011) são o ponto de partida deste estudo, entretanto, Magalhães utiliza a inovação no mercado se referindo a esfera socioambiental, e desta forma, devida a contextualização, este autor é mais usado na atual pesquisa.

## **1.2. Políticas Sustentáveis**

Ao se referir a Políticas Públicas ambientais brasileiras, elas de maneira formal em seu processo de constituição jurídica, se remetem ao início da década de trinta, entretanto, de maneira bastante tímida. Mas, com a colonização dos portugueses, já existiam na colônia leis e políticas ambientais, todavia, de maneira isolada e carente de uma séria efetivação. Na década de trinta (PECCATIELLO, 2011), nota-se a regulamentação da apropriação da industrialização e da urbanização, ocorrendo uma série de políticas para essa questão. Desde a década de trinta, o Estado era centralizador e autoritário, refletindo esse aspecto nas políticas

públicas, as quais, desde seu início, eram reflexo de conteúdos que demonstravam pouca importância com o Bem-Estar da maioria da população.

Entretanto, as leis para preservação ambiental no Brasil foram criadas não somente na década de trinta do século XX. Muito antes, mesmo durante o processo de colonização, havia leis de proteção ambiental, como por exemplo, Lei de proteção à Florestas e regimento do Pau-Brasil (1605), Proteção de Rios e Nascentes (1799), 1ª Lei de Terras no Brasil (1850), 1ª Reserva Florestal através de decreto (1911), Código Civil Brasileiro com disposições ecológicas (1916) (SALHEB et. al.). Mas, ao se referir a políticas públicas ambientais brasileiras, tem-se que elas passaram a ser mais presentes e efetivas na sociedade a partir da década de oitenta.

O salto da preocupação ambiental começou a ocorrer no início década de oitenta, para que, a partir do ano 2000, o Brasil acelerasse a preocupação com políticas nesse setor, ocorrendo, por exemplo, a aprovação do Sistema Nacional da Unidade de Conservação, Lei nº9.985/2000.

Somente a partir da segunda metade do século XX a esfera internacional inicia sua influência nas políticas ambientais nacionais de maneira efetiva e tendo o Meio Ambiente como objeto específico de proteção. Para Peccatiello (2011), há uma relação entre a temática ambiental e as políticas públicas, pois “as demandas sociais determinam intervenções político-administrativas, realizáveis por meio do aparato legal e das políticas públicas” (p.2). O próprio conceito de “políticas”, a partir da década de 1980, no Brasil, é ampliado, e passa a significar coletividade pública, com finalidade da administração do domínio público.

O período ditatorial no Brasil foi marcado por um caráter autoritário nas políticas públicas nacionais, com ausência de participação popular e exclusão da maioria da população nesses processos. Diante desse contexto, e para tornarem as políticas públicas mais democráticas, a nova Constituição federal de 1988, ampliou o conceito de políticas para algo mais coletivo, com participação da própria sociedade (PECCATIELLO, 2011).

Há quatro abordagens nas políticas públicas brasileiras até o ano de 1988: 1) a administração de recursos naturais; 2) o controle da poluição industrial; 3) o planejamento territorial; 4) gestão integrada de recursos (MONOSOWSKI apud PECCATIELLO, 2011).

A primeira abordagem- administração de recursos naturais, corresponde a partir da década de 1930, com o enfoque nas necessidades de industrialização e urbanização. São documentos criados e aprovados nesse período, como por exemplo, Código das Águas (1934), Código de Mineração (1934), Código Florestal (1934), Código de Pesca (1938), Estatuto da Terra (1964).

Ao longo da década de sessenta, também são criados uma série de Ministérios, como por exemplo, Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como criação e delimitação de zonas naturais protegidas: Parque Nacional do Itatiaia (1937), Parque Nacional do Iguaçu (1939), Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939), Floresta Nacional de Araripe-Apodi (1946), Parque nacional do Araguaia (1959), Parque Nacional das Emas (1961), Parque Nacional das Sete Quedas (1961), (PECCATIELLO, 2011).

A segunda fase –controle da poluição industrial- se inicia por volta da década de setenta, influenciada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, de 1972, realizada em Estocolmo. Essa influência colaborou para se criar no Brasil a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Também foi criado o zoneamento industrial e de proteção de mananciais, devido a fase terceira, na qual foi bastante intensa a urbanização, gerando uma série de impactos ambientais.

Em 1981 inicia a “gestão integrada de Recursos” (PECCATIELLO, 2011), culminando com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº6.938/1981) e o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em 1985.

A Lei nº6938/81 cria o Conselho Nacional do meio Ambiente (CONAMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), sendo inovadora essa lei porque adotou, como estratégia de eficácia, a responsabilização do Estado por suas ações no Ambiente, e também possui importância (PECCATIELLO, 2011) pelo fato de funcionar, como alicerce, para viabilizar instrumentos, como zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, cadastro técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental além das penalidades à crimes ambientais.

A questão ambiental criou forças nas últimas três décadas, o que se reflete nas ações do poder público, das empresas e da sociedade civil. Mesmo com o desafio “permanente de equacionar os problemas ambientais frente ao crescimento econômico e seus agentes, hoje no Brasil a questão ambiental se encontra incorporada à agenda política” (PECCATIELLO, 2011, p.10).

Com a responsabilização do Estado, com a inclusão da sociedade civil nas pautas de discussão do governo, e com a inserção das empresas, no debate e nas práticas para preservação ambiental, iniciou um processo de políticas públicas ambientais mais efetivas no Brasil.



Em 1981 foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6938/81 (BRASIL, 1981), inovando ao apresentar o Meio Ambiente como objeto específico de proteção. A Constituição Federal, promulgada em 1988, estabeleceu a defesa ao Meio Ambiente, como um dos princípios a serem respeitados por todas as atividades econômicas e incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável, no capítulo IV dedicado ao tema “Meio Ambiente”. A Constituição estabeleceu o respeito ao Meio Ambiente e defesa do aproveitamento racional dos recursos e incluiu os sítios ecológicos como parte do patrimônio cultural.

O ambientalismo brasileiro tem influenciado na implementação de políticas públicas, com finalidade de almejar o desenvolvimento sustentável. Esse ambientalismo brasileiro se expande no Brasil, a partir de meados da década de 1970, concentrando os grupos ativistas, principalmente na região Sul-Sudeste. As lutas iniciaram mais claramente no Brasil, na década de 1970, representando marcos da ação ambientalista no Brasil, marcando o início de questionamentos de políticas de governo pelas comunidades científicas e de organizações ambientalistas. O surgimento da classe média, disposta a apoiar as atividades de caráter ambiental, acelera o ambientalismo no Brasil (JACOBI, 2003).

Outra força favorável a esse movimento, o qual Jacobi (2003) denomina “ambientalismo”, foi a década de 1980, em que vários ambientalistas passaram a exercer cargos políticos. “A partir da segunda metade da década de 1980, a temática ambiental assume um papel bem mais relevante no discurso dos diversos atores que compõem a sociedade brasileira” (JACOBI, 2003, p.10).

Nesse contexto, Jacobi (2003) chama a atenção para o fato que, na década de 1980, ocorre a ampliação da conexão do ambientalismo com os movimentos sociais, assim, as Organizações Não Governamentais (ONGs) procuram dialogar com os sindicatos, espalhando, dessa maneira, as mais diversas formas de atores e de discursos.

Para Jacobi (2003), a presença da questão ambiental nos discursos foi ganhando força a partir da Rio-92, cujo evento teve um papel relevante para a reflexão e prática do desenvolvimento sustentável, direcionando o discurso, que antes se referia apenas à proteção ambiental, de forma isolada, sendo assim substituído esse discurso para a necessidade de se pensar as relações entre desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, “como eixo de convergência da relação entre sociedade e Estado” (p.16).

Dentro desse aspecto, Jacobi (2003) desperta para o fato que essa nova realidade de discurso pós Rio-92, contribuiu a fim de que outros atores se inserissem de maneira mais eficaz e ativa no debate ambiental, como por exemplo, grupos cientistas e empresários.

Ainda dentro do contexto dos anos 1992,

Dentre os temas críticos, a defesa da Mata Atlântica é um dos que tem mobilizado desde 1992 uma rede de ONGs- a chamada Rede de ONGs da Mata Atlântica- RMA- que foi criada durante a Rio-92 para defender os últimos 7,3% da área original da Mata Atlântica no Brasil [...] Quando da sua criação, participaram 46 ONGs, das quais 15 se voluntariaram para formar uma comissão de criação, responsável pela elaboração do documento que define objetivos, operacionalização e forma de participação na rede (JACOBI, 2003, p. 20).

Conforme Jacobi (2003), foi a partir de 1992, que a Mata Atlântica se tornou objeto de discussão e de reflexão para traçar diretrizes à sua preservação, e esse dado é importante para essa pesquisa, pois, foi a partir daí que passaram a se formar os discursos e os atores políticos em defesa deste bioma. Desde então, para defesa da Mata Atlântica (JACOBI, 2003), os planos são formulação de políticas públicas e sua efetiva implementação, aprimoramento da legislação, divulgação e mobilização da sociedade, através de ações que criam fatos políticos.

Nessa temática de políticas ambientais, há a governança socioambiental, que esta sendo gradualmente desenvolvida nos últimos 20 anos, sendo que, ao longo da década de 90, começou a surgir uma série de iniciativas globais para a definição de políticas ambientais, “essas iniciativas foram aos poucos moldando um sistema de regulação socioambiental no mercado financeiro” (MAGALHÃES, 2010, p. 49).

Assim, esse “novo modelo de política ambiental”, tem suas influências internacionais. Aos poucos, foram estabelecidos tratados internacionais para ratificar direcionamentos de adoções de planos, ideias sustentáveis. Ao compreender esse contexto, é notável que as políticas ambientais realizadas, criadas e implementadas no Brasil, antes de tudo, reflitam um contexto global de discursos para diminuição dos impactos ao meio ambiente. Discursos internacionais influenciaram nas mudanças de leis, adoções de novas medidas e transformações das políticas no Brasil.

Essas mudanças políticas podem ser traduzidas a mudanças nas políticas públicas governamentais, bem como mudanças em legislações específicas, além de mudanças nos setores bancários, empresariais, e financeiros em geral.

### **1.3. Teoria do discurso, e surgimento das políticas ambientais dos bancos na esfera internacional.**

Ao analisar os dados e o contexto, em que ocorre a aplicação dos projetos do Programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, pode-se notar a importância em estudar os atores

envolvidos nos processos, atores como: comunidade local, ONGs, empresa que está aplicando o projeto, e o Estado (representado aqui pelo BNDES). Entretanto, tal análise requer muito tempo, tempo superior ao limite para finalização do mestrado, assim, essa pesquisa apenas aponta quais são os atores, e mostra, de maneira tangencial, a atuação deles e a dinâmica de discursos envolvidos.

Nota-se a relevância dos atores, principalmente nas questões ambientais, as quais são polêmicas e com interesses conflitantes. Magalhães (2010) afirma que, para compreender os processos internos de circulação de informações de projetos socioambientais, é preciso compreender como agem os indivíduos e grupos, e levar em conta que as transformações acontecem em zonas específicas, com desigualdades geográficas e com aspectos sociais e políticas peculiares.

Magalhães (2010), ao tratar das transformações ocorridas nas finanças e na realidade socioambiental, a qual está presente em todas as áreas, ele se apoia nas ideias de Fligstein e Goldstein (2009), defendendo que os mercados financeiros estão juntos, como se fosse um sistema, havendo concentração e interligação entre eles, existindo também a intervenção de grupos agentes, com hábitos conhecidos e que uns conhecem aos outros, ocorrendo a adoção ou exclusão de movimentos uns dos outros.

Em relação a interação de diversos atores e à expansão de mercados, para Fligstein (2001), a governança depende principalmente dos protagonistas das mudanças, seus interesses e suas concepções. Segundo Fligstein, mercados crescem pela relação e evolução de agentes privados e reguladores, em que os governos atuam como elementos importantes na formação e expansão de mercados, criando condições para mudanças necessárias, formando novos mercados pela reputação e legitimidade das instituições (MAGALHÃES, 2010).

Ao longo dos anos, vem sendo evoluídas várias instituições e padrões internacionais de políticas socioambientais nos bancos, e conforme Magalhães (2010), esse processo começa com o desenvolvimento das finanças sustentáveis, cujas políticas vão se transformando, ao longo do tempo, de maneira cada vez mais direcionada e com análises dos investimentos financeiros.

Magalhães (2010) traz dados importantes, tais como, em 2010 havia no mundo 67 bancos signatários dos Princípios do Equador. Magalhães abrange as várias discussões sobre a qualidade dos Princípios do Equador, demonstrando autores que consideram os princípios importantes e com bons resultados, e aqueles que defendem as negatividades dos princípios. Entretanto, conforme Magalhães (2010) afirma, há mais aspectos positivos do que negativos, e é essa perspectiva de análise que sustenta a presente pesquisa.

Apesar de os Princípios do Equador atuarem de forma setorial e restrito a mercados financeiros, as consequências das adoções de suas disposições, conforme padrões socioambientais pelos bancos, expandem para todas as atividades produtoras de grande porte. Assim, “a adequação das empresas aos padrões socioambientais dos Princípios do Equador, tende a ser uma condição de acesso ao mercado financeiro, especialmente para financiamentos de longo prazo” (MAGALHÃES, 2010, p. 229).

Neste momento é importante contextualizar o que vem a ser discurso e situá-lo teoricamente para, após, relacioná-lo a esfera ambiental e das finanças. Para Foucault (2003) toda produção de sentidos é um discurso, seja ele oral ou visual, não havendo nenhum discurso ausente de poder. Foucault(2003) afirma que não há nenhum discurso abstrato, que não tenha forma, havendo assim, a “materialidade” do discurso, seja por meio de cores, perspectivas, gestos, tom de voz, uso de determinadas palavras.

No contexto do método iniciado por Foucault, conforme Lamas (2010), Foucault se direcionava para libertar as ciências humanas, as quais estavam ainda muito ligadas ao método de pesquisa positivista, sendo que, a opção pelo positivismo estava relacionada a uma forma de controle de informação e a uma forma de obtenção de poder.

Foucault reconhece a importância do Iluminismo para a criação de uma consciência libertadora, mas reconhece também os limites impostos pela supremacia de uma razão, a razão burguesa, a qual se baseava na credulidade, na aversão à dúvida, no padrão cultural, no receio de contradizer. Assim, Foucault se utiliza dessa História como método filosófico, como forma de pensar, evocando as escolhas escondidas nas “verdades” (LAMAS, 2010).

Sobre as atuações do poder, elas são mais sutis do que aparentam. Sem essência, o poder para Foucault não é algo que se possui, e sim, que se exerce (LAMAS, 2010). Ninguém é dono do poder, mas ele está presente, seja na família, no hospital, na escola, na prisão, sendo que, o poder atua criando, destruindo, estabelecendo e anulando. O poder é expressão do mundo (FOUCAULT, 1979, apud LAMAS 2010).

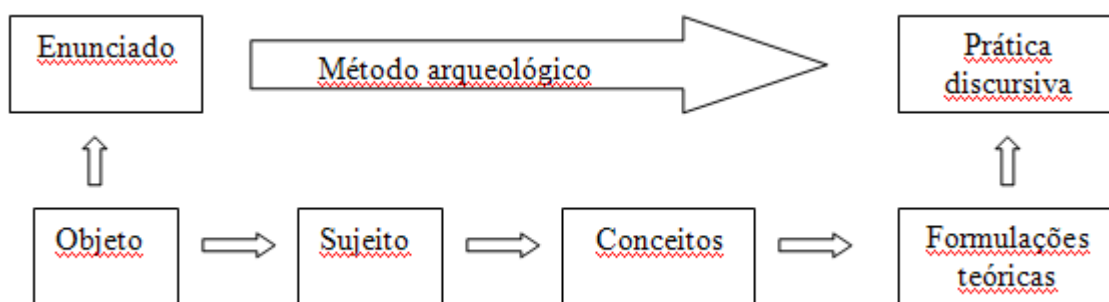
Foucault posiciona que as ciências humanas podem ser observadas como sistemas autônomos de discurso, sendo que, as instituições sociais exercem influência sobre os discursos. Sendo assim, afirma que ao investigar os discursos das ciências humanas é necessário tratar o que é dito como um “*discurso-objeto*”. Assim, o método de análise do processo das ciências e sua teoria do discurso, possui como grande função, um método de buscar compreender as condições históricas e sociais que possibilitaram o entendimento de acontecimentos discursivos (GONÇALVES, 2009).

Foucault objetiva a análise dos *discursos*, como se desfizessem os laços fortes entre as palavras e as coisas, obtendo uma perspectiva entre os níveis da estrutura e o do acontecimento, partindo da análise das relações que se estabeleceram do menor e mais simples grau para o mais amplo e complexo. Assim, o discurso refere-se ao conjunto de enunciados que obedecem a regras comuns de funcionamento (GONÇALVES, 2009). Além disso, em Foucault, o sujeito não é a pessoa que realiza um ato de fala e sim aquele que pode usar o ato enunciativo (ARAÚJO, apud GONÇALVES, 2009).

Gonçalves (2009) continua afirmando que na teoria do discurso, Foucault defende que o pesquisador não deve investigar o que supostamente estaria por trás dos documentos e sim descrever as condições de existência do discurso, e também deve selecionar os atos discursivos de um determinado período, para sistematizá-los e descrevê-los.

Nesta pesquisa, ao analisar o contexto em que o desenvolvimento sustentável está presente, é uma forma de compreender que, o Meio Ambiente se torna um objeto mercadológico, pois, além de promover poder daqueles que o detém, cria e expande mercados. Assim, o BNDES ao possuir políticas ambientais, busca exercer o poder.

Foucault introduz quatro categorias descritivas para a análise das formações discursivas: os objetos, os sujeitos, os conceitos e as estratégias, representando as etapas que podem ser discriminadas no processo entre o enunciado e a formação discursiva:



Fonte: Gonçalves (2009)

O poder em Foucault apresenta-se como um sujeito que se autodisciplina, sendo a liberdade oriunda de um mecanismo racional, como se o poder fosse utilizado para a conciliação, o saber que liberta do poder. O método de pesquisa adotado por Foucault busca

responder o porquê do surgimento dos saberes e como estes se transformam, o que é denominado de “genealogia”. A mecânica do poder para Foucault é concreta, particular, permeia toda a sociedade e suas instituições, existindo também no próprio corpo do indivíduo caracterizado por micropoder. Foucault utiliza o método descritivo numa preocupação constante de como o poder alcança por estratégias (CASTELO BRANCO, s/d).

Castelo Branco (s/d) afirma que há uma correlação do pensamento de Foucault com as preocupações contemporâneas de políticas públicas para a preservação da natureza, a ecologia, a questão da fome, o transplante de órgãos. Assim, o método arqueológico de Foucault persegue como objeto a epistemologia, o conhecimento. Sua intenção é construir uma história dos saberes.

Desta forma, essas “preocupações” são na verdade uma forma de obtenção de poder, o que Machado (2006) defende na sua teoria sobre Discurso do Desenvolvimento Sustentável, afirmando que esse discurso é capitalista.

Diante do exposto, a constituição metodológica foucaultiana se exerce na disposição interdisciplinar dos saberes, com preocupações metodológicas como: procurar o poder nas suas mais locais manifestações; não procurar saber quem detém o poder, não estudá-lo em termos de decisão ou intenção; não tomar o poder como um fenômeno homogêneo, de grupos sobre indivíduos, de uma classe sobre outras; considerar o indivíduo como um efeito do poder (CASTELO BRANCO, s/d).

Em relação a análise do discurso, ela jamais expressa uma verdade e sim uma perspectiva, uma interpretação, sendo que, há várias interpretações diferentes, várias perspectivas distintas de análise. Assim, por meio da análise de um discurso se atinge a uma hipótese, se constrói uma hipótese e não a verdade. Ademais, o discurso é rarefeito, pois é de poucos grupos, sendo necessário haver uma formação discursiva, com discursos organizados em determinados campos. Há também a “transparência de linguagem” a qual seria uma transparência de sentidos, que por tanta repetição se insere no saber (ORLANDI, 2001).

Orlandi (2001) afirma que a necessidade de se estudar a linguagem acarreta a análise do discurso, e que este está além da gramática e da língua, ou seja, a língua fazendo sentido, simbolizando algo dentro do meio social. Assim, Orlandi alega que a ideologia se materializa no discurso, que se materializa na língua.

Orlandi (2001) afirma que, o “sentido” de um discurso é o efeito da interação dos indivíduos com os textos mediados pela ideologia e que, a identidade dos indivíduos, se constrói na interação (discurso) com os outros (sujeitos e sociedades), havendo um contexto distinto em cada período da história.

Nessa perspectiva de análise de discursos, é importante citar Machado (2006), o qual trabalha com o eixo da prática discursiva de Foucault (1996; 2002), afirmando que para Foucault, o discurso é mais do que um grupo de signos e pode ser visto como relações de poder, havendo um espaço de “ações e reações”, “disputa” e “luta”. Machado (2006) adentra no discurso ambiental e faz afirmações sobre os sentidos e interpretações dele, usando de Foucault para fazer suas análises:

O que se quer ressaltar aqui é que essa noção resulta dos conflitos e das disputas de interesse e poder vinculados aos limites e contradições que a problemática ambiental coloca à expansão do capitalismo industrial. Ela é o resultado de uma determinada conformação de forças que buscam trazer as demandas ambientalistas, subordinando-as à lógica da reprodução do sistema, em espaços que se tornam cada vez mais interdependentes em função dos mecanismos de acumulação flexíveis (MACHADO, 2006, p. 3).

Machado (2006) faz as análises, desse novo discurso ambientalista, que está presente não só na política interna, como também é recorrente na política internacional, e contextualiza a “formação discursiva” e o “sistema de poder” de Foucault.

A compreensão dos mecanismos de funcionamento para uma formação discursiva passa pela análise das inter-relações entre os três eixos que a definem: as formas de conhecimento através dos quais são elaborados seus objetos, conceitos e teorias; o sistema de poder que regula suas práticas; e as formas de subjetividade que se buscam moldar a partir desses saberes e dessas práticas (FOUCAULT, 2002, apud MACHADO, 2006, p. 6).

Diante do exposto, Machado (2006) é utilizada no referencial metodológico dessa pesquisa, pois ela contextualiza a disputa de poder e a materialidade de Foucault e, além disso, traz a disputa de poder para a esfera ambiental. Com análises dos discursos do BNDES, por exemplo, pode notar que a questão ambiental emana seus próprios discursos, que por terem muitas expressões recorrentes, já se tornou numa lógica de não questionamento pela sociedade, de forma que, dá o suporte de legitimidade para a defesa do meio ambiente, facilitando as empresas a terem uma boa imagem perante a comunidade quando essas possuem um discurso de preservação ambiental.

Essa temática ambiental, como âmbito econômico, pode ser inserida na perspectiva de Fligstein(2001), o qual utiliza a metáfora "mercado como política", criando uma

visão sociológica da ação no mercado, visto que, na formação dos mercados, segundo ele, há atores nas empresas, os quais criam uma hierarquia de status. Fligstein (2001) afirma que, uma das principais características da sociedade capitalista é a interação e dinâmica dos mercados, sendo que, alguns mercados se estabilizam e outros mercados ainda se encontram em crise e sofrem transformação. Nesta pesquisa, pode-se afirmar que as políticas ambientais do BNDES funcionam como abertura de novos mercados, havendo vários atores atuando no campo em discussão.

Nos mercados estáveis, as empresas hegemônicas defendem suas posições contra concorrentes, de maneira que, com o desenvolvimento capitalista, os Estados desenvolvem cada vez mais regras de direito de propriedade e de estruturas de governança, estabilizando o mercado para as empresas maiores. Essas instituições reguladoras iniciais desenvolvem novos mercados, operando no progresso capitalista subsequente (FLIGSTEIN, 2001).

Em relação as crises, Fligstein (2002) afirma que, o Estado está frequentemente com alguma crise no mercado devido a organização ou desestabilização dos mercados, de modo que, as empresas pressionam sempre por uma intervenção estatal. Entretanto, conforme o autor, essas regras incorporam os interesses dos grupos dominantes.

As leis e práticas refletem os interesses das forças mais organizadas na sociedade, e nesse estudo, as políticas ambientais do BNDES criam novos mercados e estabelecem regras. O BNDES atua nessa perspectiva visto que, a instituição, por ser um grande banco, com altos investimentos, funciona como grupo dominante, e é nessa visão, elaborada segundo as ideias de expansão de mercados de Fligstein (2002), que a pesquisa é direcionada. Entretanto, este autor não situa o contexto da preservação ambiental e nem mesmo o Meio Ambiente, como objeto de inovação e expansão de mercados. Sendo assim, Magalhães (2010) é inserido nessa pesquisa, pois este autor trabalha com o contexto de desenvolvimento ambiental.



## **CAPÍTULO 2- BNDES E SUA ATUAÇÃO NO MEIO AMBIENTE**

Este capítulo busca conceituar o BNDES e compreender como ele atua nos investimentos, em longo prazo e quando ele passou a investir em questões ambientais, bem como entender a história do banco. Também é mostrada a Política de Responsabilidade Social e Ambiental da instituição e suas diretrizes e princípios, demonstrando que o BNDES adota padrões internacionais de Sustentabilidade Ambiental.

Ainda, o capítulo conceitua as “finanças sustentáveis”, no qual os próprios empresários, instituições bancárias e financeiras participam e se inserem nas questões ambientais, dando ênfase à importância do Investimento Socialmente Responsável (ISR).

Posteriormente, é relatado o papel sócio-econômico-ambiental do BNDES, mostrando algumas políticas ambientais da instituição, do período de 2010 a 2012, com milhões em investimentos não reembolsáveis a projetos ambientais.

Resumindo, esse capítulo engloba a temática ambiental, mostrando que ela está cada vez mais presente nos discursos e no sistema financeiro, influenciando até mesmo a relação das empresas, que buscam lograr uma boa reputação nas questões socioambientais, e mais do que isso, há a permanência da ideologia capitalista, de modo que, o desenvolvimento sustentável inova e expande mercados.

### **2.1. História do BNDES**

O BNDES é uma empresa pública federal, sendo o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos, atentando para as preocupações socioambientais. Em seu Planejamento Corporativo, de 2009 a 2014, nota-se que, o BNDES foca a inovação, o desenvolvimento local e regional e desenvolvimento socioambiental (BNDES, 2012).

Conforme Contador (1975), o BNDES surgiu, primeiramente, com a nomenclatura de Banco Nacional do Desenvolvimento (BND), sendo criado por um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, em 1950, pela chamada “Comissão Mista de Desenvolvimento Econômico”. A finalidade desse acordo era a de apoiar, financeiramente, projetos e programas prioritários para o desenvolvimento do Brasil, funcionando como linhas de créditos, programadas anualmente, de acordo com as metas de crescimento do governo.

Pela lei nº 1.628 (BRASIL, 1952), de 20 de junho de 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), como autarquia federal, para atuar como órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. A princípio, o BNDE investiu muito em infraestrutura, mas com o passar do tempo, cada vez mais, o Banco foi investindo na iniciativa privada e na indústria. Em meados de 1964, o Banco descentralizou suas operações, e se expandiu, abrindo escritórios em São Paulo, Recife e Brasília, passando a operar em parceria com uma rede de agentes financeiros credenciados espalhados por todo o Brasil(BNDES, 2012).

Em 1971, BNDE se tornou uma empresa pública autônoma, com isso houve maior flexibilidade na contratação de funcionários e nas operações(CONTADOR, 1975), de modo que, nos anos 70, a instituição foi importante na política de substituição de importações.

Conforme a página institucional(BNDES, 2013), os anos 80 no BNDE foram marcados pela preocupação social, com a política de desenvolvimento, levando em 1982, a mudança do nome do banco para “Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”.

No ano de 1993 houve estímulo à descentralização regional, com investimentos em projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, possibilitando o setor de comércio e serviços a receber investimentos do Banco. Nessa década começou a ocorrer uma maior preocupação com o meio ambiente, com a classificação do risco ambiental dos projetos (BNDES, 2013).

Em relação aos desafios contemporâneos, o século 21 começou com a consolidação da missão social do banco, cuja missão se enquadra na competitividade da economia brasileira, buscando além desse objetivo, efetivar a sustentabilidade e diminuir as desigualdades sociais e regionais. O BNDES, em seu discurso, busca promover o desenvolvimento local e regional com o compromisso socioambiental.

Sobre a Política de Responsabilidade Social e Ambiental, tem-se que esta estabelece princípios e diretrizes e orientam o relacionamento do BNDES com os diversos públicos interessados. Sendo assim, a Política Socioambiental, tem como discurso a valorização da sustentabilidade na concessão do apoio financeiro, definindo critérios socioambientais para a análise do financiamento a empresas e projetos.

Padrões internacionais de sustentabilidade para as instituições financeiras estão sendo desenvolvidos nos últimos vinte anos. Esses padrões estabelecem compromissos das instituições financeiras com a sustentabilidade, definem padrões para análises de riscos socioambientais, para relatórios de sustentabilidade, definem padrões de análise de corrupções, padrões de investimentos, de emissões de carbono e de políticas

para o clima. O Brasil foi um dos primeiros países a desenvolver um conjunto de princípios de sustentabilidade que busca reunir os principais padrões internacionais das instituições que operam no país, o “Protocolo Verde”. Além disso, o Brasil é um dos países com maior número de instituições signatárias de padrões internacionais de sustentabilidade (MAGALHÃES, 2011, p.5).

Diante deste cenário, o Brasil, com o BNDES, adota padrões de sustentabilidade ambiental internacional. Há a preocupação com a mitigação ambiental nos discursos da instituição, tais como, no código de ética, na missão empresarial, nos objetivos e nas diretrizes. Ademais, em meio aos discursos do próprio BNDES, relacionados ao objeto desse estudo, há uma dinâmica de vários outros atores atuando na temática ambiental da Mata Atlântica, e sendo assim, nota-se a disputa de poder transparecida na dinâmica desses discursos. Conseqüentemente, muitas são às vezes em que há críticas aos investimentos do BNDES e à sua “missão empresarial sustentável”.

Em 2012 o BNDES completou sessenta anos. A sua missão institucional, conforme Revista do BNDES-junho de 2012 n°37, é “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais” (p.11). Atualmente, de acordo com a Revista citada, o Banco tem ativos que ultrapassam R\$ 624 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 61 bilhões.

Como promotor de um desenvolvimento que não basta ser estritamente econômico, o BNDES analisa os projetos a serem financiados, não só pelos aspectos econômicos e financeiros, mas também por seus efeitos diretos e indiretos nos âmbitos territoriais, ambientais e sociais (Revista do BNDES-junho de 2012, n° 37, p. 379).

O papel do BNDES, como financiador, fornecendo créditos, é bastante defendido pelos autores Couto e Trintim (2012), os quais afirmam que, nas Ciências Econômicas, para Schumpeter (1996) e para Keynes (1985), por exemplo, o crédito viabilizava os investimentos produtivos, funcionando como motor do crescimento econômico. Assim, numa economia moderna, as instituições financeiras têm um relevante papel na oferta de crédito.

O “sistema BNDES”, nomenclatura utilizada no Relatório anual de 2011, é composto por quatro empresas, são elas: BNDES, FINAME, BNDESPAR e BNDES Limited, esta última, subsidiária criada em 2009, no mês de novembro, com a finalidade de fomentar a internacionalização das empresas brasileiras e captação de capital internacional. Conforme

este mesmo anual, os capitais que compõem o BNDES para investimentos são predominantemente de origem governamental.

Além de fomentarem o desenvolvimento, os bancos públicos tem uma relevância maior, porque atuam diferente dos bancos privados e convencionais, pois são como agentes anticíclicos, compensando os desequilíbrios no mercado de crédito. No Brasil, esse papel anticíclico dos bancos públicos, como o do BNDES, foi fundamental para não agravar a situação de desenvolvimento do país na crise de 2008. Assim, com os bancos públicos, os governos podem intervir no mercado de crédito, regulando e administrando a quantidade de moeda e da taxa de juros de curto prazo (COUTO; TRINTIM, 2012).

O cenário que cria os bancos de desenvolvimento, segundo Torres Filho (2007, apud COUTO; TRINTIM, 2012), foi o contexto da Segunda Guerra Mundial, pois ela criou condições para reconstrução dos países no pós-guerra. Para Torres Filho (2007), é necessário desde sua criação, que os bancos de desenvolvimento busquem fontes de financiamento no mercado doméstico.

Durante os anos 2000, o banco ampliou sua atuação em benefício das exportações, sendo que, a partir de 2004, a instituição retornou a seu papel de investir na economia, de modo que, entre 2004 e 2010, o volume de financiamentos salta de R\$ 40,0 bilhões para R\$ 168,4 bilhões, evidenciando o aumento dos investimentos do banco nos últimos anos. Esses investimentos são fundos, e o BNDES utiliza grande quantidade de recursos parafiscais e próprios também, visto que, a captação de recursos se origina de fontes nacionais, como por exemplo, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo do Programa de Integração Social, do patrimônio líquido do próprio banco, do Tesouro Nacional, da emissão de debêntures da BNDESp, de fundos públicos tais como Fundo da Marinha Mercante e Fundo Nacional do Desenvolvimento (FND) (COUTO e TRINTIM, 2012).

Diante do exposto, o BNDES é destaque em investimentos de longo prazo, na medida em que, grande parte das empresas as quais mantém relacionamento com ele, são antigos credores de relacionamento em longo prazo com esse banco público, e, além disso, as taxas dele são as mais baixas. A qualidade dos empréstimos vêm sendo alterados porque, a partir de 2000, a maior parte dos investimentos não eram mais somente para grandes empresas, aumentando desde então, cada vez mais, o fomento para micro, pequenas e médias instituições.

Uma característica relevante sobre essa discussão, é que o BNDES, a partir de 2000, agiu de forma a fornecer recursos para que os bancos brasileiros emprestassem crédito às empresas, agindo de forma a estabilizar o mercado de crédito. Sant'anna (2009, apud

COUTO;TRINTIM, 2012) reafirma o papel do BNDES como estabilizador no mercado de crédito, abordando a ideia do banco com atuação anticíclica no mercado.

Para essa pesquisa, foram analisadas as edições do “BNDES Setorial”, tais como, de número 32 (setembro de 2010), 33 (junho de 2010), 34 (setembro de 2011) e 35 (março de 2012). Por meio desses anais, nota-se a relevância do Banco em diversas áreas da economia, tais como: agricultura, celulose, indústria naval, indústria química, indústria de automóvel, no replantio de florestas, agropecuária, aquisição de tecnologias, aquicultura, agroindústria, fabricação de aviões, saneamento básico.

Em relação a questão ambiental, tem-se que o BNDES possui o discurso de que a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente são as condições fundamentais para que haja desenvolvimento da humanidade. Nisso, a instituição posiciona o desenvolvimento socioambiental como sendo uma diretriz estratégica, a qual está presente na política de financiamentos do Banco.

Assim, o BNDES busca critérios de análise ambiental dos projetos que solicitam crédito e oferece suporte financeiro a empreendimentos que tragam benefícios para o desenvolvimento sustentável. Com isso, o Banco reforça sua política ambiental pelas ações internas e por meio de protocolos com o compromisso público de promover o desenvolvimento em equilíbrio com o meio ambiente.

Sobre a questão de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), no contexto de responsabilidade socioambiental da instituição, há um discurso do próprio BNDES, presente no relatório anual BNDES 2011, que é relevante ser destacado:

Ao longo dos anos, o BNDES vem empregando esforços para que a linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE) seja uma ferramenta efetiva de indução de práticas socialmente responsáveis no meio empresarial, em consonância com as diretrizes contidas em sua Política corporativa de Responsabilidade Social e Ambiental. Em 2011 houve uma intensificação no fomento à utilização da linha ISE. Os valores aplicados nesse ano de 2012 mudaram ainda mais o patamar histórico de desembolsos atingindo R\$ 104 milhões (p.132).

Diante do exposto, é válido frisar que uma das formas de Investimento Socialmente Responsável é aquele no qual o Banco investe na comunidade, e no caso do BNDES, o próprio programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, escopo dessa pesquisa, é um exemplo desse tipo investimento.

## 2.2. Finanças Sustentáveis

Neste mundo global, a sustentabilidade, enquanto discurso, assumiu um caráter importantíssimo no cenário da economia internacional. Para introduzir o conceito de “Finanças Sustentáveis” nessa pesquisa, é relevante mencionar um pouco o discurso de Tombini-presidente do Banco Central Nacional (BACEN), presente em 13 de julho de 2012 no evento Rio +20. Para Tombini, o cenário de mudanças impõe ao Brasil a necessidade de modificar a eficiência e assegurar o crescimento sustentável do país. O presidente do BACEN, afirma que o sistema financeiro precisa se manter de forma equilibrada, e deste modo, desenvolver um diálogo entre objetivos sociais, econômicos e ambientais, na tomada de decisões dos setores, tanto público quanto privado.

As empresas (GORE, apud Schaun et.al., 2010) vêm despertando para a temática ambiental e se preocupando com o impacto sobre comunidades e Meio Ambiente porque, tal realidade, reflete na longevidade dos funcionários e na lucratividade das empresas ao longo do tempo. Ademais, além de a “Sustentabilidade” ser temática de interesse nos discursos dos bancos e nas finanças, ela atinge cada vez mais, pesquisas acadêmicas, devido às mudanças climáticas e aos grandes impactos do homem na natureza.

Nota-se que o discurso do movimento pró-sustentabilidade é o de que a preocupação com o Meio Ambiente não resulta a perda de lucros das empresas, muito pelo contrário, a empresa que se atenta para questões socioambientais, se torna mais competitiva, inovadora e de respeito perante seus competidores e perante a sociedade. Schaun et.al. (2010) mostra resultados bastante significativos em relação a essa realidade, tomando como base, o estudo de Sustentabilidade Corporativa, publicado pela United Nations Global Compact e pela Accenture Sustainability Services, em 2010.

O estudo sobre Sustentabilidade Corporativa, de 2010, demonstra que, de 1000 executivos, líderes empresários e da sociedade civil, os quais foram entrevistados, 93% consideram a sustentabilidade como fundamental para o sucesso da sua empresa. O estudo afirma também que, em 2007, o resultado não foi tão positivo assim, concluindo que, a partir de 2007, começou a haver uma mudança de mentalidade. Além disso, em 2010, 80% dos entrevistados afirmaram que, dentro de 15 anos, as estratégias de negócios das empresas, em nível global, iriam incorporar totalmente a sustentabilidade, ou seja, em 15 anos (contados a partir da entrevista, em 2010), a sustentabilidade estaria totalmente integrada nos negócios, afastando a ideia de negócios vinculados apenas às operações (SCHAUN et.al., 2010).

Os resultados desta pesquisa de 2010, conforme Schaun et. al (2010), apontam que, o setor financeiro, está caminhando para haver uma maior responsabilidade das empresas, pelos danos ambientais; novas formas de parcerias e colaborações; participação das organizações, da sociedade civil e dos governos para impulsionar os resultados da sustentabilidade; melhoria na eficiência das práticas comerciais em mercados emergentes; e desenvolvimento de lideranças e cultura sustentáveis dentro da empresa.

O ponto apresentado como positivo da sustentabilidade é que, cada vez mais, as instituições estão se conscientizando e admitindo que seja necessário integrar comunidades, sociedade, governo, pessoas e Meio Ambiente. Para que as empresas obtenham um crescimento sustentável, é preciso que elas se valorizem, que sejam sempre abertas, transparentes, preocupadas com o Meio Ambiente, contribuindo efetivamente com o crescimento sustentável do seu Estado (DINIZ e SILVA, 2008, apud SCHUN et.al, 2010).

Diante desse contexto, há uma visão sistêmica que demonstra a interligação da sociedade, do Estado e das empresas para que haja um desenvolvimento sustentável. Essa crescente conscientização, na política internacional e nacional, acerca da conservação do Meio Ambiente, também vem alcançando o setor empresarial. Com o aumento da competitividade e com a crescente consciência na população, acerca das questões ambientais, as empresas têm aderido, voluntariamente (BALBO et.al. 2009), às organizações de padronização por excelência (ISO e outras), com o objetivo de se destacar no mercado e possuir melhor desempenho organizacional.

Sobre o “investimento Ético”, termo utilizado por Nahan (2002), ou mesmo “investimento social responsável”, nomenclatura usada por Tularam et.al (2010) e por Louche e Sakuma (2008), é importante afirmar que, para Nahan (2002), há “fundos éticos” em empresas australianas, por exemplo, que funcionam como controle de investimentos, entretanto, apesar da importância do fundo, Nahan alega que infelizmente a maioria das informações disponíveis nos fundos éticos são oriundas dos próprios funcionários das empresas, de maneira que, as pesquisas muitas vezes não são independentes.

Fundos éticos são aqueles para definirem os fundos, tendo como base, o critério que esses fundos são usados para selecionar seus investimentos, baseados nos seus próprios níveis éticos. Muitos dos fundos são definidos pela natureza dos negócios, nos quais eles não investem, como, por exemplo, eles não podem ser investidos em produção de energia nuclear, armamento nem tabaco. Além disso, um fundo ético não é ético em todo sentido geral da palavra, cada fundo ético existe para finalidades diferentes, o que não significa serem ilegítimos (NAHAN, 2002).

Nahan (2002) conclui afirmando que fundos éticos talvez sejam mais bem descritos como “fundos pessoais de preferências” ou “fundos pessoais de escolhas”, evitando assim a discriminação, de que outros fundos não seriam éticos, simplesmente porque eles não descreveriam a si mesmo como tais.

Investimento socialmente responsável (SRI, da sigla inglesa), se refere a investimentos na área ambiental, Social, ou governamental. Há os investimentos dessa natureza (SRI), na esfera internacional, que se expande pela integração entre os mercados dos investimentos socialmente responsáveis, e estão relacionados aos benefícios desses investimentos, ou seja, quanto maiores sejam os benefícios, maiores serão os mercados, na esfera internacional, e maior serão as integrações desses investimentos internacionais. Embora os investimentos internacionais nessa área estejam baixos e haja pouca integração entre os investidores, ainda há mais benefícios a serem ganhos continuando os investimentos socialmente responsáveis (TULARAM et.al, 2010).

O investimento sustentável, ou socialmente responsável (SRI) da sustentabilidade, chegou no mercado financeiro. Os investidores interessados em questões de sustentabilidade consideram em seu investimento a decisão ecológica, social e ético ao lado de fatores financeiros. A fim de se diferenciar, em uma forma informada, se o objeto de investimento é sustentável e está em conformidade com o não financeiro, há critérios de investimento, classificação e pesquisas que fornecem as informações necessárias. (Hiss; Kunzmann, 2011, p.17).

Louche e Sakuna (2008) alegam que os investimentos socialmente responsáveis estão se tornando um “fenômeno internacional”, e que está sendo difundido pelos países da Ásia, primeiro para Austrália, Hong Kong, Singapura, e depois para o Japão. No Japão, Louche e Sakuna (2008) afirmam que o SRI é um campo novo, porém em crescimento, e que em cada cultura o SRI terá percepções diferenciadas.

Vários dos fundos do SRI se referem à definição de combinação de investidores financiando objetivos relacionados sobre a esfera social, ambiental, ética ou de expedições governamentais. Além disso, a expressão “investimento ético” nunca foi traduzida no Japão, pois o uso da palavra “ética” se refere no Japão, por exemplo, a grupos de intelectuais ou aqueles que possuem educação cristã (SAKUNA; LOUCHE, 2008). Entretanto, para Nahan (2002), o investimento ético é nomenclatura que se refere a investimentos de empresas em geral, em melhoria ambiental, reciclagem de recursos ou até mesmo em apoio social.



Sartore (2012) demonstra que, o processo da constituição do mercado do Investimento Socialmente Responsável (ISR), não resulta de “interações automáticas” entre mercados de oferta e demanda e sim das elites do Meio Ambiente, que detém as relações de poder, sendo o mercado econômico, portanto, uma construção social, oriunda de interações sociais.

Diante disso, Sartore (2012) afirma que o BNDES é o “braço do governo” que melhor dialoga com os agentes do ISR no Brasil. Assim, pode-se notar um fator muito importante para esta pesquisa: os discursos ambientais também fazem construir socialmente um mercado econômico de Desenvolvimento Sustentável.

As finanças estão ligadas ao desenvolvimento sustentável, sendo uma tendência nacional e internacional. Entretanto, apesar dos importantes avanços, tem-se que a “sustentabilidade no sistema financeiro, está ainda limitada a um pequeno número de instituições. Na maioria dos grandes bancos e dos bancos de desenvolvimento, a sustentabilidade vem sendo pouco atuante” (MAGALHÃES, 2011, p. 5). Dentro dessa análise, Magalhães (2011) expõe dados relevantes, afirmando que, apenas 12% dos bancos médios e pequenos, e apenas 35% dos bancos em geral, realizando políticas de sustentabilidade.

A sustentabilidade, atingindo a esfera da financeirização, se faz necessário haver infraestrutura, avaliação de riscos ambientais e, ainda, maximização de lucros. Entretanto, há o Investimento Socialmente responsável, que estará presente nos investimentos, sendo que, apesar de se buscar lucro, se objetiva também mitigação dos impactos socioambientais.

A financeirização é caracterizada por uma mudança em favor do mercado financeiro. Claramente segue os motivos e lógicas de maximização de lucros e avaliação de riscos através de cálculo. A fim de avaliar os prós e contras de um investimento à luz dos seus interesses, os investidores exigem alta infraestrutura que permite essa avaliação. A contabilidade fornece tal infraestrutura e exige mais transparência e divulgação. As figuras-chave fornecidas são adaptadas às necessidades dos agentes do mercado financeiro e permitir-lhes o cálculo necessário de vantagens e desvantagens em relação à manipulação de seus fluxos financeiros. (Hiss; Kunzmann, 2011, p.7).

Enfim, relacionando todo esse contexto com o estudo, poderíamos denominar o Programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, como uma ação em Investimento Socialmente Responsável, pois uma das formas de Investimento Socialmente Responsável é a criação de fundos que ajudem a comunidade, de modo que o BNDES se enquadra nessas percentagens de Magalhães (2011).

A ideia de corresponsabilidade no setor financeiro, por bancos, para reparar os danos ambientais de seus clientes, se tornou uma ideia global após 1980 (TOSINI, 2006). Um exemplo dissoé, no Brasil, a criação do Protocolo Verde. O Protocolo Verde é um documento criado pelo governo brasileiro, em 1995, para incorporar a questão ambiental na gestão e concessão de crédito dos bancos federais (TOSINI, 2006). Com esse protocolo, os bancos se corresponsabilizam pelos danos ambientais de seus investimentos.

A Federação brasileira de bancos (FEBRABAN), em seu documento (FEBRABAN, 2011), mostra que, em 2009, a FEBRABAN assinou o Protocolo Verde, para fomentar linhas de investimentos para melhoria social e ambiental, cujos princípios dentre outros, é de considerar os impostos e custos socioambientais na gestão e analisar os riscos dos projetos de seus clientes, além de promover integração entre os bancos para juntos lograrem o desenvolvimento sustentável.

Os bancos aderentes ao Protocolo Verde, conforme FEBRABAN (2011) são: Amazônia, BANCOOB, Banrisul, BIC, BPN Brasil, Bradesco Brasil, Caciqui, CITI, HSBC, Itaú Unibanco Nordeste, Nossa Caixa Desenvolvimento Rabobank, Safra, Santander, Sofisa, Tribanco, Votorantim, formando um total de 19 bancos aderentes. O BNDESé signatário do Protocolo Verde, portanto, até o momento dessa análise da FEBRABAN, publicada em 2011, o BNDES ainda não era signatário, se tornando aderente no mesmo ano, após essa publicação.

### **2.3. Instituição Financeira (BNDES) e seu papel sócio-econômico-ambiental.**

Nota-se que o BNDES está envolvido em duas iniciativas voltadas à preservação de importantes regiões naturais do planeta, sendo elas, a Amazônia, como “Fundo Amazônia” e a Mata Atlântica, com a “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. Conforme a Página Institucional (2013), o Fundo Amazônia, tem como o BNDES, seu gestor e administrador desde 2008, cujo fundo recebe financiamentos não reembolsáveis, os quais não geram lucros para o banco. Se tratam de ações para diminuir o desmatamento na floresta Amazônica, acarretando a conservação e o desenvolvimento sustentável da região. Esse Fundo capta recursos exclusivamente por meio de doações.

Já a “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, escopo dessa pesquisa, corresponde a ação voluntária do BNDES, financiando recursos não reembolsáveis para projetos de restauração da Floresta da Mata Atlântica.

A partir do estudo da política Mata Atlântica, é possível compreender como o BNDES desenha as suas políticas de finanças sustentáveis, e de Investimento Sustentável. Assim sendo, o quadro mostrado nesse trabalho (Quadro 2: Políticas ambientais do BNDES, Apêndice A) nos relata alguns dos projetos financiados pelo BNDES, não o Programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” em si, mas alguns projetos da instituição durante 2010 a 2012, para que, antes de adentrar a esse programa, possamos ter primeiro uma visão geral das políticas ambientais da instituição. Assim, essas políticas do BNDES pressupõe, em sua definição mais ampla, a atuação responsável do sistema financeiro.

Sobre o tema “Políticas Públicas”, pode-se afirmar que envolve vários atores políticos, estratégias, interesses. Nessa abordagem ambiental, os discursos políticos que usam expressões e ideias recorrentes, e até mesmo as ONGs que, apesar de alegarem serem diferentes das instituições capitalistas, todos esses discursos ambientais dos atores políticos, se interagem, uns com os outros, buscando os efeitos, que nos discursos terão repercussões similares, refletindo em uma dinâmica.

O Banco Central Nacional (BACEN), por exemplo, discute a incorporação da sustentabilidade na regulação do sistema financeiro brasileiro. Há uma série de compromissos dessa instituição financeira, como o Princípio de Carbono e os Princípios Climáticos, para redução de emissão de gases. Os bancos públicos em geral, a exemplos, o BACEN e o BNDES, estão investindo na criação de soluções de mercado, incentivando o reflorestamento, manejo sustentável, reciclagens, uso de energias limpas e renováveis e construções sustentáveis (MAGALHÃES, 2011).

As políticas dos bancos transparecem em seus discursos e podem ser uma ferramenta para se compreender esses campos. Magalhães (2011), por exemplo, afirma que, dentre vários bancos analisados por ele, apenas 8% dos bancos no Brasil, possuem políticas de sustentabilidade formais e bem estruturadas. Políticas como, riscos socioambientais, produtos financeiros para sustentabilidade, governança, programa de educação, relação com clientes e políticas relacionadas ao clima. Analisando esses elementos, se pode afirmar que, o BNDES enquadra dentro de uma instituição que possui políticas ambientais bem estruturadas e formais, pelo menos na teoria, ou seja, há diretrizes e documentos formais sobre o desenvolvimento sustentável.

Há uma regulamentação no artigo 5º da Constituição Federal, no qual positiva o desenvolvimento e a cidadania, desenvolvimento esse que, está ligado as finanças e reflete na importância do mercado financeiro sobre a sociedade e sobre as atividades econômicas. Conforme Magalhães(2011, p.1), “para que seja um processo bem sucedido é importante que,

algumas condições sejam criadas no processo de discussão, formulação e implementação desse novo marco regulatório”.

Assim, é necessário ter clareza sobre o conceito de desenvolvimento e cidadania, no qual expande liberdades reais, garantindo as mesmas liberdades para as presentes e futuras gerações. Importante também é haver análises dos resultados das políticas implementadas (MAGALHÃES, 2011).

Magalhães (2011) discute acerca da incorporação dos conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “cidadania” nos bancos, e defende uma ideia além de discurso, em que na realidade, para haver essa incorporação, é necessário existir condições efetivas de acesso a serviços financeiros para toda a população, critérios para transações financeiras que garantam os direitos humanos, com preservação da biodiversidade, dos direitos das comunidades e das populações tradicionais.

A partir dessa análise de Magalhães (2011), nota-se como o sistema financeiro incorporou nas suas práticas e discussões, não somente a sustentabilidade do ponto de vista de preservação da natureza, mas sustentabilidade como um todo, envolvendo aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Entretanto, o Programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, não possui amplas análises dos resultados dos seus projetos, e deste modo, teria uma falha na implementação dessa política pública, se levássemos em conta o que Magalhães propõe nas discussões anteriores.

A formação dos Princípios do Equador, foi, para Magalhães (2011), o resultado mais importante do processo de incorporação da sustentabilidade pelo sistema financeiro, pois com a iniciativa, atualmente cerca de 67 bancos financiam a maior parte dos grandes projetos no mundo, havendo procedimentos de avaliação de impactos sociais e ambientais.

Ademais, no Estado brasileiro, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional, publicada em 2008, por exemplo, torna obrigatória a apresentação de documentos de comprovação de regularidade fundiária, ausência de embargos ambientais e atestado de regularidade ambiental para concessão de crédito rural na Amazônia (MAGALHÃES, 2011).

Resumindo, é visível a atuação do sistema financeiro, com investimentos em inúmeros projetos, para conservação de espécies, preservação ambiental e cultural, turismo sustentável, reciclagem, reflorestamento. Enfim, quando a pesquisa sobre sustentabilidade ocorre no sistema financeiro, percebem-se atuações não só de pessoas físicas, tampouco apenas questões ambientais são estudadas de maneira isolada. Nota-se o papel do Estado (como pessoa jurídica), das instituições financeiras, da sociedade, dos educadores.

Essa integração sociedade-Estado-empresas faz surgir a necessidade de haver uma boa reputação dessas empresas perante o Estado e a sociedade civil, havendo, dessa maneira, o interesse de uma boa imagem, por parte dos bancos, perante a sociedade. Essa reputação é pautada não só na Responsabilidade Social dos bancos, como também, na forma com a qual esses bancos tratam a questão do Meio Ambiente.

Neste pensamento, a sustentabilidade, no ponto de vista do setor financeiro, pode remeter à confiança nos bancos, valores, significados e métodos, pelos quais os bancos, influenciam as empresas a fazerem seus negócios, garantindo uma credibilidade perante a sociedade e Estados estrangeiros.

Inserindo esse contexto de sustentabilidade na esfera econômica e política, tem-se que o capitalismo perpassou várias etapas relacionadas ao modo de produção e investimentos, mashá duas características inéditas no capitalismo do século XXI. A primeira é a exposição voluntária das bases socioambientais em que se apoiam as organizações empresarias. A segunda é que, vários atores que estão presentes e dialogam antes não dialogavam, e agora devido a pressões materiais, biológicas, energéticas e sociais, influenciam no modo como se pensa “investimento” atualmente. Essas duas características influenciam a maneira como é a reputação no setor financeiro e no círculo das relações sociais, nas quais os bancos desenvolvem vínculos e também confiança (ABRAMOVAY, 2010). A reputação é constituída com relações duráveis, ideias e valores sobre negociações, métodos de investimentos.

É interessante notar que, no sistema financeiro, algumas décadas atrás, impulsionava expansão de lucro, de aumento de produção, de incentivo ao aumento do capital a qualquer custo. Com a realidade do século XXI, o próprio sistema financeiro freia o lucro que é submetido “a todo custo”, incentivando práticas socioambientais para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e por outras instituições financeiras. Essa realidade mudou devido a uma série de fatores, dentre eles, pressão interna e externa, esgotamento de recursos.

O próprio banco, cerne do sistema capitalista, incentiva, em seus discursos, um desenvolvimento compromissado com o meio ambiente e com a sociedade. A ideia do sistema financeiro em absorver a temática ambiental, não é só uma realidade brasileira, e sim internacional. Diante desse contexto, o tema “desenvolvimento sustentável” no campo das finanças, demonstra a preocupação em analisar, compreender, diagnosticar problemas ambientais, intervir na realidade, e realizar investimentos responsáveis por parte das instituições financeiras.

O Workshop de “Políticas Socioambientais nas Instituições Financeiras”, realizado em 2011, pelo Banco Central Nacional e pela Uniethos, demonstra uma das práticas recorrentes do setor financeiro para estabelecer padrões de melhores práticas socioambientais para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Neste Workshop, Magalhães (2011) e Tosini (2011), por exemplo, estabelecem diretrizes e princípios para as empresas funcionarem, respeitando padrões internacionais de preservação ambiental.

Os padrões internacionais incluem compromissos das instituições financeiras, análises de riscos socioambientais, relatórios de sustentabilidade, divulgação de emissões de carbono e de políticas para o clima. Os bancos têm assumido o papel de divulgação de padrões internacionais e, “em vários países, os bancos centrais estão assumindo um papel ativo em regulamentar ou incentivar a incorporação da sustentabilidade nos sistemas financeiros dos seus países” (MAGALHÃES, 2011. P.6).

Nos discursos de Tosini (2011) nota-se que há um padrão de adequadas práticas de Responsabilidade Socioambiental do sistema financeiro, para as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central, como por exemplo, realizações de pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais, pesquisas em sítios eletrônicos, relatórios sociais e de sustentabilidade, pesquisas de campo.

Entre países pesquisados, segundo Tosini (2011), há alguns que se destacam pelos seus avanços em legislação e práticas socioambientais, e que devem ser levados como modelos a serem seguidos por outros Estados, como por exemplo, a China, a qual desenvolve a “Política do Crédito Verde”, restringindo o crédito para empresas presentes na “lista negra de créditos” do Ministério de Proteção Ambiental. Outro país em destaque, conforme Tosini (2011), é Bangladesh, com sua edição de guia para risco de crédito.

Continuando, a Europa também realiza práticas como, poupança sustentável na França; hipoteca verde e fomento da economia verde na Inglaterra; Fundos Verdes de ações, na Holanda; incentivos fiscais para carros com baixa emissão de carbono, na Bélgica; existência de regulamentação específica sobre critérios de classificação da qualidade do crédito de carbono, regulamentação esta presente desde 2005, na Indonésia (TOSINI, 2011).

Diante desses exemplos, percebe-se a importância das instituições financeiras no desenvolvimento sustentável, ocorrendo nas políticas a nível internacional e nacional.

#### **2.4.1. Contextualização da Mata Atlântica: sua importância, suas características e seu processo de devastação.**

A Mata Atlântica é um bioma de floresta tropical que abrange a costa leste, sudeste e sul do Brasil, e apesar de se estender também para o Paraguai (leste) e para a província de Misiones (Argentina), a maior parte dessa floresta se encontra no Brasil. A partir do processo de colonização europeia na América Latina, por volta do século XVI, a Mata Atlântica começou a sofrer profundo desmatamento, restando atualmente menos de 10% da cobertura original da vegetação. A biodiversidade da Mata Atlântica pode ser comparada à da Amazônia. É na região da Mata Atlântica que reside cerca de 70% da população brasileira, o que cada vez mais intensifica seu desmatamento (SCARANO, 2012).

A Mata Atlântica ocupa uma área de 1.110.182 Km<sup>2</sup>, corresponde 13,04% do território nacional e que é constituída principalmente por mata ao longo da costa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. A Mata Atlântica passa pelos territórios dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, e parte do território do estado de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, [...] Logo em seguida ao descobrimento, grande parte da vegetação da Mata Atlântica foi destruída devido à exploração intensiva e desordenada da floresta. [...]. Nas regiões onde ainda existe, a Mata Atlântica caracteriza-se pela vegetação exuberante, com acentuado higrofitismo. Entre as espécies mais comuns encontram-se algumas briófitas, cipós, e orquídeas. A fauna endêmica é formada principalmente por anfíbios (grande variedade de anuros), mamíferos e aves das mais diversas espécies (INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS, 2013).

A Constituição Federal de 1988 situa a Mata Atlântica como *patrimônio nacional*, juntamente com a Floresta Amazônica brasileira, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. Dessa forma, a derrubada da mata secundária é regulamentada por leis, sendo que a devastação da mata primária é proibida pela constituição. Dentro desse contexto, a Política da Mata Atlântica (Diretrizes para a política de conservação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica), de 1998, defende a preservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais e a recuperação das áreas degradadas desse bioma, como forma de preservar o pouco restante (INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS, 2013).

Diante da realidade de devastação intensa na Mata Atlântica, desde os tempos de colonização, há centenas de ONGs, órgãos governamentais e grupos de cidadãos espalhados pelo país que se empenham na preservação e replantio desse bioma.

No que se refere ao desmatamento, apesar de, em parte, ele ter diminuído no bioma considerado, o Brasil caminha para um retrocesso, pois segundo dados da S.O.S Mata Atlântica/ INPE, embora “em média, no período de 2008-2010, a taxa anual de desmatamento

apresentasse uma queda de 21 % em relação ao período anterior do estudo (2005-2008)” (ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA, 2012.p. 30),esses dados não são relevantes pois os estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, e São Paulo, por exemplo, “não diminuíram seus desmatamentos, dessa forma, ainda que o ritmo de desmatamento tenha sido diminuído, ele ainda é alarmante” (ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA, 2012, p. 31).

“o Brasil vive um retrocesso sem precedentes na área socioambiental, o que inviabiliza a possibilidade do país continuar avançando na direção do desenvolvimento com sustentabilidade, ameaçando a qualidade de vida das populações atuais e futuras”, essas são palavras conforme ONGs e Movimentos sociais, tais como ISA, WWF, SOS Mata Atlântica, Imazon e Ipam (ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA, 2012,p. 23).

Na página eletrônica de Instituto Brasileiro de Florestas (INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS, 2014), há um quadro identificando a quantidade de cobertura vegetativa que havia nas regiões em que ainda hoje há um resquício de Mata Atlântica. Nota-se que, antes do processo de colonização, grande parte dos estados eram praticamente cobertos por uma quantidade significativa desse bioma, mas hoje, cerca de apenas 7% ainda existe do total de áreas que a floresta estava presente. Esses dados são informados nesse estudo (Quadro 5: Mata Atlântica e sua extensão no Brasil em 1500, Apêndice A).

No contexto da realidade de perda de mais de 90 % da vegetação da Mata Atlântica atualmente, e, considerando a importância da preservação do meio ambiente- cujo discurso do desenvolvimento sustentável está cada vez mais presente nas pautas de reuniões, nas agendas governamentais, nas políticas de governo e nas conferências e tratados internacionais-o BNDES investe em uma série de projetos de recuperação da vegetação deste bioma, somando bilhões anualmente, de maneira não reembolsável. Antes de adentrar ao BNDES e sua atuação na restauração de parte da vegetação do bioma, é relevante compreender como a floresta vem sendo preservada atualmente, na forma de reservas.

O quadro mostrado nessa pesquisa (Quadro6: Unidades de Conservação federais atuais da Mata Atlântica de norte ao sul do Brasil, Apêndice A), demonstra a série de projetos e reservas do bioma a nível regional. Este quadro dispõe que no domínio da Mata Atlântica existem 131 unidades de conservação federais, 443 estaduais, 14 municipais e 124 privadas, distribuídas por dezesseis estados. Mas além das ações governamentais para reserva do bioma, há outras ações para a preservação da Mata Atlântica, e, a “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” é um exemplo disso.

No Anuário Mata Atlântica (2012), podem ser encontradas uma série de informações úteis para a pesquisa. No anuário é analisado os avanços, oportunidades e desafios. A equipe



técnica é formada por pessoas de vários estados: Rio Grande do Sul, Sergipe, Santa Catarina, Alagoas, Paraná, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo, Piauí, Minas Gerais, Região Marinha, Goiás e Bahia.

Contextualizando, o Anuário Mata Atlântica 2012, é um programa permanente criado em 1999, com objetivo de atualizar e disponibilizar dados e informações sobre o bioma. O projeto é integrado com a Política Nacional, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA, 2012).

Trata-se de uma construção coletiva que só foi possível pela colaboração dos membros e parceiros da RBMA, o importante patrocínio da VALE, o apoio da fundação AVINA, bem como do projeto “proteção da Mata Atlântica II” que consta com o apoio técnico da GTZ, apoio financeiro através do KfW, por encargo do Ministério do Meio Ambiente, da proteção da natureza e segurança nuclear da Alemanha (BMU) (ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA, 2012, p. 6).

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) é um conjunto de porções remanescentes do bioma Mata Atlântica, demarcados pela UNESCO — segundo critérios reconhecidas internacionalmente . Já GTZ é uma sigla que corresponde à Agência Alemã de Cooperação Técnica.

A Fundação AVINA, criada em 1994, pelo empresário suíço StephanSchmidheiny, busca promoção do desenvolvimento sustentável utilizando de alianças entre a empresa privada bem-sucedida e responsável e organizações filantrópicas que fomentam a liderança e a inovação (ECODESENVOLVIMENTO, 2014).

O KfW é um Grupo de bancos que são comprometidos com o fomento de líderes para proporcionarem a melhoria sustentável das condições de vida. A KfW foi criada em 1948, como uma instituição pública, pertencendo hoje à Alemanha. Atualmente este grupo de bancos faz a captação da maior parte de seus recursos de fomento por mercados de capitais internacionais, avaliando e acompanhando os projetos para financiamento segundo critérios dispostos na política de desenvolvimento (BRASILDIPLOMACIA, 2014).

Em relação a conservação de espécies na Mata Atlântica, como marco histórico, tem-se que em 1992, na Rio-92, foi aprovada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Assim, o Brasil foi o primeiro signatário da Convenção por deter a maior biodiversidade do planeta. Entretanto, conforme aponta o plano estratégico 2002-2010, não foram realizadas as metas, pois ao contrário, as espécies da Mata Atlântica estão mais próximas de extinção, enquanto que a abundância de espécies de vertebrados continua decrescendo e os impactos ambientais continuam ocorrendo (ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA 2012).

Analisando a importância econômica presente no bioma, o PIB brasileiro, em grande parte, é oriundo da região da Mata Atlântica, incluindo além de setores industriais e de serviços, também culturas associadas a sociodiversidade, o que torna a realidade mais polêmica e com mais disputa de interesses:

A região da Mata Atlântica é responsável atualmente, por cerca de 70 % do PIB brasileiro, proveniente principalmente dos setores industriais, da agropecuária e de serviços. A Mata Atlântica abriga ainda centenas de comunidades tradicionais, incluindo cerca de 100 áreas indígenas e centenas de comunidades tradicionais, como quilombos, pescadores, caiçaras e uma rica cultura associada a essa sociodiversidade. Estas populações e os agricultores familiares utilizam diversos produtos florestais, principalmente não madeireiros, gerando trabalho e renda para as famílias (ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA, 2012, p. 14).

Diante do exposto, ao se referir ao bioma, nota-se inúmeros atores envolvidos na preservação. Com dados retirados do Anuário 2012, podem-se concluir os principais atores atuantes na preservação da Mata Atlântica, os quais são agrupados nesse estudo (Quadro 3: Atores na Mata Atlântica, Apêndice A).

As principais ONGs envolvidas na conservação do bioma, segundo o anuário 2012, são: APREMAVI, Instituto Terra, S.O.S Mata atlântica, AMANE e CLICKARVORE. No quadro citado anteriormente, nota-se que há vários grupos de interesses, somados também os interesses dos bancos, das empresas e do Estado. É diante desse contexto de vários interesses e de atores múltiplos que a pesquisa está sendo realizada, pois a atuação do BNDES para o meio ambiente acontece muitas vezes, em parcerias com as ONGS.

Outro ponto relevante é o Plano de metas de Aichi, composto por objetivos e metas globais para os países definirem suas metas de biodiversidade. O Brasil vem aplicando tais metas na Mata Atlântica. Há um quadro mostrado nessa pesquisa (Quadro 4, Objetivos Estratégicos para preservação da Mata Atlântica, Apêndice A), descrevendo os principais objetivos estratégicos e metas adotados pelo Brasil na promoção da preservação da Mata Atlântica brasileira.

Há vários instrumentos para proteção da Mata Atlântica que estão carentes de regulamentação. O Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, por exemplo, instituído pelo art. 36 da lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006, está pendente de regulamentação. O Programa Nacional de conservação e recuperação da Mata Atlântica –PMA é outro importante instrumento de implementação que encontra-se pronto há anos e ainda não foi

oficialmente implantado pelo Ministério do Meio Ambiente, conforme o Anuário 2012 Mata Atlântica, relatando que, muitas são as vezes em que há omissão do próprio poder público para preservar o bioma que ele mesmo já tutelou na Constituição.

O papel das ONGs é discutido no anuário Mata Atlântica, que possui uma visão otimista delas, afirmando que “a rede de ONGs da Mata Atlântica, a qual atualmente congrega mais de 300 ONGs, teve o papel fundamental na aprovação e regulamentação da Lei da Mata Atlântica e também no acompanhamento das políticas públicas federais e estaduais” (ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA, 2012, p.56).

É importante relatar aqui, que, essa Rede de ONGs da Mata Atlântica, a qual é formada por mais de 300 ONGs, corresponde as mesmas ONGs que criticam o BNDES, mas que, várias são as vezes em que elas atuam lado a lado com o banco, recebendo deste investimentos para seus projetos sustentáveis. Exemplo disso é a ONG Iniciativa Verde, e a S.O.S Mata Atlântica, as quais recebem investimentos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”.

Dentre os diversos atores envolvidos na preservação da Mata Atlântica, o BNDES é um deles e o tópico a seguir apresenta a atuação do BNDES a partir da iniciativa “BNDES Mata Atlântica”.

#### **2.4.2. Projetos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”**

Apesar de, em 1980 haver uma “política ambiental” no BNDES, somente em novembro de 2010 é que a instituição intitulou um capítulo específico de sua política operacional à “política socioambiental”. A política socioambiental do sistema BNDES foi instituída, desde então, “com o empréstimo programático de política para o desenvolvimento em gestão ambiental sustentável brasileira do Banco Mundial, no valor de US\$1,3 bilhão, em que a política desta instituição serve de referência para o BNDES” (PINTO, 2012,p.16).

Assim, o Fundo da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” corresponde a uma política ambiental do banco, que surgiu como forma de colocar em prática, pelo Estado, o seu papel de provedor do desenvolvimento sustentável. Esse fundo é reflexo da Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006- Lei da Mata Atlântica, a qual dispõe, entre outros, que o poder público fomentará o enriquecimento ecológico do bioma Mata Atlântica, com seu plantio e reflorestamento de espécies nativas e conscientização pública (BNDES, 2010a).

A “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” traz, como fator relevante, a positividade de que projetos para serem aprovados, dentre outras diretrizes, precisam usar pelo menos 20% da população de baixa renda de seu entorno, para compor seu quadro de funcionários (BNDES, 2010a). Assim, a “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, além de outros objetivos, pelo seus

fundos, busca reflorestamento de 1.000 hectares, aproximadamente, com consultas feitas de 18/05 a 01/07/2009(RELATÓRIO BNDES, 2009).

Há a tabela relacionada ao número total de projetos no programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, a qual se encontra neste estudo (Tabela 1: Projetos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, Apêndice B), demonstrando todos os projetos referentes a tal programa.

Sobre o Instituto Akarui- associação para cultura, meio ambiente e cidadania- ele possui vários projetos ambientais. Dentre eles incluem programas de desenvolvimento rural territorial, para um desenvolvimento de forma integrada, com associações comunitárias e suas redes. Há projetos de recuperação florestal, programas para produção de mudas e sementes com a população local como funcionários dos projetos. Há também a profissionalização de jovens de 16 a 29 anos para cadeia produtiva (AKARUI, 2014).

A Akarui foi criada em 23 de agosto de 2003 como uma organização da Sociedade Civil de interesse público sem fins lucrativos (OSCIP), e sua missão é “investir na qualidade de vida e no desenvolvimento humano com ênfase no envolvimento comunitário, através de práticas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis” (AKARUI, 2014). O instituto possui como valores a “transparência, honestidade, responsabilidade, respeito, compromisso, valorização dos produtores locais”. Assim, nota-se que inserido na missão e princípios da instituição, há o discurso não só ambiental mas também social, de modo que eles estão unidos em um só discurso.

O projeto da Akarui que o BNDES patrocina é o denominado “semeando sustentabilidade- Recuperação florestal”, e os objetivos em destaque são de “recuperação florestal”, “contratação de mão-de-obra local”.

Sobre a origem e contexto de atuação da Associação Mico-Leão-Dourado, ela se iniciou no início dos anos 70 através de uma cooperação entre o zoológico nacional de Washington e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Os objetivos são salvar a espécie desses mamíferos da extinção com a preservação de florestas (MICO LEÃO, 2014).

A FIOTEC foi fundada em 1988 como “Fundação de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Cooperação à Escola Nacional de Saúde Pública (Fenspectec) para apoiar a Escola Nacional de Saúde Pública das unidades da Fiocruz (Fundação Osvaldo Cruz). O projeto que o BNDES financia é desenvolvido pela presidência da Fiocruz e apoiado pela Fiotec para “geração de modelos sustentáveis para recuperação e conservação dos serviços ambientais (FIOTEC, 2014).

A Furb, Faculdade do interior de Santa Catarina, busca “melhoria na qualidade de vida”, possuindo princípios como “ser uma instituição que tenha uma cultura ambiental, com

conscientização ambiental a todos os integrantes da comunidade externa e interna”, “promover reciclagem de materiais”, “cumprir a legislação ambiental em todos os campus da faculdade”, “tornar pública a política ambiental” (FURB, 2014).

Já a IBIO é uma organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que busca melhorar a qualidade ambiental, para que os recursos sejam utilizados de forma “racional e sensata” (IBIO,2014). Tais objetivos dessa organização e das demais instituições neste estudo englobadas, demonstram que os objetivos, a missão e os projetos possuem discurso de “preservação ambiental”, de desenvolvimento sustentável, de modo que as instituições demonstram acreditar ser possível esse dito desenvolvimento. Mas, conforme Machado (2006), esses discursos na prática não modificam as estruturas de trabalho, de capital, de mudança de paradigmas, de forma que, essas ações são mitigadas, e os discursos se antagonizam ao modo de produção capitalista vigente.

O ITPA é o instituto de preservação ambiental, é uma organização privada, sem fins lucrativos, fundada em 1988 para promover o desenvolvimento sustentável. Há atividades como educação ambiental e mobilização de grupos organizados e implantação de áreas de restauração ambiental. Possui princípios de valorização de diferenças, solidariedade, democracia (ITPA,2014). Já a TNC é a maior organização da conservação ambiental do mundo, presente em mais de 35 países para “proteger a natureza e preservar a vida” (TNC,2014).

Os objetivos, missão, projetos, atividades das ONGs, OSCIPs e instituições expostas nessa pesquisa são comuns, com expressões recorrentes tais como: “preservação ambiental”, “qualidade de vida”, “uso de população local para trabalhar nos projetos”, “capacitação”, “respeito as diferenças culturais”, “transparência”.

Outro projeto do programa do BNDES é o “Instituto Terra” que foi o primeiro aprovado pelo programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, a fim de recuperar reservas ecológicas de regiões do Espírito Santo e de Minas Gerais, além da elaboração de um laboratório de sementes. O Instituto Terra é uma organização civil sem fins lucrativos, fundada em abril de 1998, para recuperação florestal, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Assim, sobre a atuação do público no projeto, aquele “é tão eclético quanto os programas desenvolvidos, reunindo agricultores, estudantes, professores, líderes comunitários, técnicos de empresas e governos atuantes na questão ambiental, bem como a população das comunidades atendidas” (INSTITUTO TERRA, 2014).

O projeto “Instituto Terra” está engajado na restauração em Aimorés-MG e Colatina-ES, atuando com ações para realizar laboratório de sementes e turismo ecológico, combinado com educação ambiental (ENCONTRO BNDES MATA ATLÂNTICA, 2013).

Nota-se que os projetos do programa são compostos por instituições, OSCIPs e ONGs que possuem o mesmo discurso de que o desenvolvimento econômico precisa estar acompanhado de melhorias na questão socioambiental. Na missão, objetivos e diretrizes dos projetos há essa idéia, sendo que essa perspectiva é semelhante aos discursos de instituições bancárias, como os do BNDES.

Referente as alíquotas, em 26 de dezembro de 2011, o BNDES (BNDES, 20011) aprovou uma quantia de **R\$ 11 milhões**, pelos recursos do Fundo Social, para três projetos de reflorestamento nos estados do Paraná, São Paulo, e Bahia, com a finalidade de tornar possível a recuperação de 745 hectares do bioma Mata Atlântica. Os projetos aprovados em 2011 para a “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” foram os seguintes: “Iniciativa Verde”(PR/SP), “AKARUI” (SP) e “Floresta Viva” (BA).

A “Iniciativa Verde” é um projeto da OSCIP, com um orçamento de **R\$ 7,8 milhões**, para recuperação de 150 hectares no corredor do Rio Piqueri, no Paraná; 100 hectares na Bacia Rio Paraíba Sul; 75 hectares nos Córregos Barreiro e Éden (SP); 50 hectares em São Francisco Xavier (SP); 50 hectares em áreas da nascente de Barra Bonita (SP). Sobre a origem da ONG, ela foi criada em 2006 sem fins lucrativos, para combater as mudanças climáticas (BNDES, 2011).

A “Iniciativa Verde” atingiu, no final de maio de 2011, uma área de restauração de 123 hectares, de um total de 425 contratados na “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” (BNDES, 2011m), e conforme a afirmação de Roberto Resende, presidente da “Iniciativa Mata Atlântica”, “o alcance desse número representa um grande esforço para recuperação da Mata Atlântica. Esse trabalho tem sido feito de forma conjunta com os proprietários, de forma voluntária e combinado com associações de produtores rurais” (BNDES, 2011m). Assim, a parceria do BNDES com a Iniciativa Verde, foi para oferecer a este, insumos necessários a realização do plantio, como por exemplo, adubos, suportes técnicos.

A AKARUI tem orçamento de **R\$ 1,5 milhões**, e se trata de uma associação para cultura meio ambiente e cidadania, sendo que, no projeto com a BNDES, realizará a recuperação de aproximadamente 160 hectares, em regiões no norte do estado de São Paulo. Além disso, o projeto representa uma opção de renda para a população local, pelo repovoamento com palmeira Juçara, que possui uma polpa bastante comercializada para merendas escolares.

Sobre a origem do AKARUI, ele foi criado em 2003, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos para a conservação da biodiversidade (BNDES, 2011).

O projeto Akarui, que teve seu início de implantação pelos investimentos do BNDES, em maio de 2012, será apoiado pela instituição até abril de 2015. Tem como municípios a serem restaurados: São Luis do Paraitinga e Natividade da Serra-SP. O objetivo do projeto é recuperação florestal de 160 ha, com a formação e multiplicação das ações, junto aos produtores rurais, oferecendo cursos de sementes florestais à comunidade local, formação de viveiros e capacitação da comunidade a técnicas para a conservação da mata (COURA et.al 2013).

Sobre o projeto “Floresta Viva”, ele possui orçamento do BNDES, uma quantia alta, de **R\$ 1,7 milhões** para a recuperação florestal, de uma porção do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia (BNDES, 2011).

Outros foram os projetos aprovados pós 2011, como por exemplo, o programa IPÊ, Instituto de pesquisas ecológicas atuando com o discurso de restaurar a Mata Atlântica, o qual busca restaurar o Parque Estadual Morro do Diabo, com restauração de 37 000 ha, localizado no Pontal do Paranapanema-SP. Esse projeto busca influenciar políticas públicas ambientais e envolver a população local, com educação ambiental (CULLEN JR. 2013).

Outro projeto aprovado pós 2011 é o ITPA, Instituto Terra de preservação Ambiental, que possui mais de 15 anos, atuando na restauração de fragmentos da Mata Atlântica, como no Município de Miguel Pereira-RJ, em que os investimentos do BNDES estão sendo direcionados. Este projeto objetiva a restauração florestal na bacia do Guandu e corredores Tinguá-Bocaina, atuando no combate a incêndios e favorecendo o crédito de carbono, saneamento básico e mobilização da sociedade local para políticas públicas (RUIZ, 2013).

A Mater Natura, outro projeto do programa, é um instituto de estudo ambientais, criada em 1983, mas que atua com investimentos do BNDES desde janeiro de 2012, com três anos de duração. Busca restauração do Monte Alvão (Guarapuava), Rio Pequeno (Inácio Martins) e Assentamento Rosa (Guarapuava). Atua em mapeamentos e capacitação da população local e construção de cercas e plantios (ENCONTRO BNDES MATA ATLÂNTICA, 2013).

Já o Instituto Pro-Terra, atua desde 2008, na restauração de fazendas como: fazenda Waldemar Lyra, fazenda Santa Rosa 1, fazenda Baixada morena, fazenda Toledo Barros, fazenda Santa Maria II e fazenda Majuí. Com recursos do BNDES, desde 2012, este projeto possui ações como, reuniões com proprietários das terras e seleção de trabalhadores locais, beneficiando assim, famílias e produtores rurais (ENCONTRO BNDES MATA ATLÂNTICA, 2013).

Outro projeto é o “IBIO”, que é uma associação sem fins lucrativos visando a conservação da Mata Atlântica e de seus ecossistemas. Foi fundada em 2002, representando uma aliança entre algumas empresas que são privadas. Na “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, o IBIO propôs reflorestar trechos entre Vila Valqueire e Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro, restaurando 220 hectares (BNDES, 2010q).

“Natureza Bela” possui a proposta de restauração de 220 hectares em áreas públicas do Parque Nacional do Monte Pascoal, e atrair também, renda para comunidades indígenas, que habitam o entorno (BNDES, 2010q). A Natureza Bela atua com investimentos do BNDES desde 2011 e irá receber até 2014 para restaurar corredores do Corredor Central Mata Atlântica, Corredor Monte Pascoal Pau Brasil, que são hotspots da biodiversidade no extremo sul da Bahia. Atuam na mobilização social na bacia do Rio Caraíva e mutirões de restauração, com planejamento participativo da população local, créditos de carbono, artesanato com madeira nativa, planos de gestão territorial com Araguakisã (conselho dos Pataxós), etnoturismo, e tratamento silviculturais (ENCONTRO BNDES MATA ATLÂNTICA, 2013).

“FIOTEC” é outro projeto de reflorestamento, pretendendo restaurar 344 hectares do bioma Mata Atlântica, reativando também outro projeto, o Horto-Escola, o qual envolve a população local nos diferentes processos, de recuperação, restauração e proteção dos mananciais. A FIOTEC é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos (BNDES, 2010q).

O projeto FIOCRUZ e o FIOTEC, Fundação Oswaldo Cruz e Fundação para o desenvolvimento científico Tecnológico em Saúde, respectivamente, ambos se referem a um projeto para recuperar o bioma em Jacarepaguá- RJ, utilizando de adubos orgânicos na correção da acidez exagerada do solo, desenvolvendo assim, os nutrientes do solo e melhorando os trabalhos florísticos no parque, com restauração ecológica (ANTUNES et.al. 2013).

The Nature Conservancy executa com o BNDES desde junho de 2013, na recuperação de Turvo-PR, Mojac-SP e Caçador-SC (PADOVEZI et. al, 2013). Já a FURB, Fundação Universidade Regional de Blumenau, possui investimentos do BNDES desde junho de 2013, e atua em Serra do Itajaí, principalmente com monitoramento e educação ambiental (VITORINO et.al 2013).

A Onda Verde atua na Nova Iguaçu, reserva biológica do Tinguá e realiza o plantio de mudas e desenvolvimento de pesquisas científicas sobre restauração (ENCONTRO BNDES MATA ATLÂNTICA, 2013).



O projeto Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) possui duração, com investimentos do BNDES, de 2013 a 2014, para operar no Poço das Antas, que foi a primeira reserva ecológica do Brasil, em 1974, localizada em Silva Jardim-RJ. O projeto tem como objetivo, alcançar uma população mínima estável biologicamente de micos-leões-dourados até em 2025, que seriam 2000 micos-leões dourados silvestres e 25 000 ha de florestas protegidas (ENCONTRO BNDES MATA ATLÂNTICA, 2013).

O IESBE (Instituto de Estudos Socioambientais do sul da Bahia) busca restaurar a Una e Camacan, no sul do estado da Bahia, para restaurar o total de 72 hectares de matas ciliares e coletar sementes para o armazenamento e preservação de espécies (ENCONTRO BNDES MATA ATLÂNTICA, 2013).

Alguns resultados dos projetos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” foram mostrados em um evento realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2013, no auditório do BNDES, no Rio de Janeiro, denominado “encontro BNDES Mata Atlântica”. Esse evento foi importante para a instituição demonstrar seu papel na política nacional de restauração. O encontro teve a participação dos coordenadores de todos os projetos aprovados pela “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, além de representantes de órgãos de governo federal e de organizações internacionais, instituições do terceiro setor e universidades. Entretanto, não foram publicados dados relevantes sobre os resultados até então logrados, apenas informativos como os citados anteriormente.

### **CAPÍTULO 3: DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BNDES E RESULTADOS**

Neste capítulo há a apresentação do método de análise dos dados que está baseado nas ideias de Magalhães (2010), o qual insere a perspectiva de Fligstein(2001) acrescentando a temática ambiental. É realizada uma análise do discurso em Foucault (2003) e Machado (2006).

Em seguida, este capítulo faz uma exposição dos discursos das políticas ambientais nacionais, a partir do BNDES, citando alguns de seus discursos, e o inserindo dentro de uma análise de poder de Foucault.

#### **3.1. Discurso das políticas ambientais na esfera nacional**

Em um artigo intitulado “conflitos ambientais: atores, causas e desdobramentos na zona da mata mineira”, os autores (FONSECA et.al., 2012) demonstram os procedimentos de análise dos discursos ambientais nos conflitos para se implementar política ambiental. Conflitos esses entre os atores políticos, relacionando instituições e relações sociais, demonstrando que, para se adentrar no assunto, é preciso contextualizar e realizar análises profundas sobre discursos e atores sociais.

Diante disso, neste presente estudo, não foram feitas análises profundas dos atores, o que se manteve sobre o assunto do discurso é a identificação e uma análise tangencial dos principais atores sociais envolvidos, que são as empresas, políticos, ONGs, Estado, moradores da comunidade onde projetos são realizados. São citados nesse trabalho os discursos em destaque de algumas fontes pesquisada, buscando compreender que, o Discurso apresentado, se enquadra no DDS (Discurso de Desenvolvimento Sustentável), proposto por Machado (2006),e além disso, busca demonstrar a dinâmica de discursos sobre a temática de política pública sustentável.

Os atores sociais apresentam diferentes níveis de formação e de informação intelectual, havendo grande diferença entre os atores que detém apropriação de recursos e de poderes, expresso em aspectos políticos, econômicos e sociais, e entre aqueles indivíduos que não detém esses recursos (VARGAS 2007, apud: FONSECA et.al. 2012).

Little (2004) acrescenta que é necessário realizar um levantamento das interações sociais dos atores para se compreender os interesses em jogo de todos os atores envolvidos

num determinado conflito. Diante dessa perspectiva da existência de diversos atores, a atual pesquisa se apoia na concepção de Braga (2007, apud: FONSECA et.al. 2012), a qual defende que, há sempre uma polarização entre poder público e sociedade.

Ademais disso, a princípio, parecia um antagonismo relacionar preservação ambiental e crescimento econômico, mas essa dicotomia poderá existir sempre quando os elementos de discussão forem: banco e meio ambiente. Entretanto, pelo fato de o BNDES investir em projetos sustentáveis já é uma justificativa plausível que a instituição caminha para não só promover o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento, pautado no aspecto socioambiental, mostrando que no discurso pró-sustentabilidade empresarial não há essa dicotomia.

Vale a pena ressaltar que, não há essa dicotomia no discurso em si, mas na prática, conciliar desenvolvimento com preservação ambiental é sempre um desafio, pois conforme afirma Machado (2006), no sistema capitalista o modo de produção é para geração de lucro.

Focando as análises ao BNDES, nota-se que, há, de maneira explícita, políticas ambientais, programas e projetos sustentáveis financiados pela instituição, conforme pode ser notado na página institucional do BNDES e nas fontes pesquisadas nessa pesquisa, como por exemplo, revistas setoriais e relatórios anuais. Entretanto, nos relatos do balanço anual e nas revistas setoriais da instituição, mostra-se que o discurso mais forte é o econômico, pois o que está mais em destaque são os resultados das exportações, percentagem de produção, aumento da venda das madeiras reflorestadas, e não o fator ambiental em si.

Diante de tais conjecturas, as políticas ambientais do BNDES são acessórias, e não complementares das outras políticas de investimentos, assim, o Meio Ambiente se torna objeto de criação e de expansão de novos mercados.

Fligstein (2001) trabalha com a ideia de abertura e expansão de mercados, e trazendo essa perspectiva para essa pesquisa, pode-se inserir “Meio Ambiente”, como novo objeto mercadológico de abertura e expansão de novos mercados, pois está mediado pelas instituições dominantes.

Para esse estudo, há a perspectiva de Fligstein, a qual afirma que, as instituições dominantes são as que interferem nas leis e as que estão por trás da expansão dos novos mercados, sendo assim, podemos afirmar que o BNDES é uma instituição dominante, e por assim ser, está por trás da inovação e expansão de novos mercados, e o Meio Ambiente, se tornou um campo de novos mercados, atingindo as finanças e as empresas e instituições dominantes.

Nos discursos do BNDES, presentes nas revistas setoriais analisadas, percebe-se a maior preocupação com os resultados, com o aumento da produção, em detrimento com a conservação de espécies animais e vegetais, e a preservação ambiental. Assim, preserva-se para que a produção continue alta.

Há a atuação do BNDES nas modalidades direta e indireta nos setores de florestas plantadas, painéis de madeira, celulose e papéis, no período de 2001 a 2010, em que os setores analisados cresceram a taxas superiores às da média mundial (com destaque para a celulose e para as florestas plantadas) (BNDES C, p. 133).

A citação anterior demonstra que há investimentos para florestas plantadas e essas visam a proporcionar lucro. Assim, a mitigação está inserida devido à perspectiva do lucro, de modo que, a exploração ao meio ambiente continua a manter o sistema capitalista de exploração de recursos, sem que haja nenhuma mudança no sistema e no modo de produção. Dessa maneira o BNDES possui políticas ambientais mas essas estão ligadas a uma ideologia capitalista de pensar, de modo que o dito desenvolvimento sustentável é presente no discurso, mas se a mudança de estrutura de modo de produção, o desenvolvimento atendendo a necessidade das futuras gerações seria uma utopia.

Assim, nos moldes capitalistas de pensar, dinheiro está sendo investido em projetos de recuperação de florestas, em capacitação das pessoas, em fiscalização de execução de projetos, mas isso é uma forma paliativa. O desenvolvimento sustentável do BNDES, das empresas, dos projetos de ONGs e Oscips, aqui mostrados, são formas de expandir e criar novos mercados.

Um dado importante a ser analisado:

Segundo dados da organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o setor de florestas plantadas no mundo apresentou um crescimento médio anual de 2,1% a.a, de 2001 a 2010. Com um crescimento maior no período, de 3,7% a.a, o Brasil saltou da 10ª colocação entre as maiores áreas de florestas plantadas no mundo, em 2000, para a oitava, em 2010 (BNDES, 2011c, p.138).

Conforme a citação anterior nota-se que de fato as políticas ambientais no Brasil estão funcionando. Não há apenas discursos e formulação de políticas, na prática mais florestas estão sendo plantadas, e maiores são os investimentos em projetos sustentáveis. Entretanto,

conforme o Discurso proposto por Machado (2006), o desenvolvimento sustentável vem ocorrendo de forma a não ofender a produção, e nem em mudar o processo produtivo do sistema capitalista. Outro dado relevante:

Durante os últimos dez anos, o BNDES financiou além de investimentos em infraestrutura florestal, o plantio de cerca de 1.174 mil hectares. Em linha com o ocorrido no mercado, a maioria dos plantios financiados (96%) foi destinado ao eucalipto, enquanto o pínus responde pelo restante. É possível inferir que o BNDES financiou na modalidade direta, respectivamente, 41% e 29% dos plantios de eucalipto e pínus ocorridos no Brasil durante os últimos 10 anos (BNDES, 2011c, .p. 149).

Conforme Furtado e Strautman (2012), o ano de 2009 foi o marco pelo qual o BNDES ultrapassou os 100 bilhões de reais em desembolso, alcançando um total de R\$ 137,4 bilhões, fato inédito até então. Entretanto, o aumento dos conflitos sociais e ambientais estão expandindo cada vez mais, conforme analisa Furtado e Strautman (2012), exemplificando que, desde a década de 1980, instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foram alvos de investirem em projetos polêmicos, sendo que, em resposta a essa acusação, o Banco Mundial passou a utilizar uma política de salvaguardas, exigindo de seus clientes que considerassem nos seus projetos, os impactos ao Meio Ambiente.

Esse pronunciamento do Banco Mundial foi seguido pelas demais instituições financeiras, tendo o conceito de “desenvolvimento sustentável” como emblema. Assim, o BNDES é analisado e contestado pelo Banco Mundial e por outras instituições financeiras, mas mesmo assim, o BNDES ainda causa muitos impactos ao Meio Ambiente e a sociedade (FURTADO; STRAUTMAN, 2012). Essa polêmica da instituição é relatada neste estudo para contextualizar os discursos do BNDES que, embora englobem a proteção ao Meio Ambiente, muitas vezes a prática de sua boa reputação perante a sociedade civil e perante o Banco Mundial ainda é um desafio.

Nos gráficos expostos nesse estudo (Gráfico 1: Evolução do desembolso do BNDES, e, Gráfico 2: Evolução do Lucro líquido do BNDES, Apêndice C), há um balanço dos desembolsos e evolução do lucro líquido da instituição, demonstrando a importância das alíquotas nas revistas setoriais do Banco.

Pela “Rede Brasil” há uma organização de textos e análises sobre a “ambientalização dos bancos e financeirização da natureza”, no campo do monitoramento das instituições

financeiras multilaterais (IFMs), com a finalidade de contribuir com a análise das atuações e políticas socioambientais do BNDES. A Rede Brasil, a partir de 17 de agosto de 2012, passou a ser composta como coordenação nacional pelos organizadores, tais como, Amigos da Terra Brasil, Fórum da Amazônia Ocidental (FAOC), Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Fórum da defesa da Zona Costeira do Ceará e Instituto mais Democracia (REDE BRASIL, 2012).

A Rede Brasil, pesquisa e analisa empreendimentos do BNDES, trabalhando de forma independente, não subordinada ao banco, atuando com criticidade e analisando esses investimentos, refletindo sobre o ponto de vista dos impactos socioambientais. Há também análises sobre as criminalidades, descumprimentos das leis por parte do BNDES, funcionando como material rico para pesquisadores, visto que são análises realizadas, não pelo banco, de modo que servem de base para dados dessa atual pesquisa.

Conforme Foucault, todo discurso emana poder, e isso deve ser admitido na análise dos discursos do BNDES que este estudo realiza. Dessa forma, a “materialidade” dos discursos do BNDES reflete a imagem que esta instituição quer manter perante não só a sociedade, como também, perante as empresas. Ou seja, os discursos da instituição financeira, refletem uma relação política.

Para além dos discursos do BNDES, Pinto (2012) afirma que, o BNDES, apesar de ser um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo, não possui política de transparência, de acesso de informações claras sobre os impactos socioambientais. O que torna revoltante essa realidade, conforme Pinto (2012), é que o BNDES recebeu, em 2008, investimentos do Banco Mundial, capital alto, para ser empregue em políticas socioambientais, mas que a instituição não se demonstra transparente nos resultados. Deparamos com essa falta de transparência ao pesquisar sobre as políticas da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, o que dificultou o estudo, visto que, as informações eram superficiais sobre a atuação dos projetos ambientais.

Diante de tal contexto, surge o estudo da Rede Brasil (2012), que é um projeto apoiado pelo *Consórcio Climate and Land Use Alliance* (CLUA), que teve como objetivo de: corresponsabilizar o BNDES e o pressionar para a adequação de suas políticas sociais e ambientais; avaliar as falhas dos projetos ambientais da instituição; mostrar as contradições nas políticas sociais e ambientais do Banco Mundial e sua incorporação nas políticas do BNDES. A Rede Brasil é composta por ONGs, associações profissionais, movimentos sociais, entidades sindicais, e pesquisadores.

A Rede Brasil é formada por mais de trezentas ONGs, e algumas delas já tiveram investimentos do próprio BNDES, como é o caso da Iniciativa Verde, pertencente a Rede Brasil e que possui projeto ambiental no programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. Assim, a Rede, ao mesmo tempo em que analisa atuações do BNDES, muitas são as vezes que atua lado a lado com a instituição.

Um exemplo que insere no estudo Rede Brasil (2012) é a Plataforma BNDES, que mostra o papel do BNDES no financiamento à concentração econômica, levando a cabo conglomerados empresariais, se destacando em setores como mineração, siderurgia, papel, celulose, agropecuária, petróleo, gás, etanol, entretanto, apesar de seu destaque em lucros, houve, desde sempre, largos impactos sociais e ambientais (PINTO, 2012).

Nas análises dos discursos do BNDES em relação à Mata Atlântica, nota-se uma tendência a mostrar apenas os pontos positivos dos investimentos realizados pela instituição. Nos anuais do BNDES (2009, 2010, 2011 e 2012), por exemplo, os quais foram analisados para essa pesquisa, percebe a presença de discursos utilitários e com pouca transparência, além de imagens de pessoas alegres, mata reflorestada, como se a realidade de atuação do BNDES tivesse só a face de melhoria. Não são mostrados os inúmeros protestos contra os programas do BNDES, nem as poluições, nem mesmo o impacto social e cultural.

Oliveira (2012, p.2), afirma em “especial BNDES 60 anos”, que “aos 60 anos o BNDES é um dos maiores bancos de fomento do mundo- com carteira de crédito comparável à do Banco Mundial”. Esse discurso, realizado pelo próprio BNDES, resulta em um discurso desenvolvimentista, no qual leva em conta a balança comercial favorável, o lucro, e o aumento dos investimentos pela instituição.

Junto a esse discurso desenvolvimentista, há o discurso de preservação ambiental, de modo a mostrar uma dinâmica entre discursos de preservação e discurso de aceleração de produção, mostrando que este é um campo polêmico de análise, mas que fazem parte de um só discurso. Ademais, as instituições financeiras e empresas objetivam lucro, e essa ideia não vem sendo criticada por essa pesquisa. O que se critica é que o desenvolvimento sustentável almejado por essas instituições, e pelas ONGs e OSCIPs não condizem com a realidade de produção do sistema capitalista e que, esse dito desenvolvimento favorece as instituições ao passo que torna o Meio Ambiente mercadológico, expandindo mercados.

### **3.2. Estado e política sustentável a partir da política ambiental do BNDES**

O Brasil possui, no BNDES, o principal banco público para financiamento de tecnologias e indústria. No banco há os fundos e os investimentos a projetos ambientais, de

forma não reembolsável. Em 2009, devido a forte crise nacional e internacional, o BNDES recebeu empréstimo de R\$ 100 bilhões da União (BNDES, 2010b). Esse empréstimo permitiu ao banco expandir sua capacidade de financiamento de projetos, tornando possível sua atuação anticíclica no mercado.

Para a aplicação em políticas públicas, o BNDES adota o conceito de responsabilidade social empresarial, e que esta seja empregada conforme a relação: Empresa no centro, se relacionando com elementos tais como atuação da empresa de forma socialmente responsável no ambiente externo; empresa satisfazendo expectativas e necessidades de seus clientes; empresa promovendo o crescimento profissional, pessoal e social de seus colaboradores, influenciando de maneira sustentável na cadeia produtiva; e um bom relacionamento da empresa com seus acionistas e investidores. Além, de cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, e da legislação ambiental.

Desta maneira, os projetos devem ser aceitos pelo BNDES, por um filtro de análise socioambiental, de forma que, o próprio investimento do banco tende a ser consciente. Na revista setorial da instituição, há de maneira explícita essa crescente preocupação ambiental:

A pressão da sociedade em questões relativas ao impacto dos produtos da indústria sobre a saúde das pessoas e ao meio ambiente prosseguirá aumentando, o que estimulará as empresas a desenvolver defensivos que aliem sua efetividade agrícola à maior segurança para o meio ambiente e para a saúde e a se preocupar cada vez mais com questões como a troca de informações com a comunidade científica e a educação e o treinamento de seus clientes, distribuidores e agricultores no manejo de seus produtos de forma sustentável (BNDES, 2012d,p. 266).

Com isso, nota-se que o BNDES, para obter suas elevadas alíquotas, precisa ter como reputação a preocupação ambiental, a fim de manter o funcionamento das empresas, de maneira eficiente, visto que, o contexto atual é de preservação ambiental. Além disso, há a missão na instituição de promover desenvolvimento, de forma a atentar para questões socioambientais.

Em 2009, o banco lançou a Iniciativa BNDES Mata Atlântica, que vai disponibilizar apoio financeiro a projetos de reflorestamento desse bioma, um dos mais ricos em biodiversidade e mais ameaçados do Brasil. Os recursos são reembolsáveis, originários do Fundo Social do banco, composto por parte do lucro da instituição (RELATÓRIO BNDES, 2009, p. 125).



Apenas metade de uma folha na página 125 do Relatório BNDES do ano de 2009, se remete ao programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, citando o programa de maneira tangencial, demonstrando apenas face positiva, não mostrando os obstáculos para implementação do programa, nem os conflitos entre os atores. Há a carência de dados, de resultados e de transparência, conforme o Rede Brasil (2012) e Maracci (2012) apontam. Em contrapartida, a parte de desempenho dos mercados, dos lucros, está presente em cerca de 130 páginas deste mesmo relatório.

No Relatório BNDES de 2010, nota-se relevante o discurso para a promoção de uma política ambiental emblemática para a instituição:

O BNDES teve um papel crucial no fortalecimento da confiança empresarial do Investimento [...]. em 2010 foram aprovados os princípios e diretrizes da política de responsabilidade social e ambiental, a qual certamente trará novos desafios para o BNDES nos próximos anos.[...] A visão sustentável está presente na própria natureza do BNDES (p.14).

O item “transparência” é relatado no anual 2010, na página 40-45, mas de maneira superficial, destacando “consultas operacionais do BNDES”, “estatísticas operacionais”, “processos de compra de bens e serviços”, “canais de comunicação e sites”, e “ouvidorias”. Carecem dados e informações sobre impactos ambientais dos projetos e sobre dificuldades de implementação destes.

Retornando a análise dos relatórios anuais, mais uma vez, assim como no Relatório BNDES 2009, no anual 2010, o Programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” é mostrado superficialmente, na metade de uma folha, e afirmando “em 2010, o BNDES reformulou sua política ambiental, com o principal objetivo de incorporar a dimensão social” (p.104). Novamente, a preocupação socioambiental é colocada no topo da importância do discurso do BNDES, mas mesmo no relatório, há nenhuma informação sobre a “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”.

No Relatório Anual BNDES 2011, nota-se um discurso amplo em relação ao desenvolvimento sustentável, como pode ser visto na afirmação “esta publicação tem como objetivo apresentar resumidamente a atuação do BNDES no ano de 2011, enfocando suas dimensões econômica, social e ambiental” (p.3). Assim, o discurso do banco é sempre desenvolvido nessas três esferas.

Entretanto, ao se referir a obras de alto impacto socioambiental, o relatório apenas cita de maneira breve e tangencial, como pode ser visto na alegação “no ano passado, o BNDES também foi protagonista em políticas de governo como o Plano Brasil Maior e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)” (RELATÓRIO BNDES, 2011, p. 8). O discurso do BNDES é suave e só destaca assuntos positivos, como por exemplo, “a inserção do BNDES em políticas de governo ajudou o país a manter a expansão dos investimentos acima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)” (p.8).

Continuando a análise sobre o anual de 2011, na página 2, há uma afirmação de que “o relatório de atividades de 2011 busca atender à tendência de que os entes públicos e as empresas divulguem não somente seus resultados econômicos e financeiros, mas também seu desempenho nos aspectos social e ambiental”. Entretanto, não é divulgado nos relatórios anuais observados, nem nas sinopses internacionais analisadas, nenhum aspecto negativo do desenvolvimento das empresas e do BNDES como se esse “desenvolvimento” tivesse apenas a face positiva.

Mais ainda, há outro discurso do BNDES desse Relatório de 2011, realizado pelo presidente da instituição Luciano Coutinho,

O relatório integrado fundamenta-se no conceito de “sustentabilidade”, que creio ser uma releitura, mais apropriada as preocupações contemporâneas, do conceito de desenvolvimento, associando o crescimento econômico com a inovação, a competitividade, o bem-estar social, a qualidade e preservação ambiental, e o uso responsável dos recursos naturais. O BNDES, que é o banco do desenvolvimento, não poderia deixar de também ser o banco da sustentabilidade (RELATÓRIO BNDES, 2011, p.10).

Mais adiante, Luciano Coutinho acrescenta que “o BNDES persistirá em sua missão histórica de ajudar o Brasil a enfrentar os desafios em direção ao desenvolvimento sustentável” (p.16). Outro discurso do presidente, relevante para análise da pesquisa é que:

O BNDES considera a promoção da sustentabilidade e sua Responsabilidade Social e Ambiental inerentes a seu papel de instituição financeira e de organização pública de fomento, expressando-as em sua missão, sua visão, seus valores e seu código de ética. O banco dispõe de um conjunto de políticas, procedimentos, linhas de financiamentos, e instrumentos que orientam sua atuação, considerando o desenvolvimento em sua concepção integrada, que inclui as dimensões econômicas, social e ambiental. A análise e a aprovação das operações são realizadas levando-se em conta essas dimensões (p.22).

Faz parte do Discurso do BNDES a política de Responsabilidade Social e Ambiental, e no relatório anual de 2011, destaca-se também essa diretriz, conforme pode notar abaixo:

As diretrizes da Política de Responsabilidade Social e Ambiental e os compromissos assumidos no Protocolo de Intenções pela Responsabilidade socioambiental (novo Protocolo Verde), também orientaram a seleção de conteúdo do relatório, no esforço de comunicar, sob o ponto de vista da prática institucional, o avanço das ações empreendidas em 2011 para a atuação social e ambientalmente responsável no que diz respeito a: contribuições para as políticas públicas; desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos financeiros, processos, metodologias e instrumentos; indução das melhores práticas; disposição em compartilhar responsabilidade com transparência e diálogos; aprimoramento do conhecimento e disseminação da cultura de sustentabilidade; desenvolvimento de parcerias com outras organizações; adoção de políticas de valorização dos empregados; e estabelecimento dos mais modernos requisitos de sustentabilidade em suas instalações e atividades administrativas (RELATORIO BNDES, 2012. p.24).

No discurso: “agimos em todas as circunstâncias com responsabilidade, retidão, integridade, honestidade e senso de justiça” (RELATORIO BNDES, 2011, p.40), pode notar a crítica de discurso realizada pelo estudioso Gerhardt (s/d), afirmando que, em várias políticas ambientais “o uso do pronome indefinido “todos” já dá uma ideia de pretensão dos programas ambientais” para garantir legitimidade e poder das instituições realizadoras dos projetos (GERHARDT, s/d, p. 272).

Continuando, no discurso do anual 2011 (RELATÓRIO BNDES, 2011), em “temos compromisso vital com os direitos humanos de todos os participantes de nossa cadeia de relacionamento” (p.40), nota-se de novo a crítica de Gerhardt, e também “o texto em questão parece não haver lugar para o dissenso” (GERHARDT, s/d, p.285). Essa última abordagem do autor, pode ser utilizada para a análise desta pesquisa sobre os discursos do BNDES analisados, visto que, há apenas os aspectos positivos, não relacionando as outras faces do desenvolvimento.

Algo positivo no BNDES, conforme o relatório anual de 2011, é que há altos desembolsos para “economia verde e mudanças climáticas”, que, são investidos pro meio ambiente, em setores como energias renováveis e eficiência energética, hidrelétricas, gestão de água e esgoto, florestas e reflorestamento, adaptação a mudanças climáticas, gestão de riscos de desastres, gestão de resíduos sólidos. Nesse momento do relatório, há o papel de mitigação ambiental da instituição, para preservação do Meio Ambiente e para realização do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, o desempenho econômico e financeiro sempre nos Relatórios BNDES analisados (2009,2010,2011 e 2012), é posto em maior destaque e com seus indicadores. Mesmo assim, nota-se que o conceito de “desenvolvimento sustentável” está presente na ética, nos valores, na missão da instituição, nos discursos e está atrelado, ligado ao mundo das finanças. Assim, oDDS (Discurso do Desenvolvimento Sustentável) está junto com o discurso das finanças, não separado. É um discurso único.

O anual 2011 tem em destaque os lucros, os indicadores de desembolso de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, os investimentos, o percentual de inadimplência. Assim, várias são as páginas em que se analisam os capitais de investimentos e há algumas páginas sobre o que se tem investido no Meio Ambiente. Na página 124, por exemplo, há em destaque a temática da energia eólica, em que o texto dispõe “em 2011 o total de financiamentos para a geração eólica de energia foi de R\$ 3,4 bilhões, representando um crescimento de 173%, em relação a 2010. Foram financiados 43 parques eólicos”. Finalizando a análise do relatório anual 2011, é relevante mencionar que não há nenhum conteúdo sobre o “Programa Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, entretanto, um ponto positivo ao BNDES aqui analisado, é a alta percentagem investida à energia eólica, de **3,4 bilhões** de reais.

No Relatório Anual BNDES 2012, desde o começo, já se nota a preocupação com os indicadores e com os lucros da instituição para o país, sendo que, os indicadores do BNDES, em 2012, “refletem um momento de expectativas do empresariado brasileiro. Há um aumento de 60% nas consultas feitas ao banco e 58% na aprovação de novos projetos, somando concessão de US\$ 45 bilhões de investimentos” (p.7).

O Fundo Clima é outro fundo de investimento sustentável do BNDES, afirmando que “em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o BNDES lançou, em fevereiro de 2012, o Programa Fundo Clima, que vai aplicar os recursos reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima” (RELATÓRIO BNDES, 2012, p. 71).

Outro Fundo de importância para a pesquisa é o Fundo Amazônia, o qual o BNDES é o gestor e afirma que o Fundo Amazônia é uma iniciativa do governo que tem por objetivo “captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do Bioma Amazônia” (RELATÓRIO BNDES, 2012, p. 69).

Na Sinopse Internacional nº 14, de outubro de 2010, escrita pelo próprio BNDES, nota-se que há apenas a análise econômica, mostrando como a crise internacional tem afetado os países ricos e os emergentes. Há uma análise sobre o efeito no câmbio, desvalorização das

moedas e crescimento dos países, redução da demanda interna norte-americana, fortalecimento do mercado interno brasileiro.

A ênfase maior é na preocupação econômica, como por exemplo, no discurso desta Sinopse Internacional, “no cenário internacional, as empresas estão em alta, fato este que se traduz em bons fundamentos da economia brasileira” (Sinopse Internacional n° 14, p.12, 2010). Outro discurso nessa Sinopse sobre esse contexto é: “pela análise de indicadores, depreende-se que a economia brasileira reúne condições para continuar crescendo em ritmo acelerado” (Sinopse Internacional n° 14, p.13, 2010).

Na Sinopse de 2010, há apenas a importância econômica, de balança comercial favorável, como “no total das exportações brasileiras, a China foi o principal destino, bem como a principal origem das importações, no período de janeiro a setembro de 2010”(p. 13). Desta maneira, pode-se concluir que nessa Sinopse Internacional não há nenhum discurso do Desenvolvimento Sustentável (DDS) e sim apenas Discurso Econômico, não percebendo a simbiose entre finanças e Meio Ambiente.

Na Sinopse Internacional n° 17, de abril de 2012, dois discursos em destaque para explicar a análise é “o preço do petróleo se manteve estável nos últimos meses, devido à expansão da produção mundial” (p.4), e “nas economias em desenvolvimento, prevê-se um crescimento menor para este ano, de 5,7% ante 6,25% previstos em setembro” (p.4). Sendo que, mais uma vez, se nota apenas o foco econômico sem o DDS na Sinopse BNDES Internacional n°11, de março de 2009, em que há o seguinte discurso sobre crescimento econômico: “com a piora da crise financeira mundial a partir de setembro de 2008, o FMI estima que o PIB mundial irá variar entre -1% e -0,5% em 2009 e entre 1,5% e 2,5% em 2010, desacelerando com o crescimento verificado em 2008, 3,2%” (p.1).

### **3.3.1. A “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” e suas implicações dentro da instituição.**

Conforme os documentos analisados e, inclusive nos documentos do evento “encontro Mata Atlântica”, há pouca informação e poucos dados sobre os resultados desses projetos.

Os discursos do BNDES possuem um teor sobre a preservação ambiental, e, concordando com Foucault, todo discurso emana poder. Assim, os discursos da instituição, com princípios e diretrizes ambientais, e expressões recorrentes do universo sustentável, legitimam a boa imagem e reputação do banco perante a sociedade, perante a política nacional e internacional.

As ONGs atuam na preservação da Mata Atlântica, entretanto, atuam com a mesma lógica do sistema capitalista, no qual emprega funcionários, consome recursos, e fomenta o

próprio capitalismo. Mas mesmo assim, elas fazem críticas ao BNDES, pois o acusam de possuir e investir em projetos que degradam o meio ambiente. Entretanto, na visão de Machado (2006), não há como existir o crescimento com preservação econômica na lógica capitalista, e as ONGs atuam nessa mesma lógica capitalista. Dessa forma, há uma controvérsia, pois, as ONGs acusam o BNDES, ao passo que, elas mesmas também possuem investimentos duvidosos e projetos contestáveis.

Nesse estudo, notou-se, além dessa referida contradição das ONGs, o papel ativo delas na promoção de uma conservação ambiental e melhoria da vida de populações locais, de diversas regiões, e também em locais que possuem os empreendimentos do BNDES. Isso porque, as pesquisas relatam a presença das ONGs no contexto de desenvolvimento sustentável, e mostram que muitas são as vezes em que elas atuam de maneira engajada e crítica, e de forma ativa, fazendo aliança com várias outras ONGs, tornando-se mais fortes e realmente questionando e refletindo sobre a realidade socioambiental. Ademais, as ONGs intervêm também, seja por meio de relatórios, por meio de ação pública, seja por meio da educação ambiental.

A Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), por exemplo, é uma união várias organizações não governamentais, criadas no Brasil para proteger o bioma. Essa organização representa as ONGs brasileiras, ligadas na questão de conservação socioambiental da Mata Atlântica. Ela surgiu durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92). Atualmente, a rede é formada por organizações ambientalistas, socioambientais e de pesquisa, atuando nos 17 estados que há o domínio deste bioma. A RMA assumiu como principal objetivo a melhoria da legislação de defesa do bioma, assim, desde 1992, por exemplo, tem atuado nas negociações com o governo sobre o projeto de Lei nº 3.285/92, a lei da Mata Atlântica (REDE DE ONGS DA MATA ATLÂNTICA, 2014).

Em 2003 esse projeto de lei foi aprovado pela câmara dos deputados, e em 2006, foi aprovado pelo Senado Federal e sancionado pelo Presidente da República. A rede fez várias mobilizações para que o projeto fosse aprovado. A RMA afirma que sempre utilizou sua capacidade de mobilização e denúncia de crimes ambientais, entrando também com ação civil pública, além do constante apoio a novas unidades de conservação (REDE DE ONGS DA MATA ATLÂNTICA, 2014).

Dentro do contexto do excesso de investimentos do BNDES, muitas são as ONGs que criticam esses investimentos, e que esses estejam ligados a projetos nada sustentáveis. E ao se

referir sobre o aumento do desembolso do BNDES, a ONG Repórter Brasil (REPÓRTER BRASIL, 2011, p.2), afirma:

a pujança que é vista em seu desempenho financeiro, porém, não se repete na área da sustentabilidade do banco. Em que pese a criação de um departamento socioambiental para avaliar os projetos a serem financiados, as políticas de salvaguardas ainda carecem de transparência e de foco. Falta transparência na divulgação de informações sobre empreendimentos financiados pelo BNDES e carece também haver um amplo diálogo com a sociedade civil, ONGs, movimentos sociais e com comunidades locais.

Com o discurso anterior, se nota uma forma crítica de analisar o BNDES e suas políticas, essas, muitas vezes, realizadas sem a integração da população sobre seus projetos e sem transparecer seus danos socioambientais, nem sua responsabilização por eles. Outro discurso da ONG Repórter Brasil, importante para essa pesquisa:

Entre os principais dispositivos voluntários sobre critérios socioambientais, o BNDES não é apenas signatário dos Princípios do Equador. O banco assimilou o conceito de proteção ambiental em seus estatutos de Impacto Ambiental (EIA) de projetos [...]. Além das regras gerais que atingem todos os setores a serem financiados pelo BNDES, o banco criou regras específicas para o ramo da pecuária, frequentemente acusado de violações socioambientais, como desmatamento e trabalho escravo [...]. Apesar de reconhecer que os temas da sustentabilidade e em especial das mudanças climáticas ganharam corpo dentro da estratégia interna do BNDES e de outros bancos públicos analisados no estudo, a Fundação Getúlio Vargas afirma que “os produtos desempenhados especificamente são desenvolvidos po níveis intermediários de gestão com foco em ações de curto prazo, o que resulta em baixa representatividade, tanto do ponto de vista de alocação quanto de demanda” (REPORTER BRASIL, 2011, p.6-9).

No discurso anterior há aspectos positivos e negativos das políticas do BNDES, e de forma crítica a ONG faz sua análise, citando também pesquisa acadêmica para justificar sua afirmação. Por ser um banco público, talvez o BNDES esteja sempre sujeito a um monitoramento maior por parte da sociedade, sendo interessante notar que, se por um lado, há o discurso do meio ambiente no BNDES, por outro, há críticas.

Os fazendeiros, proprietários de terras, população caiçara, moradores locais, grupos indígenas, BNDES, ONGs, todos são atores da preservação ambiental, mas cada qual defendendo suas vantagens e interesses desse dito desenvolvimento sustentável. Com a

premissa de que Meio Ambiente é poder, é política, as ONGs, por exemplo, utilizam do tema “Meio Ambiente” para adquirirem poder, assim como o BNDES e outros bancos também.

Diante disso, pode-se afirmar que os atores sociais da Mata Atlântica estão no mesmo contexto: luta e disputa por poder, por espaço, por investimento e por uma boa reputação, numa dinâmica de discursos que legitimem sua atuação e a defesa de seus próprios interesses.

No programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, nota-se que o programa é resultado da pressão da política internacional, do Banco Mundial, no qual exige que seus clientes invistam em desenvolvimento sustentável, pro Meio Ambiente. O Programa também é reflexo da política nacional, na qual há várias leis brasileiras que tutelam a proteção do Meio Ambiente e a obrigação do Estado em zelar por ele, criando medidas e políticas públicas efetivas.

Resumindo, há milhões de reais do BNDES investidos em projetos do Programa, de forma não reembolsáveis, perfazendo um total de quinze projetos (quatorze levados a cabo), sendo que, eles englobam não só o reflorestamento, mas também educação ambiental; mapeamento de espécies em extinção, para serem protegidos; monitoramento das regiões reflorestadas; capacitação de fazendeiros e proprietários de terra, para que saibam cuidar do solo; bem como, reinserção dos índios a terras degradadas, as quais são reflorestadas. Ou seja, em suma, os projetos do Programa possuem um potencial notável, e embora haja muitas críticas ao BNDES, o fato é que há um espaço na instituição, mesmo que pequeno, sobre o Meio Ambiente, sendo desta forma, uma conquista histórica na governança ambiental.

### **3.3.2. Teor e dinâmica dos discursos da política ambiental do BNDES.**

No capítulo anterior, há os discursos e críticas de algumas ONGs sobre as políticas do BNDES, nos mostrando que há uma dinâmica de jogo de interesses e poder. Jardim Pinto (2006) analisa as ONGs e seu papel como atores sociais, com objetivo de investigar os espaços que essas ocupam na relação com as esferas políticas e sociais. A hipótese do autor, a qual é relevante para direcionar esse atual estudo, é que as ONGs estão muito presentes, tanto na construção, quanto na defesa dos interesses da sociedade civil e da “Não sociedade civil”, que pode ser explicado também, dentre outros fatores, ao fato de as ONGs terem o potencial de construir “redes”, entre empresas, demais OSCIPs e pessoas da sociedade civil.

Ao assumirem o papel de atores políticos, as ONGs assumem também os interesses inerentes ao jogo político, havendo uma contradição inerente às ONGs visto que, ao mesmo tempo em que elas participam do cenário econômico e político, propõe políticas públicas,



questionam o Estado, elas perpetuam o próprio sistema capitalista e suas desigualdades e injustiças (CALEGARE; JUNIOR, 2009). Essa percepção de Calegare e Junior é a mesma adotada por essa pesquisa, demonstrando haver uma dinâmica de disputa de poder entre Estado, empresas privadas e ONGs quando a temática é ambiental.

Além da disputa de poder, preservar o meio ambiente acarreta uma boa reputação da empresa, perante seus concorrentes e perante a sociedade. Além disso, é lucrativo, abrindo e expandindo novos mercados. Devido a essas vantagens, os gestores possuem os discursos recorrentes sobre a necessidade de se preservar o Meio Ambiente, configurando na ideia de Foucault (2003), em que o discurso possui uma materialidade própria e representa poder.

Há uma dinâmica de poder entre Estado- aqui representado pelo BNDES-, ONGs e empresas privadas. Entretanto, muitas são as vezes em que ONGs criticam o BNDES e empresas privadas, e em que o próprio BNDES critica as ONGs, mas, há uma série de ações conjuntas. Muitas vezes empresas privadas, OSCIPs e BNDES se aliam, em prol de projetos ambientais. O próprio BNDES, pela “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, financia um projeto de ONG, a Iniciativa Verde, redefinindo o papel das ONGs de construir “redes” e interligar empresas e sociedades.

Outro eixo de forças referentes a atuação no bioma é a Fundação S.O.S Mata Atlântica, a qual está presente em vários projetos que o BNDES investe, sendo que, até na Iniciativa Verde, há atuação e investimento da S.O.S Mata Atlântica. Dentro da conceituação, a saber, a Fundação S.O.S Mata Atlântica, principal ONG que protege a Mata Atlântica, é uma ONG privada, criada em 1986, que possui a missão de capacitar pessoas, promover a educação ambiental e recebe investimentos de bancos e empresas privadas para que se torna possível preservar o pouco de Mata Atlântica que ainda existe.

Entretanto, apesar de todas as críticas de que as ONGs atuem contra bancos e demais instituições financeiras, conforme Edson Rodrigues (2014), cada vez mais, o papel das ONGs está presente no cenário mundial e elas estão mudando o papel de serem repressoras de iniciativas contra ações governamentais, passando a assumir uma postura de serem aliadas ao Estado. Esse papel das ONGs é contraditório, mas vem sendo cada vez mais presente, e pode representar um contexto interessante nessa disputa de poder e dinâmica de discursos das ONGs prol Meio Ambiente.

No contexto da origem e expansão das ONGs, elas assumem destaque no Brasil após a RIO 92, cujo evento contou com a participação de 9 mil ONGs, as quais se uniram a fim de discutir as questões ambientais do planeta. Desde esse momento, começa a crescer articulações entre as ONGs, sendo que, em 1999, no Brasil, é criada a lei das OSCIPs, inserindo as ONGs

nessa lei e regulamentando várias questões referentes a elas. Assim, as ONGs vão assumindo um rótulo de que se preocupam com as questões ambientais (GWERCMAN, 2014).

É importante frisar que há a nomenclatura de “grupos de interesse” e ela auxilia no direcionamento para se compreender o feixe de forças que atuam em qualquer espaço, que na nossa pesquisa esses espaços seriam a sociedade e o próprio meio empresarial. Para Rodee et. al. (1977), por exemplo, o grupo como “instrumento analítico” apresenta algumas desvantagens específicas, pois não enquadram um mesmo grupo ideias e pessoas iguais, mas em contrapartida, é um importante direcionamento para a compreensão de como cada grupo de interesse consegue ou não seus objetivos.

Rodee et.al. (1977), afirma que, qualquer grupo de interesse precisa fazer exigências ao governo para se tornarem possíveis o que o grupo almeja, visto que, a “ação positiva” do Estado contribui para a realização de metas da sociedade e do meio empresarial. Outro fator importante, defende Rodee et.al (1977), é o fluxo de influência entre os indivíduos pela comunicação, da “transmissão de significados”.

Nesta pesquisa, o meio empresarial e das finanças representa um grupo de interesse ao possuir seus próprios discursos, seus “símbolos” e as suas próprias “palavras catalisadoras”, nomenclaturas utilizadas por Rodee et.al. (1977). E o BNDES é o foco da análise, sendo a “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, natureza simbólica da análise presente nos discursos aqui transcritos.

Conforme Rodee et.al. (1977, p.607), “é importante reconhecer a natureza simbólica da linguagem. Uma palavra representa um objeto ou uma ideia, mas não uma coisa em si mesma”, tal afirmação remete a Orlandi (2001), quando este afirma que, com a análise de um discurso, não atinge uma verdade e sim a uma especulação, uma interpretação, um ponto de vista. Então, partindo do pressuposto de Orlandi de que o discurso é uma interpretação, ou seja, que há várias interpretações e perspectivas, esta pesquisa buscou tangenciar a análise de alguns discursos do BNDES, pela perspectiva da autora.

Acerca do viés ideológico de um discurso e sobre o controle e dominação, Gomes e Piva (1988), afirmam que, por trás de um discurso, há uma natureza ideológica que busca manutenção do lucro e do “modo capitalista de pensar”, e, os discursos de massa, tendem para essa perspectiva. Para esses autores, há uma forte tendência de haver censura, e pressão política e econômica para expandir discursos favoráveis a tendência econômica e política de cada momento histórico.

Diante disso, a temática ambiental- com seus elementos recorrentes em diversos discursos políticos, da sociedade civil e em discursos das OSCIPs- representam discursos

parecidos, com emblemas semelhantes e que visam vantagens e poder da instituição que emana o discurso, expandindo o “modo capitalista de pensar”.

Lasswell (1949, p. 14), também relaciona a linguagem com o poder, afirmando que, desde os tempos clássicos até na atualidade, a linguagem do poder tem sido temática atraente, alegando que, “nosso bem-estar depende diretamente, e em grau extraordinário, das palavras e dos gestos”. Este autor alega que, sempre quando haja o objetivo de influenciar o poder, há uma “função política da linguagem”. Nessa perspectiva, a linguagem da temática ambiental, possui da mesma maneira, uma função política.

Dentro dessa análise, o “meio ambiente” pode ser entendido como um “símbolo-chave” para o desenvolvimento econômico e para a política, sendo, portanto, recorrente nos discursos. Desta maneira, “meio ambiente” se tornou um “símbolo-universal” e também “símbolo da política interna” do Brasil, aqui nessa pesquisa representado pelo BNDES.

Analisando a Política Ambiental BNDES 2010, nota-se que, o banco tem um discurso de focar mais no desenvolvimento sustentável de fato, e tem um discurso de avaliação de seus riscos ambientais, analisando e aprovando apenas os projetos que possuem responsabilidade socioambiental. Mas conforme as ONGs (REPORTER BRASIL, 2011), na prática, o BNDES não monitora e não fiscaliza adequadamente os empreendimentos e os projetos que financia.

Em contrapartida, na política ambiental do BNDES há a assessoria composta por quatro cargos ambientais: 1) departamento de Políticas e Estudos Ambientais- DEMAM; 2) Departamento de operações de Meio Ambiente- DEOPE; 3) Departamento de gestão do Fundo Amazônia- DEFAM; 4) Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente- JNAMA. Esses cargos demonstram a importância que o BNDES, pelo menos em suas propostas, garante ao Meio Ambiente. Nessa Política Ambiental do BNDES de 2010 (RELATÓRIO BNDES, 2010), nota a existência do “questionário ambiental” e “questionário social”, realizados para os clientes da instituição.

Dentre todos os relatórios analisados, pode-se afirmar que, há maior integração dos discursos à sustentabilidade no Relatório BNDES 2012, mais do que em 2009, 2010 e 2011, mostrando no relatório de 2012 mais conteúdos sobre os investimentos sustentáveis. Em “os desembolsos do BNDES para economia Verde e Mudanças Climáticas foram de R\$ 20,8 bilhões, com destaque para energias sustentáveis” (RELATÓRIO BNDES, 2012, p. 12), pode-se perceber isso.

O termo “sustentabilidade financeira” está presente no relatório de 2012, e dentro desse contexto, há outros termos usados, como “diversificação e integração de produtos financeiros”, “fortalecimento da estrutura patrimonial” e “aperfeiçoamento da gestão de riscos

e retornos”, tornando uma simbiose entre finanças e desenvolvimento sustentável (Meio Ambiente). Nesse relatório nota-se a presença dos termos “desenvolvimento sustentável”, “Meio Ambiente”, em praticamente todos os tópicos de conteúdo.

Na Sinopse Internacional BNDES nº 16, de outubro de 2011, continua a notar o não discurso sustentável e sim apenas o econômico, como se mostra explicitamente no discurso: “os resultados de 2011 até agosto mostram que os investimentos diretos externos destinados ao Brasil continuam em expansão: o acumulado de US\$ 44 bilhões nos primeiros oito meses do ano supera em 157% o valor correspondente do ano passado” (p. 20). Comparando, nos Relatórios Anuais do BNDES analisados (2009, 2010, 2011 e 2012), há um Discurso do Desenvolvimento Sustentável (DDS), entretanto, nas Sinopses Internacionais do BNDES analisadas não há, há apenas o discurso econômico.

#### **3.4. Principais atores envolvidos na política ambiental “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”.**

Diante de tudo o que foi visto até agora, nota-se que a temática ambiental é complexa. Sekiguchi e Silva Pires (1994) afirmam que, na reflexão e na análise da temática ambiental e seus problemas, necessita incluir novas condutas e novas posturas dos atores sociais. Assim, analisando os quatorze projetos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, se nota que há vários atores sociais envolvidos na promoção da restauração de áreas, e também como forma de espaço de disputa de poder. O estudo desses atores sociais auxiliariam na compreensão e dimensão do conflito referente a temática ambiental.

Há o quadro mostrado nesta pesquisa exibindo os principais atores envolvidos nos projetos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” (Quadro 7: Projetos BNDES Mata Atlântica x Atores envolvidos, Apêndice A). Esse quadro é o esboço dos principais atores sociais envolvidos em cada projeto. Alguns projetos inserem mais os trabalhadores locais e donos de propriedades, mas há também projetos como “Natureza Bela”, que possui, como um de seus atores, o conselho de caciques, demonstrando a complexidade das ações ambientais nesse contexto.

Nessa abordagem, há também projetos com atores sociais os quais são destaque nas finanças, como o “Instituto Terra” e o “Mico-Leão-Dourado”. Mas em geral, os projetos contam com o envolvimento da população local, capacitação da população e dos donos das propriedades, e fazem um trabalho conjunto de restauração, monitoramento, mapeamento e educação ambiental.

Por fim, há o quadro analítico a seguir, mostrando os principais links desse estudo:

***Quadro analítico do estudo realizado***

1) É realizada uma análise de discursos do BNDES: análise tangencial e interpretativa (ORLANDI, 2001) e Análise de Conteúdos (MORAES, 1999).
1.1) Fonte da pesquisa: discursos de revistas setoriais, site institucional, encontros e reuniões do presidente da Instituição; anuais e sinopses internacionais do banco.
1.2) Nota-se a presença recorrente do tema “Meio Ambiente” nos discursos e a mitigação de impactos ambientais. Os discursos focam o desenvolvimento econômico e sócio-ambiental.
2) Foi realizada também uma análise tangencial dos discursos de ONGs da defesa da Mata Atlântica, para se comparar os discursos.
2.1) Nota-se a disputa nos quesitos de defesa da Mata Atlântica: dinâmica de poder e disputa entre OSCIPs, BNDES, Sociedade Civil, Fazendeiros e outros atores sociais.
3) Nota-se a relação entre o Investimento Socialmente Responsável (ISR) das empresas e instituições bancárias e o desenvolvimento sustentável. Essa relação é política e econômica.
3.1) Presença do Banco Mundial, como ator que pressiona a existência de Políticas Ambientais e ISR das instituições, como forma dessas receberem investimentos do Banco Mundial.
4) “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” é um resultado de efetivação, como política pública, do ISR para promoção do desenvolvimento Sustentável do Brasil.
4.1) Mata Atlântica é o bioma mais devastado e descaracterizado do Brasil.
4.2) nota-se a presença da Rede Brasil na atuação das diretrizes e leis para a preservação da Mata Atlântica.
4.3) ONGs, como por exemplo, Iniciativa Verde e S.O.S Mata Atlântica, atuam na Rede Brasil e também possuem projetos financiados pelo BNDES, no programa “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”.
4.4) Há discursos em que ONGs da Rede Brasil criticam a atuação do BNDES devido a impactos não sustentáveis. Mas há também parcerias entre ONGs da Rede Brasil e o próprio BNDES.
5) O desenvolvimento sustentável possui duas esferas importantes para esse estudo: 1º) o discurso do desenvolvimento sustentável faz parte do Discurso do desenvolvimento,

com o próprio contexto do sistema capitalista, e não fora dele, pois o discurso não propõe mudanças no modo de produção (MACHADO, 2006); 2º) o desenvolvimento sustentável-com suas leis e diretrizes, na perspectiva de Magalhães (2010) apoiada em Fligstein (2002), sobre mercados- cria, inova e expande mais mercados.

5.1) O desenvolvimento sustentável atinge instituições bancárias, financeiras, empresas, políticas de governo, cargos dentro das instituições, sendo uma demonstração que o Meio Ambiente atinge a esfera das finanças, tendo importante destaque nas políticas nacionais e internacionais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos analisados permitiram constatar, entre outros aspectos, que o BNDES atua como ator no desenvolvimento sustentável do Brasil, a partir de um programa da instituição, a “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. Entretanto, esse desenvolvimento sustentável é conforme os moldes capitalistas, ou seja, há mitigação ambiental e expansão de novos mercados. Nesse contexto foi possível perceber a existência de disputa de poder, entre os principais atores envolvidos pela análise dos discursos do BNDES, e de ONGs.

O papel do Estado, no Desenvolvimento Sustentável, pode ser visto nos discursos do BNDES, no qual demonstra a importância ao tema “Meio Ambiente”. Assim, embora se constatasse críticas das inconsistências gramaticais dos discursos da instituição em relação a prática, o fato de no BNDES ter um espaço, mesmo que pequeno, sobre o Meio Ambiente, é uma conquista histórica na governança ambiental.

Esse estudo mostrou que há disputas de poder, existindo vários atores, havendo discursos que usam expressões recorrentes sobre a preservação ambiental, que legitimam a imagem de boa reputação dos bancos, aqui do BNDES, para com o âmbito empresarial e para com a sociedade.

O BNDES investe em políticas ambientais e há uma disputa sobre sua legitimidade e sobre sua capacidade em ser um protagonista do desenvolvimento sustentável no Brasil. Esta disputa fica evidente parcialmente, se analisar os grupos/atores envolvidos, especialmente, na “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. Assim, pode-se revelar que há uma dinâmica do desenvolvimento sustentável pelo Estado.

Embora o BNDES invista em políticas sustentáveis, embora sua missão e seus valores sejam de ética socioambiental, o desenvolvimento sustentável pelo BNDES ainda é um desafio. Assim, nesse viés, o BNDES ainda não atua de maneira sustentável porque ainda há inúmeras falhas, como projetos de grande impacto sócio-ambiental.

Nessa pesquisa, foi possível perceber que esse DDS, discurso do desenvolvimento sustentável na perspectiva de Machado (2006), está junto com o discurso das finanças, não separado. É um discurso único.

A hipótese central da pesquisa- que através do estudo da política ambiental do Projeto “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, se pode ter uma dimensão melhor da concepção do desenvolvimento sustentável adotada pelo BNDES- foi testada. Foram realizadas pesquisas e compreendido como funciona os investimentos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. Também foram realizadas análises dos discursos do BNDES, por revistas, relatórios anuais e

site institucional, demonstrando que nos discursos do BNDES e na missão da instituição o “Meio Ambiente” é um tema em destaque para o banco.

Se a preservação ambiental ocorre de forma mitigada ou não, o mais relevante para esse estudo, é que o DDS do BNDES está cada vez mais se inserindo no mundo das finanças e dos mercados, de forma que, parece existir um discurso único de desenvolvimento no qual finanças, meio ambiente e mercado estão numa simbiose. Simbiose essa que expande mercados e movimenta a economia. Dessa forma, diante de todo o contexto mencionado, o Meio Ambiente atinge o Estado e as Finanças. Assim, há o pressuposto que o Estado e Finanças atuam juntos.

Em destaque, nesse contexto ambiental, há o papel das ONGs no engajamento das políticas ambientais. É necessário enfatizar que, elas atuam de maneira ativa, sendo por denúncias de violações, contra leis socioambientais, seja por meio de aliança entre várias ONGs, a fim de fortalecer suas propostas.

Enfim, as ONGs são atores importantes para a conservação ambiental. Entretanto, suas ações e políticas, assim como as ações e políticas do próprio BNDES, são também muitas vezes contraditórias e complexas.

Outras análises poderão ser realizadas por cientistas políticos, como por exemplo, pesquisa de campo, entrevistas aos pequenos proprietários de terras, entrevistas aos índios e a população que trabalha nos projetos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. Assim, se teria uma visão mais real do que vem acontecendo. A pouca informação acessível desses projetos, via internet, são rasas e enviesadas, pois, são oferecidas pela própria instituição, pelos operadores dos projetos ou por ONGs. Seria necessária a voz dos participantes, a opinião deles.

Acredita-se que a pesquisa tenha interligado o Meio Ambiente, assunto de biólogos e ambientalistas, ao mundo das finanças, da lei de mercado. Bem como, essa pesquisa inseriu a discussão do contexto no qual o Meio Ambiente se tornou o foco das políticas nacionais e internacionais.

Enfim, acredita-se que essa pesquisa logrou uma reflexão sobre o processo da articulação de poder sobre o tema Meio Ambiente, sendo que, o viés de focar o lado político da ecologia é o que incentivou inícidese estudo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Componente Socioambiental da Reputação Bancária**. 2010.

AKARUI. Disponível em : <http://www.akarui.org.br/projetos>. Acessado em 15.08.2014.

ALMEIDA JR., Antonio Ribeiro de. **A idéia de Corpo: sua relação com a Natureza e com os assuntos humanos**. In Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável. Instituto de pesquisas sociais, fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação. Governo Federal. Recife, Brasil. 1994.

ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA. **Panorama do Cumprimento das Metas. Avanços, oportunidades e desafios**. Reserva Brasileira da Mata Atlântica. 2012.

APREMAVI. Disponível em: <http://www.apremavi.org.br/mata-atlantica/salvando-a-mata/a-rede-de-ongs-da-mata-atlantica/>. Acessado: 20.02.2014.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: Heranças, tendências e Desafios**. 2003. Rio de Janeiro.

BALBO, I.R; GARRIDO, J.M; VENDRAME, F.C; SARRACEMI, J.M; VENDRAME, M.D.C.R. **Sustentabilidade**. Lins-São Paulo 2009.

BANCO CENTRAL NACIONAL. Disponível em: (<[http://sistema-financeiro-nacional.info/mos/view/Banco\\_Central\\_do\\_Brasil/](http://sistema-financeiro-nacional.info/mos/view/Banco_Central_do_Brasil/)>). Acessado Dia 11/09/2012 as 19h08min.

BNDES. BNDES Setorial n° 32, setembro de 2010a.

BNDES. BNDES Setorial n° 33, junho de 2010b.

BNDES. BNDES Setorial n°34, setembro de 2011c.

BNDES. BNDES Setorial n°35, março de 2012d.

BNDES,2014l. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_Imprensa/Noticias/2011/todas/20111226\\_Iniciativa\\_Mata\\_Atlantica.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2011/todas/20111226_Iniciativa_Mata_Atlantica.html). Acessado em: 09.01.2014.

BNDES, 2011m. Disponível em:<https://onginiciativaverde.wordpress.com/tag/iniciativa-bndes-mata-atlantica/>. Acesso: 23.11.2013.

BNDES, 2009n. Disponível em:[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/Fundo\\_Social/mata\\_atlantica\\_criterios.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Fundo_Social/mata_atlantica_criterios.html).Acessado: 05.11.2013.

BNDES,2013o. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/Fundo\\_Social/index.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Fundo_Social/index.html). Acessado: 03.01.2014.

BNDES. 2013p. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atacao/Meio\\_Ambiente/Mata\\_Atlantica/s\\_mata\\_atlantica.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atacao/Meio_Ambiente/Mata_Atlantica/s_mata_atlantica.html). Acesso: 24.08.2013.

BNDES.2010q.Disponível

em:[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala de Imprensa/Noticias/2011/todas/20110419\\_mata\\_atlantica.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2011/todas/20110419_mata_atlantica.html). Acesso: 02.10.2013.

BNDES.2011r.Disponível

em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Hotsites/Relatorio Anual 2011/Capitulos/atuacao institucional/o bndes e protocolo verde.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/atuacao_institucional/o_bndes_e_protocolo_verde.html).

BNDES,2014z.

Disponível

em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Relacao Com Investidores/Desempenho/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Desempenho/) . Acesso, 22.02.2014.

**BNDES. Política Ambiental e Instrumentos de Colaboração Financeira para o Meio Ambiente.** Novembro 2010.

**BNDES. O BNDES e a Economia Verde.** São Paulo. Junho 2013.

**BNDES, Sinopse Internacional**, nº 11, março 2009.

**BNDES, Sinopse Internacional**, nº 14, outubro 2010.

**BNDES, Sinopse Internacional**, nº 16, outubro 2011.

**BNDES, Sinopse Internacional**, nº 17, abril 2012.

**BRASIL, Constituição Federal**, 1988.

BRASILDIPLOMACIA.

Disponível

em:

<[http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/08\\_Wirtschaft/Institutionen/KfW.html](http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/08_Wirtschaft/Institutionen/KfW.html)>. Acesso em: 12 fev. 2014.

**BRASIL, Lei nº 9.605**, de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

**BRASIL, Lei nº 1.628**, de 20 de junho de 1952. Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

**BRASIL, 1981. Política Nacional do Meio Ambiente**, Lei nº 6.938, de 15 de setembro de 2010.

**CALEGARE, M.G.A; JÚNIOR, N.S.A “Construção” do Terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional.**2009.

**CAPPELLIN, P.; GIULIANI, G.M.The Political Economy of Corporate Responsibility in Brazil: Social and Environmental Dimensions.** In Technology, Business and Society Programme Paper number 14. United Nations Research Institute for Social Development, P.01-67, October 2004.

**CARVALHO FILHO, José dos Santos.** Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado. Nº12. Salvador. 2008.

**CASTELO BRANCO, E.M.D. S. Michael Foucault: Saber- Poder, Método e Verdade.** s/d.

CAVALCANTI, Clóvis. . In **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável**. Instituto de pesquisas sociais, fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação. Governo Federal. Recife, Brasil. 1994.

CECHIN, AndreDominiques; MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **A Economia da Sobrevivência e seus Fundamentos Sociais**. 2007.

COHEN, M.D; MARCH, J.G; OLSEN, J.P. **A garbage can model of organizational choice**. Administrative Science Quarterly, Vol.17 n°01, 1972.

CONFERENCIA DE MEIO AMBIENTE. Disponível em: <[WWW.CONFERENCIADEMEIOAMBIENTEDEBH.WORDPRESS.COM](http://WWW.CONFERENCIADEMEIOAMBIENTEDEBH.WORDPRESS.COM)>, acessado em 20 dez.

CONTADOR, Claudio. R.; **Os investidores Institucionais no Brasil**. Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Rio de Janeiro, 1975.

COUTO, Ana Cristina Lima; TRINTIM, Jaime Graciano. **O Papel do BNDES no Financiamento da Economia Brasileira**. 2012.

CREMONESE, Dejalma. **Teoria do Estado Contemporâneo**. Editora Ijuí. Rio Grande do sul. 2009.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EdUSP, 2005.

D'AMATO, José Luis. **O Ambientalismo como movimento vital: Análise de suas dimensões histórica, crítica e vivencial**. In : Desenvolvimento e Natureza : Estudos para uma sociedade sustentável. Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação. Governo Federal. Recife, Brasil. 1994.

ECODESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/parceirosecod/parceiros-apoio/fundacao-avina>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

ENCONTRO BNDES MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/s\\_mata\\_atlantica.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/s_mata_atlantica.html)>. Acesso em: 02.fev. 2013.

FEBRABAN, Federação Brasileira de bancos. **Bancos em Desenvolvimento Sustentável**. 2011.

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e Crise na América Latina: O Caso do Brasil**. S/D.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Estado Mínimo e Estado Máximo: O Dilema**. In: **Revista electronica sobre a Reforma do Estado**. Salvador, Bahia. 2008.

FIOTEC, Disponível em: [http://www.fiotec.fiocruz.br/institucional/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7&Itemid=122&lang=pt](http://www.fiotec.fiocruz.br/institucional/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=122&lang=pt). Acessado em 15.09.2014.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. *Contemporaneidade e Educação*. Ano VI, n° 9., p. 26-55. 2001.

FLIGSTEIN, N. **Constructing Polities and Markets: Institutional account of European Integration**. *AJS*, V107, n5, pp.1206-46, 2002.

FLIGSTEIN, N. **Habilidade Social e a Teoria dos Campos**. In: Martes, Ana Maria Braga (Org.). *Redes e Sociologia Econômica*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2009.

FLIGSTEIN, N. ;McAdam, N. ; **A Teoria dos campos**. Oxford, university Press, 2012.

FONSECA, Bruno Costa da; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romano de; SOUSA, Dayane Rouse Neves. **Conflitos Ambientais: Atores, causas e desdobramentos na zona da Mata Mineira**. 2012.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um Debate conceitual e Reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil**. 1997.

FOUCAULT, Michel (2003-a). **Poder e Saber**. In: MOTA, Manoel Barros da (Org.). **Estratégias, Poder- Saber**. Seleção de textos, Coleção Ditos e Escritos. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel (2003-b). **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel (2002). **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. [1969].

FOUCAULT, Michel (1997). **Resumo dos Cursos do Collège de France [1970-1982]**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FUNDAÇÃO AVINA: <http://www.ecodesenvolvimento.org/parceirosecod/parceiros-apoio/fundacao-avina>, acessado em: 10.01.2014.

FUNDAÇÃO S.O.S Mata Atlântica. **Diagnóstico e características por percepção de bacias hidrográficas**. São Paulo. 2005.

FUNDAÇÃO S.O.S Mata Atlântica. **Programa para a conservação das Zonas Costeiras e Marinhas sob influência dos Biomas Mata Atlântica**. 2007.

FURB, Disponível em: <http://www.furb.br/web/1655/institucional/gestaoambiental/apresentacao>, Acessado em 15.09.2014.

FURTADO, André. **Opções tecnológicas e desenvolvimento do terceiro mundo**. In *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. Instituto de pesquisas sociais, fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação. Governo Federal. Recife, Brasil. 1994.

Gerhardt, Cleyton H. **A Invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas**. Rio de Janeiro. 2007.

GOMES, Pedro. G; PIVA, Maria Cruz. **Políticas de Comunicação**. Edições Paulinas- São Paulo. 1988.

GONÇALVES, S. C. O Método Arqueológico de Análise discursiva: o Percorso metodológico de Michael Foucault, 2009.

GRUN, Roberto. **A Sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil**. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, V.16, n.2. 2004.

GWERCMAN, Sérgio. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/servem-ongs-444432.shtml>>. Acesso em: 12.abr. 2014.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. V.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2011.

HAZELTON, James; HAIGH, Matthew. **Financial Marketts: A Tool for Social Responsibility**. Journalof Business Ethics. 52: 59-71. 2004.

HILL, M. **Implementação: uma visão geral**: In: Savavia, E; Ferrarezi, E. (Org.) Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.2v. Volume 2.pp 61-87.

Hiss, Stefanie; Kunzlmann, Jakob. FinancializationofSustainability – The Case ofSustainabilityAccounting. June 23-25, 2011.Network N: FinanceandSociety.

INSTITUTO TERRA. **Relatório Anual**. 2010.

IBIO, disponível em: <http://www.ibioagbdoce.org.br/>. Acessado em 23.08.2014,

INSTITUTO TERRA. Disponível em: [http://www.institutoterra.org/pt\\_br/ShowNot.php?adfo3;76ad;lkjioerg=Njc=&er67sd23fda=TIE9PQ==#.UwuMv2S5fIU](http://www.institutoterra.org/pt_br/ShowNot.php?adfo3;76ad;lkjioerg=Njc=&er67sd23fda=TIE9PQ==#.UwuMv2S5fIU)>. Acesso em: 12.jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. Disponível em: [www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica.html](http://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica.html)>. Acesso em: 04 de dez. 2013.

ITPA, Disponível em: [http://www.itpa.org.br/?page\\_id=2](http://www.itpa.org.br/?page_id=2). Acessado em 20.08.2014.

JACOBI, Pedro. **Movimento Ambientalista no Brasil. Representação Social e Complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.). Publicado em Patrimônio ambiental. EDUSP. 2003.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos. **Programa interdisciplinar de formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais**. Rio de Janeiro- UFRJ. 2011.

KFW. Disponível em [http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/08\\_Wirtschaft/Institutionen/KfW.html](http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/08_Wirtschaft/Institutionen/KfW.html), acessado em: 04.11.2013.

LAMAS, F.G. Foucault, o Método Histórico-Filosófico de Pesquisa e sua contribuição para a metodologia científica das Ciências Humanas. In: Revista de Teoria da História, Ano 1, Número 3, Junho/2010.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

LOWI, T.J. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice**. **Public Administration Review**, Vol, 32, n°4 (Jul-aug.,1972), pp. 298-310.

KINGDON, J. **Agenda Setting**. In Public Policy: The essential readings. Theodoulou, S.Z; Cahn, M.A, Prentice Hall, pp.105-112,1995.

KROLING, Aloíso; MARTINS, Marianne Rios de Souza. **O Papel das Políticas Pública na efetividade dos Direitos Humanos Fundamentais de 2ª Dimensão (s/d)**.

KUNZLMANN, Jakob; HISS, Stefanie. **Financialization of Sustainability- The case of Sustainability Accounting**. 2011.

LAPYDA, Llan. **A Financeirização no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. 2011. In: Biblioteca Digital Usp, Teses e Dissertações, disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-30092011-095732/pt-br.php>. Acesso: 22.08.2013.

LASSWELL, Harold. **A linguagem da Política**. Editora Universidade de Brasília, 1979.

LÉVY, Dominique; DUMÉNIL, Gérard. **A Crise do Liberalismo na História do Capitalismo. 2008-2011, Os Dois Primeiros Atos**. 2011.

LOUCHE, Céline. **Ethical Investment. Processes and mechanisms of institutionalisation in the Netherlands**. 1990-2002. 2004.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. 2006.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Consolidação da Sustentabilidade no Sistema Financeiro**. S/D.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Lucro e Reputação: Interações entre Bancos e Organizações Sociais na Construção das Políticas Socioambientais**. São Paulo. 2010.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Sustentabilidade no Setor Financeiro. In: Workshop Políticas e Práticas Socioambientais nas Instituições Financeiras**. Banco Central do Brasil. São Paulo. 2011.

MAMMANA, Guilherme Pellegrini. **Renovação e Sustentação da produção energética**. In *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. Instituto de pesquisas sociais, fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação. Governo Federal. Recife, Brasil. 1994.

MICO-LEÃO, Disponível em: <http://www.micoleao.org.br/>. Acessado em 15.09.2014

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, V.22, n.37, p.7-32-1999.

NAHAN, Mike; HOGGETT, Jim. **Ethical Investment- Deconstructing the myth**. 2002.

NETO, Antonio José Pedroso Neto. **Executivos e Gerentes de empresas Estatais às vésperas da privatização**. 2007.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. 5ªed. Ed. Método. 2011.

NUNES, A.J.A. **A Filosofia Social de Adam Smith**, (s/d).

OLIVEIRA JUNIOR, Valdi Ferreira. **Teoria Contemporânea do Estado: Estados Constitucionais solidaristas e garantia do Mínimo existencial**. S/D.

ONU. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano - 1972**. 21ª reunião plenária, capítulo 11, Junho, 16, 1972.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP. 2001.

PÁGINA INSTITUCIONAL, BNDES, 2013. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/O\\_BNDES/A\\_Empresa/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/)>. Acesso em: 11 de set. 2013.

PECCATIELLO, Ana Flavia Oliveira. **Políticas Públicas Ambientais no Brasil: da Administração dos Recursos Naturais (1930) à Criação do Sistema Nacional das Unidades de Conservação.** 2000.

PEREIRA SILVA, Carlos Alberto. **Sustentabilidade e Transição paradigmática.** S/D.

PETRY, Almiro. **A Democracia e os Direitos Humanos na América Latina.** 2008.

PIRES, Mauro Oliveira. **Programas agrícolas na ocupação do Cerrado.** 2000.

POLETTI, Ronaldo. **Introdução ao Direito.** São Paulo. Saraiva. 1991.

RAUD, CÉCILE. **Bourdieu e a Nova Sociologia Econômica.** In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. V. 19. N°2. 2007.

REDE BRASIL. **Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza. Um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das Instituições financeiras.** Brasília. 1ª edição. 2012.

**Relatório BNDES, 2009** Disponível em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atuario/Meio\\_Ambiente/Mata\\_Atlantica/index.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuario/Meio_Ambiente/Mata_Atlantica/index.html). Acesso em: 22. out. 2013.

**Relatório BNDES, 2010.** Disponível em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atuario/Meio\\_Ambiente/Mata\\_Atlantica/index.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuario/Meio_Ambiente/Mata_Atlantica/index.html). Acesso em: 20. Out. 2013.

**Relatório BNDES, 2011.** Disponível em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atuario/Meio\\_Ambiente/Mata\\_Atlantica/index.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuario/Meio_Ambiente/Mata_Atlantica/index.html). Acesso em: 10. Out. 2013.

**Relatório BNDES, 2012.** Disponível em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atuario/Meio\\_Ambiente/Mata\\_Atlantica/index.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuario/Meio_Ambiente/Mata_Atlantica/index.html). Acesso em: 10. Out. 2013.

REPÓRTER BRASIL. **O BNDES e Sua Política Socioambiental: uma Crítica sob a perspectiva da Sociedade Civil Organizada.** 2011.

Revista do BNDES, v.1, n.1, jun.1994- Rio de Janeiro, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, 1994-v.

REVISTA do BNDES. **Políticas Neoliberais? Mas o que é Neoliberalismo?** Rio de Janeiro. V.7.N°13. jun 2000.

RODEE, C.C ; ANDERSON, T.J ; CHRISTOL, C.Q ; GREENE, Th. **Introdução à Ciência Política II.** Rio de Janeiro, Agir, 1977.

RODRIGUES, Edson. **ONGs se unem a entidades governamentais para proteção do meio ambiente.** Disponível em: <<http://governo-mt.jusbrasil.com.br/politica/2201363/ongs-se>>

unem-a-entidades-governamentais-para-protecao-do-meio-ambiente> .Acesso em: 10. Abr. 2014.

ROHAN, Ubiratan ; FRANÇA, Sérgio Luiz Braga. **Avaliação do desempenho ambiental na Indústria Naval : Estudo de caso em estaleiro localizado no Rio de Janeiro.** 2013.

ROHDE, Geraldo Mario. **Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentável.**In : Desenvolvimento e Natureza : Estudos para uma sociedade sustentável. Recife. 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** São Paulo: Abril Cultural, 2000.

SABATIER, P; WEIBLE, C.M.**The advocacy coalition framework: innovations and clarifications.** In Theories of the policy process. Sabatier, P(ed). Westview.Cambridge,2007.

SAHD, Silva; NETO DE ANDRADE, Luiz Felipe. **O Estado Mínimo de Robert Nozick.** Revista de filosofia.V.31.N.100 (2004).

SAKUMA, Kyoko; LOUCHE, Céline.**Socially Responsible Investment in Japan: Its Mechanism and Drivers.** 2008.

SALHEB, G.J.M; NETO, H.A. P; OLIVEIRA, I.M; JUNIOR, M.F.A; BOETTGES, R.J.C; MONTEIRO, V.C.S. **Políticas Públicas e Meio Ambiente: Reflexões e Preliminares.** S/D.

SARTORE, Marina de Souza, a. **O Mercado Socialmente Responsável.** In Revista Espaço de diálogo e desconexão. Araraquara, V. 4, n° 2, 2012.

SARTORE, Marina de Souza, b. **A Sociologia dos índices de Sustentabilidade.** In Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, V.24, n° 2. 2012.

SARTORE, Marina de Souza, c. **A inserção da Responsabilidade Social do Setor Bancário no contexto da Governança Corporativa.** Dissertação apresentada com requisito para obtenção do título de Mestre pela Universidade Federal de São Carlos, em 2006.

SARTORE, Marina de Souza, d. **Responsabilidade Social e Trabalho: o Discurso do Setor bancário.** 2006. SCARANO, Fábio Rubio. **Biomass Brasileiros- Retratos de um país plural.** Editora casa da palavra. 2012.

SCHAUN, Ângela; SANTOS, Jorgina; BACHA, Maria de Lourdes. **Considerações teóricas sobre o Conceito de Sustentabilidade.** 2010.

SEKIGUCHU, Celso; PIRES, E.L.S. **Agenda para uma economia política de sustentabilidade: potencialidades e limites para seu desenvolvimento no Brasil.**In Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável. Instituto de pesquisas sociais, fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação. Governo Federal. Recife, Brasil. 1994.

SIMON, Pedro. **Discursos e Projetos.** 2º semestre de 1992, Brasília. 1993.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** 2008. Zahar, Rio de Janeiro.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Reflexão da literatura.** Sociologia, Porto Alegre. Ano 8,n° 16 jul/dez 2006,p.20-45.

STAHEL, André Werner. **Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis.** In: Desenvolvimento e Natureza:



Estudos para uma Sociedade Sustentável. Instituto de pesquisas sociais, fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação. Governo Federal. Recife, Brasil. 1994.

TEIXEIRA, Renato Araújo. **Uma análise de diferentes questões relacionadas a desenvolvimento sustentável na contemporaneidade.** 2010.

THEODOULOU, S.Z. **How public policy is made.** In Public Policy: The essential readings. Theodoulou, S.Z; Cahn, M.A. Prentice Hall, 1995.

TNC, disponível em: <http://www.tnc.org.br/>. Acessado em 20.08.2014.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. Economia do Meio Ambiente: Forças e Fraquezas. In **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável.** Instituto de pesquisas sociais, fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação. Governo Federal. Recife, Brasil. 1994.

Tombini, Alexandre. Discurso do Presidente Alexandre Tombini no Evento Finanças Sustentáveis, Rio + 20. 13 de junho, 2012. (<[http://sistema-financeiro-nacional.info/mos/view/Banco\\_Central\\_do\\_Brasil/](http://sistema-financeiro-nacional.info/mos/view/Banco_Central_do_Brasil/)>) Acessado Dia 11/09/2012 as 19:08.

TOSINI, Maria de Fatima. **Sustentabilidade no Setor Financeiro. In: Workshop Políticas e Práticas Socioambientais nas Instituições Financeiras.** Banco Central do Brasil. São Paulo. 2011.

TUDE, João Martins. **Conceitos Gerais de Políticas Públicas** (s/d).

TULARAM, G.A; WONG, V.S.H; ROCA, E. **Are Socially Responsible Investment Markets Worldwide Integrated?** Accounting Research Journal. 2010.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A: Quadros**

Quadro 1: História do ambientalismo no Brasil e no mundo.

1972	Clube de Roma.	Documento: “Os limites do crescimento”.
1973	Conferência de Estocolmo. 113 países participantes.	Origem do conceito de “Desenvolvimento Sustentável” predominante na política internacional.
1974	No Brasil há a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente.	
1975	UNESCO cria o Programa Internacional de Educação Ambiental.	
1980	Sancionada no Brasil a Lei 6.938 - política Nacional do Meio Ambiente.	
1988	Nova Constituição Federal do Brasil é positivada e contém um capítulo exclusivo para tratar meio ambiente, capítulo IV.	
1989	Criação do IBAMA no Brasil. Criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente.	Dados são expostos de que há 250 espécies de animais em extinção no Brasil, comparado com 70 sp em 1973.
1996	1ª Conferência para Convenção sobre Mudanças Climáticas em Berlim.	
1997	Kyoto realiza a COP3 para 38 países constituir metas	Criação da GlobalReportInitiative

	de diminuição de carbono até 2012.	(GRI), tornando padrão mundial para fixar relatórios de empresas.
1999	<b>No Brasil a devastação da Mata Atlântica chega em 93%.</b>	
2003	Bancos se reúnem e estabelecem os “Princípios do Equador”.	
2005	Criação do Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial (ISE).	
2009	É assinado o Protocolo Verde entre o MMA (Ministério do Meio Ambiente) e o FEBRABAM.	

Elaborada por Marisa DoriveAntonio (fonte: FEBRABAN, 2011).

*Quadro 2: Políticas ambientais do BNDES*

ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	DATA DE IMPLEMENTAÇÃO	NOME DA POLÍTICA AMBIENTAL
2010	09 de dezembro	AMATA
2010	07 de dezembro	Fundo Amazônia
2010	10 de novembro	Redução de emissão de gases na agricultura
2010	01 de outubro	Reciclagem nas sedes da COPA

2010	11 de junho	Apoio á cadeia produtiva do plástico
2010	02 de maio	Infraestrutura e Meio Ambiente
2010	05 de maio	Fundo Vale Florestar
<b>2011</b>	<b>26 de dezembro</b>	<b>Mata Atlântica</b>
2011	26 de dezembro	Fundo Amazônia
2011	24 de outubro	Fundo Amazônia
2011	05 de julho	Terras indígenas Kayapó
2011	05 de maio	Suzano Papel e Celulose
2011	19 de abril	Restauração da Mata Atlântica
2011	Mês de abril	Sustentabilidade ambiental no Pará
2012	02 de julho	Cogeração de energia a partir do cavaco do eucalipto
2012	26 de junho	Fundo Amazônia
2012	14 de junho	Museu do Meio Ambiente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
2012	16 de março	Projetos Produtivos sustentáveis nos estados da Amazônia
2012	13 de fevereiro	Programa Fundo Clima

Figura 1. Fonte: site institucional do BNDES. Elaborado por Marisa Dorive Antonio.

Quadro 3: Atores na Mata Atlântica

PRINCIPAIS ATORES NA PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA
Ongs da Mata Atlântica
Fundação S.O.S Mata Atlântica
Coalizão abrolhos
Grupo Conexão Abrolhos-Trindade
Rede de gestores de unidades de conservação da Mata Atlântica
INPE (Instituto de Pesquisa)
IBAMA
Índios de 100 áreas localizados em região deste bioma
Quilombos
Pescadores
Agricultores familiares
Caiçaras

Elaborado por Marisa DoriveAntonio. Fonte: Anuário Mata Atlântica 2012.

Quadro 4: Objetivos Estratégicos para preservação da Mata Atlântica

<b><i>Objetivo estratégico a: tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que a preocupação com a biodiversidade permeie governo e sociedade.</i></b>
Meta 1: Até 2020, no mais tardar, as pessoas terão conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderão tomar para conservá-las e utilizá-la de forma sustentável.
Meta 2: Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e redução de pobreza e em procedimentos de planejamento, sendo incorporados em contas nacionais, conforme o caso, e sistema de relatório.
Meta 3: Até 2020, no mais tardar, incentivos lesivos à biodiversidade, inclusivos chamados de subsídios perversos, terão sido eliminados ou reformados, ou estarão em vias de eliminação visando minimizar ou evitar impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB e outros compromissos internacionais relevantes, levando em conta condições socioeconômicas nacionais.
Meta 4: Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de produção e consumo

sustentáveis e terão conseguido restringir os impactos de utilização de recursos naturais dentro de limites ecológicos seguros.
<b><i>Objetivo estratégico b: reduzir as pressões diretas sobre biodiversidade e promover o uso sustentável.</i></b>
Meta 5: Até 2020, a taxa de perda de todos os habitats nativos, inclusive florestas, terá sido reduzida em pelo menos a metade.
Meta 6: Até 2020, o manejo e captura de quaisquer estoques de peixes e invertebrados e plantas aquáticas serão sustentáveis.
Meta 7: Até 2020, áreas sob agricultura, piscicultura e silvicultura serão manejadas de forma sustentável, assegurando a conservação da biodiversidade.
Meta 8: Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade.
Meta 9: Até 2020, espécies exóticas invasoras e seus vetores terão sido identificadas.
Meta 10: Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral e demais ecossistemas impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos.
<b><i>Objetivo c: Melhorar a situação de biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.</i></b>
Meta 11: Até 2020, pelo menos 17 % das áreas terrestres e de águas continentais e 10 % de áreas marinhas e costeiras terão sido preservadas.
Meta 12: Até 2020, melhorar a extinção de espécies ameaçadas.
Meta 13: Até 2020, diminuição de perda da variabilidade genética.
<b><i>Objetivo d: Aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos.</i></b>
Meta 14: Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais terão sido restaurados e preservados
Meta 15: Até 2020, recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados.
Meta 16: Até 2015, o protocolo de Nagoya sobre acesso a recursos genéticos será operalizado.
<b><i>Objetivo e: Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.</i></b>
Meta 17: Até 2015, ter plano de ação efetivo.

Meta 18: Até 2020, conservação de comunidades indígenas.

Meta 19: Até 2020, conhecimento da biodiversidade, de seus valores.

Meta 20: Até 2020, implementação efetiva do plano estratégico da biodiversidade 2011-2020.

Elaborado por Marisa DoriveAntonio. Fonte: Anuário 2012 Mata Atlântica.

Quadro 5: Mata Atlântica e sua extensão no Brasil em 1500

<b>Mata Atlântica em 1500</b>	
<b>Estado</b>	<b>Área de domínio</b>
Alagoas	53%
Bahia	33%
Ceará	3%
Espírito Santo	100%
Goiás	3%
Mato Grosso do Sul	18%
Minas Gerais	46%
Paraíba	12%
Paraná	98%



Pernambuco	18%
Piauí	9%
Rio de Janeiro	100%
Rio Grande do Norte	6%
Rio Grande do Sul	48%
Santa Catarina	100%
São Paulo	68%
Sergipe	54%

Fonte: Instituto Brasileiro de Florestas, 2014.

Quadro6: Unidades de Conservação federais atuais da Mata Atlântica de norte ao sul do Brasil.

Parque das Dunas, estadual, Rio Grande do Norte;
Jericoacoara, federal, Ceará;
Chapada do Araripe, Pernambuco, Piauí e Ceará;
Jardim Botânico Benjamim Maranhão, João Pessoa, Paraíba;
Reserva Biológica Guaribas, Mamanguape, Paraíba;
APA da Barra do Rio Mamanguape, Rio Tinto, Paraíba;
Parque Nacional da Chapada Diamantina, federal, Bahia;
Parque Marinho dos Abrolhos, federal, Bahia;
Parque Estadual da Pedra Azul, estadual, Espírito Santo;

Parque Estadual Paulo César Vinha, estadual, Espírito Santo;
Mosteiro Zen Morro da Vargem, municipal, Espírito Santo;
Parque Nacional do Caparaó, federal, Espírito Santo e Minas Gerais;
Santuário do Caraça, privada, Minas Gerais
Parque Estadual do Rio Doce, estadual, Minas Gerais
Parque Nacional da Serra de Itabaiana, federal, Sergipe
Serra do Cipó, federal, Minas Gerais
Serra da Bodoquena, federal, Mato Grosso do Sul
Parque Estadual dos Três Picos, estadual, Rio de Janeiro
Reserva Natural Vale do Rio Doce, Linhares, Espírito Santo
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, estadual, Santa Catarina
Serra dos Órgãos, federal, Rio de Janeiro;
Parque da Tijuca, federal, Rio de Janeiro;
Parque Estadual da Serra da Tiririca, estadual, Rio de Janeiro;
Parque Municipal da Grota, municipal, Mirassol, São Paulo;
Parque do Itatiaia, Minas Gerais e Rio de Janeiro;
Parque do Sabiá, Uberlândia-Minas Gerais;
Serra da Bocaina, Rio de Janeiro e São Paulo;
Serra da Cantareira, São Paulo, São Paulo;
Parque Estadual Morro do Diabo, Teodoro Sampaio, São Paulo;
Serra da Mantiqueira, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo;
APA Petrópolis, Parque Natural Municipal da Taquara, Rio de Janeiro;
Ilha Queimada Pequena e Ilha Queimada Grande, federal, São Paulo;

Parque da Cantareira, estadual, São Paulo;
Estação Ecológica da Juréia-Itatins, estadual, São Paulo;
Ilha Anchieta, estadual, São Paulo;
Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo;
Parque Estadual de Ilhabela, São Paulo;
Parque Iguaçu, federal, Foz do Iguaçu, Paraná;
Ilha do Mel, estadual, Paraná;
Parque Nacional da Serra do Itajaí, federal, Santa Catarina;
Serra Geral, estadual, Rio Grande do Sul;
RPPN da Unisc, Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio Grande do Sul;
RPPN Rio das Lontras, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Santa Catarina;
Parque Municipal de Maceió, Alagoas;
Estação ecológica de Murici, Alagoas;

Elaborado por Marisa DoriveAntonio. Fonte: Instituto Brasileiro de Florestas.

Quadro 7: Projetos BNDES Mata Atlântica x Atores envolvidos

Nome do Projeto/Instituição	Principais atores envolvidos
Akarui	Produtores, agricultores, viveiristas locais, empresas de plantio João Carrão e Daniel Alves, Casa da agricultura, Instituto Florestal, Consultores.
Associação Mico Leão-Dourado (AMLD)	UENF( Universidade Estadual Norte Fluminense), Jardim Botânico RJ, trabalhadores rurais, técnicos e empresas locais.
FIOCRUZ/FIOTEC (Fundação Oswaldo Cruz/ Fundação para Desenvolvimento	Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do RJ, Laboratório de sementes,

Científico e Tecnológico em Saúde)	laboratório de Responsabilidade Social.
IESB (Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia)	Comunidades Rurais do local.
Instituto Pro-Terra	Fazendeiros locais.
IPÊ (Instituto de pesquisas ecológicas)	População local, biólogos para o mapeamento e demais funcionários.
Instituto Terra	Possui 30 parcerias como atores sociais, dentre eles: Natura, Prefeitura de Parma, Universidade Federal de Viçosa, Stanford University, The University of Utah, Embrapa, Provincia de Roma, S.O.S Mata Atlântica, Instituto Unibanco, Philips, Banco do Brasil, International Finance Corporation.
ITPA( Instituto Terra de preservação Ambiental)	Trabalhadores rurais e funcionários.
Mater Natura	Trabalhadores rurais e funcionários.
Natureza Bela	The nature Conservancy, Instituto cidade, Cooplar, conselho dos caciques (Araguakisã).
A Iniciativa Verde	S.O.S Mata Atlântica, Instituto Oikos
The Nature Conservancy (TNC)	Fazendeiros e donos de pequenas propriedades.
FURB (Fundação Universidade de Blumenau)	Alunos e professores, trabalhadores locais.
Onda Verde	Funcionários locais.

Elaborado por Marisa Dorive Antonio, fonte: (BNDES, z)

**APÊNDICE B: Tabelas.**

Tabela 1: Projetos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”.

Projetos apoiados pela Iniciativa BNDES Mata Atlântica					
Projetos contratados	Estados	Área Contratada (ha)	Valor contratado (R\$ mil)	Área Plantada até 31/12/2013(ha)	Desembolso Realizado até 31/12/2013 (R\$ mil)
Akarui	SP	160	1.495	67	882
Associação Mico-Leão-Dourado	RJ	62	1.024	23	602
Fiotec/Fiocruz	RJ	344	2.544	22	1.511
Furb	SC	500	4.878	0	1.303
Instituto Bioatlântica (IBIO)	RJ	300	6.180	0	0
Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB)	BA	95	790	42	511
Instituto Terra	ES e MG	155	2.470	155	2.469
Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA)	RJ	73	1.270	73	995
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	SP	200	3.601	200	3.322
Instituto Pró-Terra	SP	117	2.054	100	1.571
Mater Natura	PR	95	1.418	53	990
Natureza Bela	BA	220	3.061	220	2.672
Onda Verde	RJ	130	1.942	0	0
A Iniciativa Verde (TGI)	PR e SP	425	7.870	169	3.862

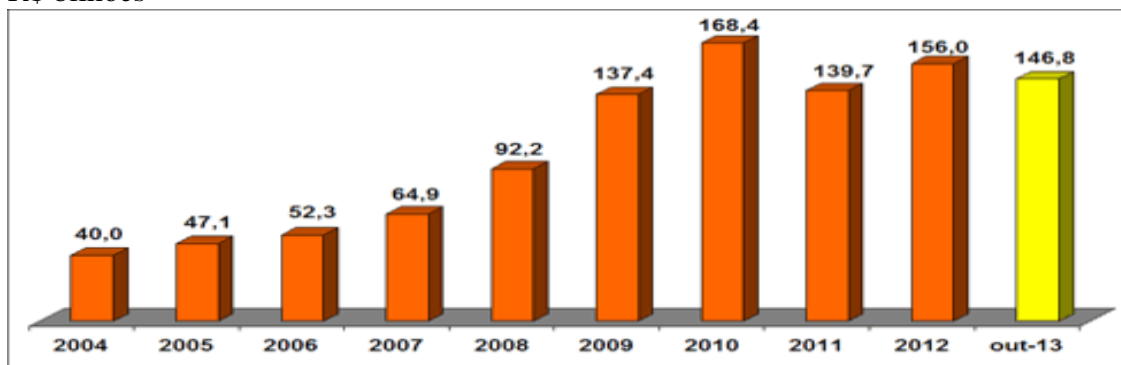
The Nature Conservancy (TNC)	PR, SC e SP	130	1.705	33	998
<b>Subtotal: 15 projetos contratados</b>	<b>7 estados</b>	<b>2.876</b>	<b>40.360</b>	<b>1.157</b>	<b>21.688</b>

Fonte: BNDES, S, 2014.

## APÊNDICE C: Gráficos.

Gráfico 1: Evolução do desembolso do BNDES

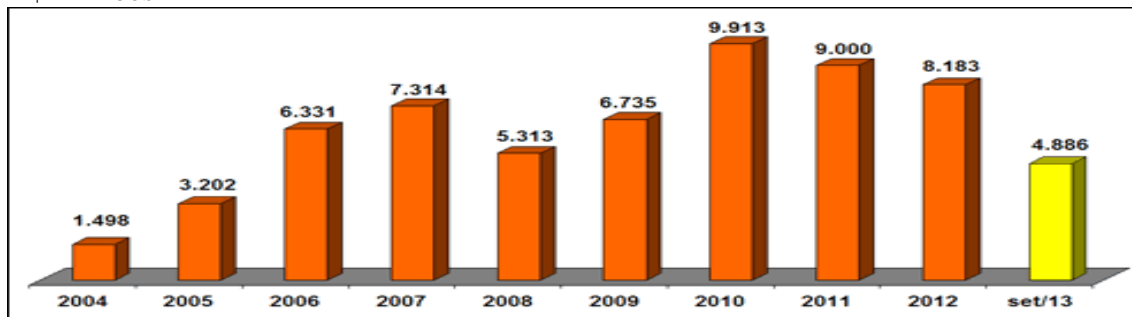
R\$ bilhões



Fonte: BNDES (Z,2014).

Gráfico 2: Evolução do lucro líquido do BNDES

R\$ milhões



Fonte: BNDES (Z, 2014).

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
Metodologia da pesquisa .....	15
CAPÍTULO 1- ESTADO, MERCADO E MEIO AMBIENTE .....	19
Desenvolvimento sustentável e Investimento Socialmente Responsável .....	19
Desenvolvimento sustentável no contexto nacional e internacional .....	21
1.2. Políticas Sustentáveis .....	28
1.3. Teoria do discurso, e surgimento das políticas ambientais dos bancos na esfera internacional. .....	32
CAPÍTULO 2- BNDES E SUA ATUAÇÃO NO MEIO AMBIENTE .....	39
2.1. História do BNDES .....	39
2.2. Finanças Sustentáveis.....	44
2.4.1.Contextualização da Mata Atlântica: sua importância, suas características e seu processo de devastação. ....	52
2.4.2. Projetos da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” .....	57
CAPÍTULO 3: DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BNDES E RESULTADOS .....	64
3.1. Discurso das políticas ambientais na esfera nacional .....	64
3.2. Estado e política sustentável a partir da política ambiental do BNDES .....	69
3.3.1. A “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” e suas implicações dentro da instituição.....	75
3.3.2. Teor e dinâmica dos discursos da política ambiental do BNDES.....	78
3.4. Principais atores envolvidos na política ambiental “Iniciativa BNDES Mata Atlântica” .....	82
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	87
APÊNDICES .....	96
APÊNDICE A: Quadros .....	97
APÊNDICE B: Tabelas .....	107